

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANDRESSA DE BEM E CANTO

**MÍDIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA:  
A INVISIBILIDADE FEMININA NA COBERTURA POLÍTICA DO TELEJORNALISMO**

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

ANDRESSA DE BEM E CANTO

**MÍDIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA:**  
A INVISIBILIDADE FEMININA NA COBERTURA POLÍTICA DO TELEJORNALISMO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Cristiane Finger Costa

Porto Alegre

2019

ANDRESSA DE BEM E CANTO

**MÍDIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA:  
A INVISIBILIDADE FEMININA NA COBERTURA POLÍTICA DO TELEJORNALISMO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Cristiane Finger Costa (PUCRS)

---

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva (PUCRS)

---

Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello (UFRGS)

Porto Alegre

2019

Dedico este trabalho a todas as mulheres,  
especialmente a minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

São muitos. Não foi fácil chegar até aqui e, certamente, foi graças ao apoio de algumas pessoas e instituições que a conquista desta meta chamada Mestrado tornou-se possível. Sou grata em primeiro lugar aos meus pais, Denise e Vinicius, que me deram a vida, me criaram com amor e me ensinaram a valorizar o estudo e o trabalho como formas de prosperar. Um agradecimento muito especial a minha mãe, luz que ilumina meu caminho, maior incentivadora de todos os meus projetos pessoais e profissionais, amiga e companheira de todas as horas, inclusive nas mais difíceis. Agradeço também aos meus demais familiares e amigos, pelo simples fato de serem pessoas positivas na minha vida e que também deram força para que eu seguisse nesta caminhada.

Ao Bruno, meu amor e parceiro de jornada evolutiva, por seu carinho de sempre, apoio e compreensão nos momentos em que precisei estar ausente, e até por ter aprendido um pouco sobre mídia e mulher na política, tema deste trabalho. Um agradecimento também aos colegas do Mestrado – alguns amigos de longa data, outros que conheci em 2017, quando o curso começou – que fizeram esta experiência ser mais leve e divertida. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, verdadeiros mestres que me trouxeram novos olhares sobre a Comunicação, a Academia, e o meu fazer profissional. Agradeço a minha orientadora, Cristiane, que através de todo o seu conhecimento e atenção aos detalhes me ajudou a extrair o melhor deste trabalho. Ainda a minha banca, composta pelos professores Juremir e Porcello, profissionais que têm meu respeito e admiração e que contribuíram para o enriquecimento da pesquisa desde a Qualificação.

Igualmente fundamental ao apoio que tive das pessoas, foi a bolsa que recebi da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), durante os dois anos de curso do Mestrado. É com enorme satisfação que reconheço o privilégio que tenho de concluir uma Pós-Graduação stricto sensu, em um país em que menos de 0,5% da população possui tal titulação. Além de uma conquista profissional e pessoal, me sinto com um dever de retornar a nossa sociedade, de alguma forma, aquilo que aprendi e que me foi investido. Por isso que enxergo a pesquisa e a docência como a missão de formar não só tecnicamente, mas também para o fomento de uma sociedade mais justa, fraterna e democrática.

## RESUMO

Este trabalho aborda a relação existente entre a mídia e a política, mais especificamente a televisão e a baixa visibilidade da mulher na cobertura de política. A pesquisa tem como objetivo analisar a imagem retratada pelo telejornalismo das mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil, e de que maneira a mídia contribui para dar visibilidade ou não a estas mulheres. Com a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), propõe-se um estudo, quantitativo e qualitativo, nos telejornais Jornal da Globo (Rede Globo) e Jornal da Noite (Band), durante os meses de março e abril de 2018, no qual se analisa o espaço que as mulheres com cargos políticos ocupam, seja como fonte de informação ou sendo o assunto da reportagem. Os resultados são de uma cobertura política que privilegia os homens, tendo as mulheres raramente como fonte. Verificou-se a presença feminina na cobertura de política apenas em reportagens que trataram sobre violência e corrupção, da mesma forma que foram identificadas ausências significativas em reportagens relacionadas diretamente às mulheres. Aponta-se, por fim, para a necessidade de implementar ações afirmativas visando à maior inclusão das mulheres na política, bem como para a ampliação da visibilidade delas na mídia.

**Palavras-chave:** Comunicação. Mídia e Política. Mulher na Política. Visibilidade.

## **ABSTRACT**

This paper discusses the relationship between the media and politics, specifically television and the low visibility of women in the coverage of politics. The research aims to analyze the image portrayed by television journalism of women in political positions in Brazil, and in what way the media contributes to giving visibility to these women. With the methodology of content analysis (BARDIN, 1977), a quantitative and qualitative study is proposed in the Jornal da Globo (Rede Globo) and Jornal da Noite (Band) television programs during the months of March and April 2018, in which the space that women in political positions occupy is analyzed, either as a source of information or as the subject of the report. The results are of a political cover that privileges the men, having the women rarely as source. The female presence in the coverage of politics was verified only in reports that dealt with violence and corruption, in the same way that significant absences were identified in reports related directly to women. Finally, there is a need to implement affirmative actions aimed at the greater inclusion of women in politics, as well as to increase their visibility in the media.

**Keywords:** Communication. Media and Politics. Woman in Politics. Visibility.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 – 16 edições do Jornal da Globo divididas por gênero .....</b>	<b>75</b>
<b>Gráfico 2 – Frequência de aparição das categorias no Jornal da Globo .....</b>	<b>79</b>
<b>Gráfico 3 – 16 edições do Jornal da Noite divididas por gênero .....</b>	<b>85</b>
<b>Gráfico 4 – Frequência de aparição das categorias no Jornal da Noite .....</b>	<b>88</b>

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1 – Exposição no Jornal da Globo de mulheres ocupantes de cargos políticos ..... 76**

**Tabela 2 – Exposição no Jornal da Noite de mulheres ocupantes de cargos políticos ..... 86**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 MÍDIA E POLÍTICA: O JOGO INVISÍVEL DE PODER .....</b>	<b>18</b>
2.1 Por que a televisão? .....	18
2.2 O campo jornalístico X O campo político .....	20
2.3 O poder invisível .....	24
2.4 A visibilidade e o espetáculo da política na mídia .....	28
<b>3 A MULHER NA POLÍTICA .....</b>	<b>32</b>
3.1 O feminismo e a luta pelos direitos das mulheres .....	32
3.1.1 Raízes do movimento feminista .....	32
3.1.2 Questões antigas ainda atuais .....	35
3.2 A sub-representação da mulher na política .....	38
3.2.1 Política: um mundo (até quando?) dominado por homens .....	39
3.2.2 A mulher na política: quem chega lá? .....	42
3.3 A mulher na política atualmente .....	46
<b>4 IMAGEM E ESTEREÓTIPO DA MULHER NA POLÍTICA NA MÍDIA .....</b>	<b>48</b>
4.1 Sobre o telejornal .....	48
4.2 O potencial da imagem .....	51
4.3 Imagem e estereótipo da mulher na política .....	54
4.3.1 O conceito de estereótipo .....	54
4.3.2 Os estereótipos da mulher na política na mídia .....	56
<b>5 ANÁLISE DOS TELEJORNAIS SOBRE A IMAGEM DA MULHER QUE OCUPA CARGOS POLÍTICOS .....</b>	<b>61</b>
5.1 Procedimentos metodológicos .....	61
5.2 Descrição do objeto .....	63
5.3 Pré-análise .....	65
5.4 Análise quantitativa .....	68
5.4.1 Jornal da Globo .....	68
5.4.2 Jornal da Noite .....	81

5.5 Análise qualitativa .....	89
5.5.1 Jornal da Globo .....	90
5.5.2 Jornal da Noite .....	97
5.6 Interpretação dos resultados da análise .....	101
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ocupação de cargos públicos eletivos por mulheres é um tema relevante para pesquisas científicas no sentido de tornar a sociedade brasileira mais igualitária. Considerando a mídia como elemento integrante do processo democrático, este trabalho trata sobre mídia e mulher na política. Temos como objetivo analisar a imagem retratada pelo telejornalismo das mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil, e de que maneira a mídia contribui para dar visibilidade ou não a estas mulheres. Iniciamos com um referencial teórico sobre os referidos tópicos e, em seguida, desenvolvemos uma pesquisa empírica em telejornais, em que buscamos mensurar e compreender o espaço ocupado pela mulher na cobertura diária de política e qual é a imagem decorrente desta exposição.

Esta pesquisa foi desenvolvida ao longo do ano de 2018, revisada e entregue no início de 2019, sendo os dados referentes à legislatura que vigorou até o final do ano de 2018 e as reportagens utilizadas na análise transmitidas antes do período eleitoral de 2018, a fim de que se evitasse a interferência direta das campanhas políticas dos diferentes candidatos. Cabe a ressalva, portanto, de que os conteúdos analisados dizem respeito a um determinado período, no qual os cargos políticos estavam sendo ocupados por determinados indivíduos, podendo estes não estar mais nos mesmos postos atualmente.

A contextualização da condição da mulher na política brasileira é essencial para que se compreenda os objetivos desta pesquisa. Embora 51,6% da população brasileira seja composta por mulheres (QUANTIDADE..., 2017), além de serem também mais da metade do número de eleitores, elas ainda ocupam timidamente os espaços de poder na política atual. No caso do Poder Legislativo Federal, dentre os eleitos em 2014, dos 513 deputados, apenas 51 foram mulheres; e dos 81 senadores, eleitos nos anos de 2010 e 2014, só 12 eram mulheres (+ MULHERES..., 2016). Conforme reportagem do portal de notícias G1 (VELASCO e OLIVEIRA, 2018), após a eleição de outubro de 2018, o quadro de senadoras se manteve o mesmo, 12 mulheres, sendo sete eleitas no referido ano; já o número de deputadas federais aumentou: 77 foram eleitas.

A situação é mais grave no Poder Executivo Estadual, no pleito de 2014, somente uma mulher se elegeu governadora (MANTOVANI, 2014): Suely Campos foi a escolhida para governar o Estado de Roraima, na legislatura 2015-2018.

Segundo outra reportagem do G1 (VELASCO, 2018), novamente só tivemos uma mulher eleita governadora em 2018, Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte. Não é diferente nos referidos poderes em nível municipal, onde a invisibilidade e até mesmo a exclusão da mulher são barreiras a serem combatidas por aquelas que desejam ingressar ou permanecer na política. O Brasil já teve até uma mulher no mais alto cargo do país, Dilma Rousseff foi eleita e reeleita, em 2010 e 2014, para Presidente da República, mas sofreu um processo de impeachment, em 2016, perdendo o cargo para o vice-presidente, Michel Temer. Ela não sofreu o impeachment por ser mulher, mas vale a citação deste caso peculiar.

Os dados trazidos demonstram o machismo impregnado na sociedade e na política brasileira, independente da região do país, do partido ao qual pertence a mulher ou da ideologia e propostas que defenda. Está claro, portanto, que as mulheres têm de enfrentar uma série de dificuldades para sair do silenciamento e alcançar algum tipo de participação política, que poderá evoluir para o ingresso, de fato, no campo político. Entrar no campo político depende, além da legitimação dos pares, da aprovação do partido e da aderência da militância, da *visibilidade* proporcionada pelos meios de comunicação, pois é através da mídia que o eleitor se informa a respeito da política e, na maior parte das vezes, é a partir desta visão que escolhe seus candidatos. Queremos apontar, com isto, que existe uma relação estreita de poder entre a mídia e a política, de modo que as duas esferas se influenciam e se interferem mutuamente.

A partir das questões de gênero na política e sua relação com a mídia, mais especificamente com a televisão, é que surgiu o tema desta pesquisa. Escolhemos a televisão como meio, em primeiro lugar, por sua íntima ligação com a democracia. Apoiamo-nos em Wolton (1996) para afirmar que o indivíduo é ao mesmo tempo cidadão e espectador. Independente das características particulares de cada um, gênero, idade, escolaridade; suas condições econômicas, sociais e culturais; tanto a eleição quanto a televisão unem a todos, sem distinção, por uma aspiração coletiva; uma atividade comum e democrática. Importante salientar também que, conforme o IBGE, a televisão está em 97,2% dos lares brasileiros (PESQUISA..., 2018), o que a ratifica como um dos principais meios de informação das pessoas – quando não o único.

Temos motivações de diferentes naturezas para desenvolver esta pesquisa. No decorrer deste trabalho, abordamos o papel da mídia na democracia – no sentido

de ela mostrar os acontecimentos do mundo e seus “personagens”, atores políticos para o público que também é cidadão e eleitor – e as questões de gênero e representação política, temas cada vez mais debatidos atualmente. É fundamental compreender como se dão essas relações de poder e como elas refletem na sociedade em que vivemos. O trabalho vem, portanto, no sentido de contribuir para o conhecimento de qual é a imagem da mulher ocupante de cargos políticos decorrente da exposição na mídia, sendo este o nosso problema de pesquisa.

Pesquisando no catálogo de teses e dissertações da Capes, buscando por “Mídia e mulher na política”, encontramos inúmeros trabalhos sobre o tema, o que demonstra sua pertinência e atualidade, especialmente vinculados às áreas de Ciência Política, Comunicação, Sociologia, Letras e Linguística, entre outros. Foram importantes para este trabalho a tese de Lima (2011), “(Re)significações da mulher política na mídia: memória, corpo, territorialidade”, e as dissertações de Nunes (2018), “A imagem de Dilma Rousseff: a construção do estereótipo feminino na crise política”, e Tebaldi (2015), “Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia”; pois fazem um recorte semelhante ao nosso na análise das questões de gênero na política e sua relação com a mídia.

O tema nos chama a atenção ainda devido ao vínculo profissional com a área de comunicação pública e política. Algumas de nossas inquietações, inclusive, foram gestadas em meio ao exercício profissional de assessoria de comunicação em órgão público municipal do Poder Executivo, tais como as mulheres são sempre minoria no secretariado municipal e na Câmara de Vereadores, os obstáculos pelos quais passam para somente lançar sua candidatura, a falta de apoio dos partidos e, na pior das hipóteses, quando elas se tornam candidatas apenas para cumprir a cota eleitoral por sexo. Tais observações nos direcionaram para a realização desta pesquisa, considerando a mídia como um fator extremamente relevante à visibilidade pública e política. É válido dizer, por outro lado, que este trabalho não tem qualquer finalidade político-partidária, vínculo ideológico ou pessoal com terceiros, seus objetivos são puramente acadêmicos.

Existe ainda, para nós, a convicção de que este trabalho tenha uma função social. É simplesmente impossível falar sobre empoderamento feminino sem pensar na participação efetiva da mulher na vida pública. É importante também compreender o quanto a mídia, em especial a televisão, está presente em nossos

ambientes e o quanto ela se alimenta da política e a política dela. A intenção é que esta pesquisa sirva, de alguma maneira, como uma referência do que a TV tem mostrado sobre as poucas mulheres que ocupam cargos políticos atualmente. Entender essa imagem – ou essa ausência – pode revelar alguns dos indícios da baixa representação feminina nas diferentes esferas de poder.

No que tange à organização da pesquisa, ela foi dividida em três capítulos de reflexão teórica e um grande capítulo dedicado à análise dos telejornais escolhidos como objeto de estudo. Nesta etapa, por se tratar de uma análise de conteúdo quantitativa e qualitativa, criamos gráficos e tabelas com a finalidade de facilitar a visualização e a compreensão dos diversos dados obtidos na parte quantitativa, além de nos dedicarmos em detalhar, contextualizar e relacionar tais números. Há também a transcrição de trechos das reportagens utilizadas na análise qualitativa, o que pode tornar a leitura um pouco exaustiva, mas fez-se necessário para que se pudesse avaliar a participação das mulheres da política nas referidas matérias. Feitas essas considerações, pontuamos de que se trata cada capítulo deste trabalho.

No primeiro capítulo, falamos acerca da relação invisível de poder entre a mídia e a política, considerando que as duas esferas se influenciam mutuamente. Iniciamos mencionando as razões pelas quais escolhemos a televisão enquanto meio a ser analisado nesta pesquisa, trazendo o conceito de *laço social* de Wolton (1996), além de considerarmos a íntima ligação da TV com a democracia e sua presença na quase totalidade dos lares brasileiros. Analisamos o conceito de *campo*, de Bourdieu (1997), e comparamos o campo jornalístico e o campo político, demonstrando como um afeta o outro. Em seguida, adentramos na questão do poder, entendendo a política e a mídia como formas de poder simbólico, com base em Bourdieu (2002). Sendo o poder simbólico algo invisível e que ocorre geralmente de maneira despercebida, dialogamos com a teoria de Ferrés (1998), que fala sobre a comunicação subliminar exercida pela televisão, explorada também pelos políticos e publicitários. Destacamos os quatro mitos sobre a percepção humana, trabalhados pelo mesmo autor. A seção é encerrada com a questão da visibilidade e o espetáculo da política na mídia, com autores como Thompson (2008), Llosa (2013) e Ferrés (1998).

No segundo capítulo, nosso foco é detalhar a questão da mulher na política. Situamos as principais lutas travadas pelo feminismo, com os fatos históricos mais

marcantes, como, por exemplo, a conquista do direito ao voto e, mais tarde, a candidatura e eleição de mulheres para cargos políticos, a partir de autores como Miguel (2014), Goldenberg e Toscano (1992), Hahner (2003), Avelar (2001), entre outros. Também demonstramos, conforme Miguel e Biroli (2014) e Biroli (2014), que algumas das questões mais centrais para o feminismo ainda permanecem, tais como a igualdade de gêneros e a dualidade existente entre homens prioritariamente na esfera pública e mulheres na esfera privada. Na sequência, apontamos algumas das razões para a baixa representação da mulher na política, com autoras como Tabak e Toscano (1982), Toscano (1982), Avelar (2001), entre outros; além de traçar um panorama daquelas que chegam a ocupar cargos públicos eletivos atualmente, trazendo Matos (2013), Miguel e Biroli (2011) e outros.

No terceiro capítulo, tratamos sobre a imagem e o estereótipo da mulher na política na mídia. Falamos sobre o telejornal em si, suas principais características técnicas e enquanto meio de informação, além de sua relação com a política, com base em Porcello (2006), Charaudeau (2013) e Rezende (2000). Seguindo a teoria de Ferrés (1998), adotamos como perspectiva que a imagem é o grande diferencial da televisão em relação aos outros meios de comunicação. A partir disso, trazemos o conceito de estereótipo, explorado pelo mesmo autor, para falar sobre a imagem da mulher na TV e especialmente os estereótipos de gênero com relação à mulher que ocupa cargos políticos. Junto com Miguel e Biroli (2011), defendemos a ideia de que tais construções são provenientes da própria sociedade e da política, e que a mídia age no sentido de corroborar essas práticas. Mostramos diversos exemplos de mulheres ocupantes de cargos políticos retratadas pela mídia de forma estereotipada, seja por enaltecer a aparência física, as roupas e a vida pessoal, ou por contradizer por completo a imagem que “se espera” de uma mulher, considerando-a destoante do padrão social estabelecido.

Após a reflexão teórica, avançamos para a etapa empírica da pesquisa, que tem como objetivo geral analisar a imagem retratada pelo telejornalismo das mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil, e de que maneira a mídia contribui para dar visibilidade ou não a estas mulheres. Os objetivos específicos são observar o espaço destinado às mulheres ocupantes de cargos políticos em telejornais de rede nacional na cobertura diária de política. Analisar a participação feminina enquanto fonte nas reportagens de política. Identificar os estereótipos de gênero na cobertura política dos telejornais.

Para tanto, utilizamos como metodologia de pesquisa a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977). Nosso estudo foi feito em edições de telejornais de rede nacional, nas quais analisamos a imagem retratada pelo telejornalismo das mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil. Escolhemos como objeto de estudo os telejornais Jornal da Globo (Rede Globo) e Jornal da Noite (Band), pois ambos passam na mesma faixa de horário, cerca de meia noite e, sobretudo, devido ao espaço que estes programas destinam ao noticiário de política, com reportagens mais detalhadas, entrevistas com políticos, participação ao vivo de repórteres em Brasília, colunas e comentários políticos.

Na análise realizamos uma leitura flutuante nas edições dos telejornais escolhidos como objeto de estudo, Jornal da Globo e Jornal da Noite, às terças e quintas-feiras, durante o período de oito semanas, do dia 06 de março a 26 de abril de 2018, totalizando 16 edições de cada telejornal. Dessa leitura flutuante, foram selecionados os vídeos pertinentes e representativos para fins de análise, ou seja, quando as mulheres ocupantes de cargos políticos aparecem no telejornal, tanto como fonte de informação quanto sendo o assunto da reportagem, que formam o *corpus* do estudo.

Nossa hipótese inicial era que os estereótipos de gênero perpassam a cobertura política midiática, privilegiando os homens como fonte de informação ou assunto de reportagem nas questões consideradas de maior relevância ou até mesmo nos tópicos genéricos, enquanto as mulheres são procuradas para falar sobre os direitos da mulher. No entanto, ao longo da análise ficou claro que nem nos assuntos ligados aos direitos da mulher as parlamentares são procuradas como fonte.

Para a análise quantitativa, contabilizamos o número de edições em que as mulheres foram fonte ou assunto de reportagem sobre política nos dois telejornais. Para mensurar o espaço dado às mulheres nos telejornais, calculamos um percentual de quanto (em termos de tempo) as fontes ou assuntos das matérias são mulheres na editoria de política, além de comparar este espaço com o destinado aos homens. Nesta etapa, o *corpus* da pesquisa também é separado em *categorias*, que dizem respeito ao assunto da reportagem, detalhadas no capítulo 5, item 5.3.

Na etapa qualitativa da pesquisa, escolhemos – dentro do *corpus* das 32 edições supracitadas – duas reportagens de cada telejornal, que são bastante representativas da *presença* e da *ausência* feminina enquanto fonte nas reportagens

de política estudadas, e fazemos uso das inferências e deduções com relação ao conteúdo das mensagens emitidas e o que elas representam. Nas referidas matérias, fazemos uma análise da enunciação das falas das mulheres da política e as comparamos com as dos homens, a partir de três categorias de análise, explicadas no item 5.5.

Os resultados mais expressivos de nossa análise dão conta de que a cobertura diária de política dos telejornais de fato privilegia os homens como assunto de reportagem e, talvez o que seja mais relevante, enquanto fonte de informação. Dentre as 16 edições de cada telejornal, só tivemos alguma fala feminina em três edições do Jornal da Globo e em uma do Jornal da Noite. Com relação ao assunto das reportagens nas quais as mulheres aparecem, seja como fonte ou como tema, só foram identificados os assuntos violência e corrupção, em ambos os telejornais. Ou seja, as mulheres não apareceram uma vez sequer em alguma pauta positiva. Igualmente notórias são as duas reportagens de política, uma de cada telejornal, em que houve a *ausência feminina*, em temas diretamente ligados às mulheres e nem assim elas foram fonte.

Isso não quer dizer que exista uma *intenção* por parte dos produtores das notícias de excluir as mulheres da visibilidade midiática. Mas sim que a estrutura dominante já é por si só discriminadora e age no sentido de reforçar os padrões de comportamento machistas, que esconde e cala as mulheres naturalmente e dá espaço aos homens. Por se tratar de uma questão complexa, não podemos cair em relativismos ou na mera constatação de que as mulheres participam em menor número do campo político e, conseqüentemente, da visibilidade pública do campo jornalístico.

Queremos apontar que as desigualdades de gênero estão enraizadas em nossa sociedade e que é necessária uma reflexão por parte do campo político, dando mais abertura às mulheres para que ocupem as esferas de poder; da mídia, abrindo espaço de visibilidade a elas; mas também de cada indivíduo inserido socialmente. É pensando a respeito de uma situação desigual que temos alguma chance de mudar aquela realidade. Propomos, por fim, algumas políticas afirmativas de inclusão das mulheres na política, trazendo exemplos positivos de outros países, que demonstram ser possível avançar na equidade de gênero na política, na mídia e também na sociedade.

## 2 MÍDIA E POLÍTICA: O JOGO INVISÍVEL DE PODER

Neste capítulo tratamos sobre a delicada relação que existe entre a mídia e a política. Partimos do pressuposto de que essas duas esferas de poder se influenciam e se interferem mutuamente, isto porque “Mídia e política são arenas de poder independentes, mas com entrecruzamentos costumeiros por força das atividades que representam e cujo imperativo denomina-se credibilidade” (BEZERRA, 2007, p. 21).

Conforme demonstra Bezerra (2007), embora o campo político não imponha diretamente a pauta jornalística, não é difícil perceber que a agenda política sugere muitos dos temas que são expostos na mídia. A partir desses temas, a mídia tem subsídios para construir uma narrativa, dando o seu recorte, a sua forma ao fato, o que a torna mais um ator do jogo político. Mediante tal contexto, a mesma autora questiona a dita imparcialidade pregada no jornalismo, deixando claro que ela é mais um conceito do que uma prática, em especial para aqueles que fazem a cobertura política:

É notório que, além de informar objetivamente sobre os eventos relativos aos acontecimentos eleitorais e políticos, as possibilidades discursivas dos meios de comunicação incluem elogiar, criticar, lamentar, interrogar, acusar, julgar, vetar, franquear a palavra ou sensibilizar o medo e a esperança dos cidadãos (BEZERRA, 2007, p. 49).

Discutiremos, portanto, nas páginas que seguem, as especificidades do campo jornalístico e do campo político, a fim de que se compreenda esta relação de poder sutil, mas, ao mesmo tempo, fundamental a ambos. Com efeito, adentramos na questão do poder em si, o poder simbólico da televisão e da política. Iniciamos, então, justificando o porquê de nossa escolha pela televisão e não outro meio de comunicação para a análise deste trabalho.

### 2.1 Por que a televisão?

A política é tema que figura na cobertura diária de todos os meios de comunicação que trabalham com informação. Para desenvolvermos este trabalho, foi instantânea e inequívoca a escolha da televisão como meio a ser analisado

acerca da imagem da mulher que ocupa cargos políticos no Brasil. Optamos pela televisão, primeiramente, por sua relação evidente com a imagem. Também por sua presença na quase totalidade dos lares brasileiros, segundo o IBGE, 97,2% das residências têm televisão (PESQUISA..., 2018). O alto consumo de informação via televisão tem a capacidade de criar conversas entre as pessoas sobre os temas por ela abordados e ainda acaba influenciando na visão de mundo do coletivo social.

Todas essas razões foram consideradas para a nossa escolha. Porém, foi preponderante outra: a íntima e única relação estabelecida entre a televisão e a democracia. Apoiamo-nos em Wolton (1996) para afirmar que o indivíduo é ao mesmo tempo cidadão e espectador. Independente das características particulares de cada um, gênero, idade, escolaridade; suas condições econômicas, sociais e culturais; tanto a eleição quanto a televisão unem a todos, sem distinção, por uma aspiração coletiva; uma atividade comum e democrática.

Por tudo isso, a televisão torna-se indissociável da democracia de massa e repousa sobre a mesma aposta: respeitar o indivíduo e prover o cidadão, isto é, ao espectador, os meios de compreender o mundo em que ele vive. Por tudo isso, a televisão é em nossas sociedades uma questão tão importante quanto a educação, a saúde ou a defesa. Por tudo isso é que ela é uma das grandes conquistas da democracia (WOLTON, 1996, p. 15-16).

A integração gerada pela televisão é chamada por Wolton (1996, p. 124) de laço social, que significa dizer que “[...] o espectador, ao assistir à televisão, agrega-se a esse público potencialmente imenso e anônimo que a assiste simultaneamente, estabelecendo, assim como ele, uma espécie de laço invisível”. Logo, a TV é um laço social no sentido de criar identificação entre o público, o retorno a um certo sentimento tribal e comunitário, de que todos estão assistindo à mesma coisa e que sabem disso. Sob um ponto de vista mais político, o autor demonstra que o laço social estabelecido pela televisão tem a função também de representar ou manter a consciência e a identidade coletiva de um país.

O laço social significa duas coisas: o laço entre os indivíduos e o laço entre as diferentes comunidades constitutivas de uma sociedade. Se a comunicação consiste em estabelecer alguma coisa de comum entre diversas pessoas, a televisão desempenha um papel nessa reafirmação cotidiana dos laços que juntam os cidadãos numa mesma comunidade (WOLTON, 1996, p. 135).

## 2.2 O campo jornalístico X O campo político

Feitas essas considerações iniciais sobre a relação entre a televisão e a democracia, cabe esclarecermos as conexões existentes entre o que se denomina *campo jornalístico* e *campo político*. Bourdieu (1997, p. 57) define que,

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças.

Ou seja, cada um tem uma posição, ocupa um lugar dentro deste campo. Para Bourdieu (1997), um campo é necessariamente circular, depende de quem está dentro dele para a legitimação dos demais. Por exemplo, é considerado um bom historiador, sociólogo, jornalista, etc., aquele cujos outros profissionais do mesmo campo aprovam, falam bem, atestam competência.

O termo *campo* também é analisado por Thompson (2008, p. 21):

A posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente ligada ao *poder* que ele ou ela possui. No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses.

Thompson (2008) aponta que é comum, no mundo moderno, a associação entre o poder e a política, no entanto, o autor destaca que esta é apenas uma forma mais “especializada” de poder, porém não a única. Além do poder exercido no contexto da política e do Estado, os indivíduos lidam com ações diárias de poder, nos mais diversos campos de interação. Para tanto, o autor distingue quatro categorias principais de poder: o *econômico* – recursos materiais e financeiros, o *político* – autoridade, o *coercitivo* – força física e armada, e o *simbólico* – meios de informação e comunicação. Neste trabalho, trataremos sobre o poder político e simbólico.

Bourdieu (1997) esclarece que no caso do jornalismo, pesam tanto o *capital econômico* quanto o *capital simbólico*<sup>1</sup> para que se defina o espaço ocupado pelo jornalista ou pela empresa midiática. Em relação aos veículos jornalísticos, a televisão ganhou bem mais relevância no campo, devido ao aumento do poder econômico e simbólico da mesma, coincidente com a decadência dos jornais tradicionais.

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detém um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de ‘espaço público’, isto é, à grande difusão (BOURDIEU, 1997, p. 65).

O acesso aos meios de comunicação, o controle dos conteúdos e a censura, por vezes, inconsciente, exercida pelos jornalistas são os pontos de dominação, conforme Bourdieu (1997), que os profissionais de mídia têm em relação aos de outras áreas. Esse poder peculiar, o de permitir que alguns tenham acesso ao espaço público, que ganhem notoriedade, sejam conhecidos; é extremamente caro aos políticos e para alguns intelectuais. Por isso a relação estreita entre aqueles que desejam a visibilidade pública e os que a controlam.

Por outro lado, o jornalismo é um dos campos mais dependentes de outros campos: “Ele depende muito diretamente da demanda, está sujeito à sanção do mercado, do plebiscito, talvez mais ainda do campo político” (BOURDIEU, 1997, p. 76). O autor compara o campo jornalístico ao campo político, afirmando que este é um campo com mais autonomia que o primeiro. Para Bourdieu (1997), na política, as pessoas participantes são reguladas pelo voto, pelas regras do próprio parlamento, pela linguagem utilizada e, a partir disso, são travadas discussões e disputas por agentes que, muitas vezes, têm interesses absolutamente opostos.

Ainda que os agentes comprometidos com o campo jornalístico e com o campo político estejam em uma relação de concorrência e de

---

<sup>1</sup> Em outra obra, o autor trata sobre os diversos tipos de capital. Bourdieu (2015) diferencia, por exemplo, o capital escolar, o capital cultural, o capital social (relações familiares, colegas de turma, amigos), o capital econômico, entre outros. Para o autor, o capital pode ser herdado da família, ou adquirido, normalmente através do diploma escolar. O primeiro está ligado à origem do indivíduo, o segundo a algo que venha a ser possuído efetivamente depois. Mais adiante, neste capítulo, falaremos sobre o *capital simbólico*, atrelado ao *poder simbólico*.

luta permanentes e que o campo jornalístico esteja, de certa maneira, englobado no campo político, em cujo interior exerce efeitos muito poderosos, esses dois campos tem em comum estarem muito direta e muito estreitamente situados sob a influência da sanção do mercado e do plebiscito. Daí decorre que a influência do campo jornalístico reforça as tendências dos agentes comprometidos com o campo político a submeter-se à pressão das expectativas e das exigências da maioria, por vezes passionais e irrefletidas, e frequentemente constituídas como reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem da imprensa (BOURDIEU, 1997, p. 114-115).

Especificamente sobre o campo político, o mesmo autor trata em outra obra que:

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de <consumidores>, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2002, p. 164).

Para Bourdieu (2002), o campo político é um dos mais restritos que existe, ele se concentra nas mãos de alguns "profissionais", havendo poucas chances de indivíduos fora deste escopo ingressarem nele com sucesso. Ele fala de um *habitus*<sup>2</sup> político, que consiste em uma preparação específica que, além de apreender a retórica típica do discurso político, está em submeter-se aos valores e hierarquias partidárias e àquelas inerentes ao próprio campo. O último ponto levantado parece ser o mais fundamental, na visão do autor, com a qual estamos de acordo, de que o campo político é um jogo, com regras estabelecidas, porém não escritas ou comumente declaradas. Para se manterem no campo político, iniciados e iniciantes compreendem que,

[...] todos que têm o *privilégio* de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples *prazer* de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no

---

<sup>2</sup> Com base em Bourdieu (2015), entendemos que o *habitus* configura o estilo de vida, os gostos, as estéticas e as escolhas. É o que fará um indivíduo agir de uma determinada maneira – suas práticas – e em condições semelhantes aos membros de sua classe; é o que vai distingui-lo de membros de outras classes e com outro estilo de vida.

facto de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio originário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos (BOURDIEU, 2002, p. 172-173).

Bourdieu (2002) aponta que é travada uma luta simbólica no campo político pelo poder, entre os que visam a garanti-lo ao seu grupo ou partido. Para tanto, é necessário assegurar a maior adesão possível por parte dos cidadãos. Por isso, o autor fala dos “profissionais” da política, pessoas capazes mobilizar outras pessoas, de propagar ideias para indivíduos e grupos. Há ainda uma relação simbólica entre representantes e representados, que facilmente confunde quem seriam os mandantes e quem seriam os mandatários.

Ele quer dizer, lembrando o pensador Max Weber, que enquanto alguns vivem *da* política, outros vivem *para* a política. A verdade é que uma atitude não precisa necessariamente excluir a outra, desde que a prioridade seja a última – o político deve sempre lembrar que ele serve aos que o designaram àquele posto, que Bourdieu (2002) chama até mesmo de clientes dos políticos, dos jornalistas políticos, dos marqueteiros, etc. O autor mostra-se bastante pessimista acerca dessa relação que os homens públicos deveriam ter de servir à população ou mesmo aos seus próprios eleitores:

Eles servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem *também* ao servi-los, quer dizer, *de modo tanto mais exacto quanto mais exacta é a coincidência de sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social* (BOURDIEU, 2002, p. 177).

Na mesma obra, o autor aponta que a política acaba se tornando um meio inacessível para a maioria das pessoas menos pelas questões retóricas da linguagem e mais pela complexidade das relações sociais provenientes do próprio campo. Exceto os agentes que dele já participam, os demais indivíduos normalmente não entendem as regras do jogo das quais falávamos – ou talvez não concordem com elas – e por isso não demonstram interesse em participar do campo político.

Portanto, aos poucos que chegam lá, é necessário que os outros depositem confiança neles, crença que gera um reconhecimento – um *capital político*, que é

uma forma de *capital simbólico*. Neste sentido, Bourdieu (2002, p. 188) confirma que “O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, [...], que ele lhe confia, pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele lhe está sujeito crê que ele existe”.

Segundo Bourdieu (2002), o capital político é, por vezes, objetivado através de instituições permanentes, tais como os órgãos do Estado ou mesmo os partidos políticos. Entendemos tal fato como a legitimação do poder através do próprio poder, o que obviamente favorece que os mesmos permaneçam onde estão, e que sejam criadas barreiras à entrada de novos integrantes no campo político. Logo, não é raro que os participantes do campo lutem simplesmente para se manter dentro dele. Acaba, por fim, que a função realmente *pública* fica relegada ao segundo plano, ou mesmo se perde nos entremeios do jogo político.

Podemos relacionar a questão do campo com a baixa presença feminina na política. Para nós, fica claro que se a entrada no campo, bem como sua permanência e reconhecimento dentro do mesmo, dependem da legitimação dos pares, é evidente que poucas mulheres na política propicia que menos mulheres entrem e se fixem naquele campo. É uma questão circular, como nos apontou Bourdieu (1997), um ciclo vicioso difícil de romper se não for prioridade *daquelas* que já fazem parte do campo, em nossa visão.

E, para completar, a televisão mostra que “[...] o jogo político é um assunto de profissionais, para encorajar, sobretudo nos menos politizados, um desengajamento fatalista evidentemente favorável à manutenção da ordem estabelecida” (BOURDIEU, 1997, p. 142). Nesse caso, são os dois campos, o político e o jornalístico, direta ou indiretamente, contribuindo para desencorajar a mulher a entrar e/ou a permanecer na política.

### **2.3 O poder invisível**

Ao longo do que trabalhamos até aqui, tratamos a política e a televisão como formas de poder simbólico. Julgamos necessário aprofundar de que poder estamos falando. Conforme Bourdieu (2002), o poder simbólico é um poder invisível, que depende da aceitação, geralmente despercebida, por parte daqueles que o sofrem e dos que o exercem. Ele é praticado através dos sistemas simbólicos, as formas de símbolos tais como a língua, a religião ou a arte, mas também pelas produções

simbólicas, que são instrumentos de dominação fundamentados pela hierarquia de classes, divididas pelo autor entre *dominantes* e *dominados*. O poder simbólico exerce, além de uma *violência simbólica*<sup>3</sup>, uma função política e ideológica:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos < sistemas simbólicos > em forma de uma < illocutionary force > mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença* (BOURDIEU, 2002, p. 14-15).

Em nosso entendimento, tanto a política quanto a televisão são formas de poder simbólico. A política pelas próprias características do jogo político, regras não declaradas, mas que implicam todos os seus participantes ou aspirantes a um acordo tácito se neste campo quiserem entrar ou permanecer. Os “profissionais” da política, como chama Bourdieu (2002), tem de ter poder de mobilização, carisma, persuasão, capacidades difíceis de quantificar, mas fáceis de perceber, o que corrobora a ideia de capital simbólico, algo próprio da *persona*, único e intransferível, e que, por hipótese, tem a capacidade de gerar um capital político e, conseqüentemente, poder simbólico.

No caso da televisão, acreditamos que ela é completamente impregnada de símbolos, de poder simbólico, em primeiro lugar pela imagem e seu poder mobilizador, e segundo, por sua capacidade de “pegar” o telespectador de maneira despercebida, de penetrar no terreno do inconsciente, sem pedir permissão ao receptor. Para nós, neste sentido, tal reflexão dialoga com a teoria de Ferrés (1998), que fala sobre a comunicação subliminar exercida pela televisão.

Ferrés (1998) aponta que a televisão é um fenômeno de socialização incomparável a qualquer outro. Sua influência se dá especialmente pela emoção e

---

<sup>3</sup> Bourdieu (1997, p. 22), define que "A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la". O autor cita como exemplo de violência simbólica da televisão a divulgação de alguns fatos em detrimento de outros. Quando se abre espaço a assuntos fúteis ou sensacionalistas, o precioso tempo na televisão está sendo destinado a temáticas que em nada constroem ou acrescentam, ao passo que temas e fatos mais importantes estão sendo ocultados.

pela sedução, o que, muitas vezes, acontece de forma despercebida pelo receptor. Por isso, o autor usa – para explicar os efeitos da televisão – o termo "subliminar", no sentido de ser

[...] qualquer estímulo que não é percebido de maneira consciente, pelo motivo que seja: porque foi mascarado ou camuflado pelo emissor, porque é captado desde uma atitude de grande excitação emotiva por parte do receptor, por desconhecimento dos códigos expressivos por parte do próprio receptor, porque se produz uma saturação de informações ou porque as comunicações são indiretas e aceitas de uma maneira inadvertida (FERRÉS, 1998, p. 14).

Para Ferrés (1998), as concepções equivocadas acerca da televisão, que pendem tanto para um exagero de seus efeitos e possíveis males causados, quanto para a simplificação e subestimação dos mesmos; se devem principalmente devido a quatro mitos sobre a percepção humana. O *mito da liberdade*, que implica não somente na liberdade física e na possibilidade de se fazer o que deseja, mas sim, na capacidade de escolher – de ponderar, refletir e decidir.

Não se pode falar sobre liberdade quando se permiti fazer o que se deseja, mas se leva a desejar o que interessa que se deseje. Nisto consiste, em boa parte, a coação psicológica que exerce a televisão: em incidir sobre a vontade mediante a modificação ou a canalização interessada das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos temores (FERRÉS, 1998, p. 16).

O mesmo autor demonstra que tais recursos são muito bem explorados por políticos e publicitários na televisão, a fim de que se canalizem os sentimentos e desejos dos telespectadores/eleitores/consumidores para que sejam atendidos os interesses dos emissores. Tal constatação relaciona-se diretamente com o próximo mito apontado por Ferrés (1998): o da *racionalidade humana*. Ele diz que, embora o homem tenha plena capacidade de raciocinar, a maior parte das suas decisões está ligada às emoções e impulsos inconscientes.

No que tange ao psiquismo humano, o erro consiste em pensar que as convicções e as decisões humanas (o *output*) – sejam do tipo que forem, desde as crenças religiosas até as decisões de compra de um produto ou a emissão do voto em eleições políticas, passando por qualquer opção que comporte algumas implicações éticas – estão sempre baseadas na racionalidade, na lógica, esquecendo que o *input* psíquico inclui também sensações, sentimentos e emoções. A

peessoa age muito menos do que pensa movida por suas convicções, suas ideias e seus princípios, e muito mais do que pensa movida por seus sentimentos, seus desejos e seus temores (FERRÉS, 1998, p. 18).

O autor citado esclarece que buscamos argumentos lógicos para justificar nossas decisões, atitudes e comportamentos, mas que, na realidade, estes são muito mais guiados pela emoção e pelo inconsciente. É o que se chama de processo de racionalização. Conforme Ferrés (1998), fazemos isso porque a mente humana precisa de uma certa lógica para funcionar, além da necessidade que o indivíduo tem de se auto convencer e de convencer os outros de que está agindo corretamente.

Concordando com essas colocações, é possível afirmar, então, que as emoções têm mais influência sobre nós do que imaginamos, o que corrobora a ideia de que a liberdade e a racionalidade humanas podem não passar de meras ilusões. “Incidir sobre as emoções dos demais permite levá-los a modificar seus desejos, de maneira que, acreditando fazer o que desejam, façam o que a gente deseja” (FERRÉS, 1998, p. 23). E como a televisão age exatamente sobre a emoção, ela pode, de acordo com o autor, condicionar a liberdade e burlar a racionalidade, sem que o receptor tenha consciência disto.

Chegamos, então, ao terceiro mito proposto por Ferrés (1998): o da *consciência*. Para o autor é ingenuidade acreditar que controlamos de maneira consciente nossas decisões e atitudes. “A consciência é uma das mais sublimes capacidades humanas, mas na realidade a pessoa, com maior frequência do que pensa, age movida por estímulos ou impulsos inconscientes” (FERRÉS, 1998, p. 23). Já dissemos nesta seção, com base no mesmo autor, que a influência da televisão dá-se no inconsciente, ou no subconsciente, em forma principalmente de sedução. Isso acontece à revelia do receptor e com maior intensidade quanto menor for o seu conhecimento do meio, a sua resistência a ele e ainda a sua incompreensão acerca das motivações de suas próprias ações.

Por último, Ferrés (1998) trata sobre o *mito da percepção objetiva*. O autor aponta que, por mais que estejamos condicionados a crer que aquilo que percebemos é claro, evidente e objetivo, a percepção humana é altamente seletiva, até por uma questão cerebral – seria impossível um ser humano processar, de maneira consciente, todos os estímulos que recebe. Constata-se, portanto, que

“Perceber é antes de tudo selecionar e interpretar. [...] As percepções humanas estão condicionadas tanto por padrões culturais como por tendências pessoais derivadas de sentimentos, temores e desejos” (FERRÉS, 1998, p. 28).

Para nós, os quatro mitos analisados por Ferrés (1998) têm conexão com a relação mídia e política e com a imagem que a mídia mostra da mulher na política. Se nossa *capacidade de escolher* é facilmente burlada pela mídia, em realidade, somos pouco livres para de fato tomar nossas decisões. Elas já estão implicadas, subentendidas, moldadas, coagidas, seja pela mídia, ou pelo que consideramos que é socialmente aceito ou intrinsecamente desejado. Tal situação também pode inebriar nossa *racionalidade*, fazendo com que demos “[...] falsas razões que encubram os autênticos motivos da decisão, conferindo-lhe aparência de racionalidade” (FERRÉS, 1998, p. 21).

Podemos observar, ainda, que existem *processos inconscientes*, dos quais a mídia participa, que contribuem para a manutenção do *status quo* de poucas mulheres na política. Assim como não seria equivocado dizer que há uma certa *percepção seletiva* de que só alguns assuntos interessam às mulheres, visto que elas ocupam posições mais periféricas dentro do próprio campo político, integrando comissões de menor prestígio ou sendo tachadas com imagens estereotipadas de seu próprio trabalho e papel social enquanto parlamentares, tópicos que aprofundaremos nos capítulos subsequentes.

## 2.4 A visibilidade e o espetáculo da política na mídia

Temos demonstrado neste texto que o que mídia pode “oferecer” de mais valioso aos políticos é a visibilidade. Para Thompson (2008), a *esfera pública*<sup>4</sup> teve suas relações de poder extremamente afetadas pela visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação. “Antes do desenvolvimento da mídia, os líderes políticos eram invisíveis para a maioria das pessoas que eles governavam, e podiam

---

<sup>4</sup> Conforme Habermas (1984, p. 42), “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”. O mesmo autor fala também da ambivalência entre as esferas pública e privada, apontando que a participação na primeira era restrita aos homens, sendo as mulheres e os dependentes, excluídos. Se a esfera pública é o meio legitimado para a luta pelas liberdades individuais e coletivas, fica claro por que a emancipação feminina foi tão atrasada, como demonstraremos no próximo capítulo.

restringir suas aparições públicas a grupos relativamente fechados [...]” (THOMPSON, 2008, p. 109). O mesmo autor esclarece que a administração da própria imagem faz parte da *arte* da política desde o seu surgimento, no entanto, ela era feita à distância, pois, na maior parte das vezes, as pessoas não viam os líderes políticos pessoalmente.

Thompson (2008) revela que foi a partir do século XIX, que administrar bem a visibilidade pública tornou-se uma preocupação ainda maior, quando foi ampliado o público receptor de mensagens mediadas. Mais tarde, com o surgimento da televisão, a visibilidade tomou um sentido mais literal da visão, do ser visto por uma audiência grande, heterogênea e anônima. Por isso, segundo o mesmo autor, o aspecto visual do político, sua aparência física, roupas, maneira de falar, se expressar e se comportar, passam a ser fundamentais. A visibilidade que encontra lugar na mídia é, portanto, simplesmente inevitável aos ocupantes de cargos políticos ou àqueles que desejam tal posto.

Para Llosa (2013), a política está completamente imersa no que ele chama de *civilização do espetáculo*, que seria aquela em que o entretenimento, a diversão, o escapar do tédio, da vida medíocre que muitas vezes se leva, são os valores fundamentais. Assim sendo, a aparência física do político, a jovialidade, seu modo de se vestir e se apresentar valem tanto ou até mesmo mais que suas ideias, projetos e propostas, em uma sociedade frívola e conquistada por imagens.

Frivolidade consiste em ter uma tabela de valores invertida ou desequilibrada, em que a forma importa mais que o conteúdo, e a aparência mais que a essência, em que o gesto e o descaramento – a representação – ocupam o lugar de sentimentos e ideias. [...] Isso é frivolidade, maneira de entender o mundo, a vida, segundo a qual tudo é aparência, ou seja, teatro, brincadeira e diversão (LLOSA, 2013, p. 44-45).

Sobre o jornalismo, Llosa (2013) não é mais otimista. Para ele, o jornalismo ajuda a consolidar a civilização do espetáculo, ou a “[...] civilização *light* que deu à frivolidade a supremacia que antes tiveram as ideias e as realizações artísticas” (LLOSA, 2013, p. 49). Isso ocorre devido à obrigação dos meios de comunicação de ter que transformar tudo em diversão, muitas vezes deixando de lado o que de fato é relevante em termos políticos, econômicos, culturais e sociais, para dar espaço ao conteúdo inusitado, espantoso, espetacular.

Sem que isso tenha sido proposto, o jornalismo de nossos dias, acompanhando o conceito cultural imperante, procura entreter e divertir informando; assim, graças a essa sutil deformação de seus objetivos tradicionais, o resultado inevitável é fomentar uma imprensa também *light*, leve, amena, superficial e divertida que, nos casos extremos, se não tiver à mão informações dessa índole para passar, as fabricará por conta própria (LLOSA, 2013, p. 47-48).

Na mesma linha, Ferrés (1998) aponta que, assim como a televisão, a política mobiliza muito mais a emoção do que a razão das pessoas na hora de decidir em quem irão votar. Antes da argumentação, das ideias e propostas está a sensibilização, a imagem e a emoção que o candidato é capaz de gerar no eleitor.

Tanto nos Estados Unidos como nas demais democracias ocidentais, as campanhas eleitorais foram transformando-se em verdadeiros festivais nos quais o espetáculo conta mais do que a ideologia, a paixão mais do que a reflexão, a emoção mais do que a argumentação, a aparência mais do que o conteúdo. Como consequência disso, a eleição do candidato tende a ocorrer mais por motivos afetivos do que racionais, embora com frequência nem o próprio eleitor tenha consciência disso (FERRÉS, 1998, p. 182).

O autor aponta que o líder político, para ser um bom comunicador, deve saber quais emoções despertar no eleitor, e como aproveitá-las para seus próprios fins. O discurso político passa a ser, portanto, nada mais do que um espetáculo, uma encenação bem montada, não muito distante de um teatro. “O discurso político assemelha-se cada vez mais ao discurso publicitário. Cada vez mais consiste em seduzir do que em convencer” (FERRÉS, 1998, p. 183). As campanhas “vendem” os candidatos, criam imagens que podem ser associadas com alguma emoção, crença ou esperança; e propõem uma gratificação, que será alcançada através daquele político.

As campanhas políticas utilizam recursos de sedução para emplacar candidatos:

A atração física dos candidatos, a sua fotogenia, a sua juventude, a confiança que inspiram, o sentimento de proximidade que transmitem, o interesse que mostram pelas preocupações dos eleitores... são características isoladas, frequentemente anedóticas, que são transferidas ao conjunto da personalidade do candidato (FERRÉS, 1998, p. 184).

De acordo com o Ferrés (1998), a comunicação política faz uso além da sedução também dos estereótipos, visto que estes são redutores da realidade, facilmente compreensíveis pelo grande público, tema que será abordado no capítulo 4. A ideologia, assim como a realidade, são bem mais complexas, exigem reflexão. A mensagem política, tal como a televisiva, tem de ser direta, amena e até caricata, para que seja mais eficaz e mexa com o irracional do receptor. Uma comunicação de impacto, não de conteúdo. Nas palavras de Ferrés (1998, p. 189) temos que, “Tanto a propaganda política como a publicidade recorrem, cada vez mais, a frases concisas, elementares, contundentes e sugestivas, mas, geralmente, vazias. É uma comunicação de slogans, que substituem – e impedem – uma reflexão complexa”.

Ao longo deste capítulo, buscamos mergulhar na complexa relação de poder existente entre a mídia e a política. Ponderamos os dois lados, tanto o campo jornalístico, quanto o campo político, além de enfatizar o dito poder invisível, o poder simbólico de ambos, cada um a sua forma. Para nós, ficou evidenciado também, com base nos autores estudados, que a democracia e a mídia acabam por se fortalecer mutuamente. Nossos próximos passos serão esclarecer sobre a atuação da mulher na política e, depois, especificamente, como a mídia mostra as mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil, a partir de sua exposição em telejornais de rede nacional.

### **3 A MULHER NA POLÍTICA**

Neste capítulo nos dedicamos a contextualizar a atuação da mulher na política. Iniciamos com os fatos históricos mais marcantes, como, por exemplo, a conquista do direito ao voto e, mais tarde, a candidatura e eleição de mulheres para cargos políticos. Situamos as principais lutas travadas pelo feminismo, compreendendo este como um movimento plural e diversificado, mas que busca unir as mulheres em torno de interesses comuns. Apontamos algumas das razões para a baixa representação da mulher na política, além de traçar um panorama daquelas que chegam a ocupar cargos públicos eletivos atualmente.

#### **3.1 O feminismo e a luta pelos direitos das mulheres**

Entendemos que o feminismo foi o movimento que impulsionou as mulheres a reivindicarem seus direitos, nas mais variadas esferas. Sem ele, é provável que a luta pela igualdade da mulher em relação ao homem – ainda existente – tivesse sido bem mais retardada. Embora este trabalho não seja sobre o feminismo, seria simplesmente incompleto falarmos a respeito da mulher na política, e todo o caminho percorrido até que isto se tornasse possível, sem situar histórica e politicamente o movimento feminista.

##### **3.1.1 Raízes do movimento feminista**

Conforme Miguel (2014d, p. 19-20),

Um pensamento, para se caracterizar como feminista, não se limita à afirmação literária da igualdade de talentos ou de valor entre mulheres e homens nem à reivindicação política da extensão dos direitos individuais da espécie humana. O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública. Assim, no mundo ocidental, o feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XVIII para o século XIX e pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa.

De acordo com Miguel (2014d), as lutas travadas pelos primeiros movimentos feministas diziam respeito aos direitos das mulheres à educação e ao voto –

espaços destinados exclusivamente aos homens, nos séculos XVIII e XIX. Contudo, pode-se afirmar, segundo o mesmo autor, que o feminismo se consolidou de fato no decorrer do século XX. Dentre as mulheres que se empenharam na causa feminista, a de maior destaque, considerada inclusive a fundadora do movimento feminista contemporâneo, foi Simone de Beauvoir. A obra “O segundo sexo”, lançada por ela em 1949, na França, tornou-se um dos pilares do feminismo e “[...] abriu caminho para a discussão a respeito de uma epistemologia feminista distinta da epistemologia dominante, masculina” (MIGUEL, 2014d, p. 26).

Com relação à emancipação do sexo feminino no Brasil, conforme Hahner (2003), foi pelo ano de 1870 que começaram no país os primeiros movimentos em defesa dos direitos das mulheres. Estas pioneiras acreditavam que a educação superior era o caminho para as mulheres assumirem posições de maior prestígio na sociedade. A autora explica que as defensoras dos direitos das mulheres queriam o desenvolvimento integral das potencialidades femininas, reivindicando, também, o direito ao voto. A demanda foi debatida e negada no Congresso Constituinte de 1891.

Segundo Goldenberg e Toscano (1992, p. 26), a primeira grande líder do movimento feminista brasileiro foi Bertha Lutz:

Contrariando o modelo tradicional de família brasileira, o pai sempre estimulou Bertha a estudar e trabalhar. Ela estudou Biologia na Sorbonne durante a Primeira Grande Guerra e voltou ao Brasil em 1918, iniciando sua vida profissional no Instituto Osvaldo Cruz, importante centro de pesquisas científicas. Ingressou no ano seguinte no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público através de concurso. Por esse curto perfil, já se pode perceber que Bertha Lutz tinha as chamadas ‘condições objetivas’ para dar início a um movimento organizado, que capitalizasse ideias, sentimentos e predisposições das mulheres brasileiras, já sensibilizadas com relação às discriminações que sofriam.

Goldenberg e Toscano (1992) pontuam que o principal motivo para que o direito da mulher ao voto tenha enfrentado a resistência do Congresso e da parte mais conservadora da sociedade brasileira foi o argumento de que a família estaria ameaçada, caso a demanda fosse aprovada. Isso porque, para a visão machista da época, a mulher era subordinada ao homem e seu papel era manter o bom funcionamento do lar e da família.

No entanto, a questão da participação da mulher no contexto da vida pública não seria ignorada por muito tempo, visto que começava a figurar na imprensa, nos livros e debates públicos. O fato é que “[...] um número cada vez maior de pessoas, inclusive homens, veria o voto feminino como parte inalienável dos direitos das mulheres” (HAHNER, 2003, p. 171).

De acordo com Azevedo e Rabat (2012), a partir da década de 1920, as mulheres, em maior número, começaram a se organizar e a lutar pelos seus direitos, através de passeatas, distribuição de panfletos em favor do voto feminino, e da criação de entidades como a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, fundada por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, em 1920, e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922. Todas essas formas de pressão deram resultado já em 1927, antes mesmo do direito definitivo da mulher ao voto:

O governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, conseguiu uma alteração na Lei Eleitoral, dando o direito de voto às mulheres. O primeiro voto feminino no Brasil – e na América Latina – foi da professora Celina Guimarães Viana, em 25 de novembro, naquele mesmo estado. Quinze mulheres votaram, mas seus votos foram anulados no ano seguinte. No entanto, ainda em 1927 foi eleita a primeira prefeita da história do Brasil, Alzira Soriano de Souza, no município de Lages (RN) (AZEVEDO e RABAT, 2012, p. 43).

Segundo Avelar (2001), as mulheres brasileiras passaram a ter o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932<sup>5</sup>, através de um decreto do então presidente Getúlio Vargas. Além do voto, as feministas da década de 1930 defendiam outras bandeiras, especialmente com relação à educação e à independência financeira e social das mulheres. Todavia, “Com a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), a articulação destas reivindicações foi diluída” (AVELAR, 2001, p. 20).

A autora supracitada explica que o voto das mulheres só se daria de maneira efetiva em 1946, quando a Constituição Brasileira define que o voto passa a ser obrigatório para ambos os sexos (em 1932, ele era facultativo para as mulheres e só poderiam votar as casadas, com autorização do marido, ou solteiras e viúvas que tivessem renda própria). Contudo, somente no início dos anos 1980 o ativismo

---

<sup>5</sup> Conforme Azevedo e Rabat (2012), o primeiro país no mundo a conceder o direito ao voto à mulher foi a Nova Zelândia, em 1893. Na Inglaterra, a conquista veio em 1918 e nos Estados Unidos, em 1920. Portanto, se compararmos a situação do Brasil com outros países, não fomos exatamente pioneiros no direito da mulher ao voto, mas, por outro lado, o sufrágio feminino começou primeiro aqui do que em nações como a França, por exemplo, onde isto só aconteceu em 1945, ou a Argentina, em 1951.

feminino seria retomado, porém, desta vez, girando em torno de outros temas. Agora, a escolarização dessas mulheres havia aumentado, entretanto, a dificuldade em criar algum tipo de unidade entre elas seguia latente. Além disso, questões como a sexualidade feminina, o direito sobre a reprodução, a participação mais efetiva da mulher na sociedade, no mercado de trabalho e na política continuam sendo pautas de interesse do feminismo nos dias de hoje.

### **3.1.2 Questões antigas ainda atuais**

Conforme Miguel e Biroli (2014), o feminismo enquanto teoria política ou forma de luta é uma corrente heterogênea, com diferentes autores e linhas de pensamento. Mesmo assim, algumas questões parecem, de certa maneira, aglutinar a atenção da maioria das abordagens propostas. Vamos nos centrar nas duas que consideramos as principais: a igualdade de gêneros, tema que perpassa toda a sociedade e tem influência na identidade e na representação política da mulher; e a reflexão sobre as esferas pública e privada, nas quais homens e mulheres estão desigualmente inseridos.

Com relação à dualidade entre as esferas pública e privada, Biroli (2014) considera apropriado não a separação delas, mas sim o entendimento de que estão imbricadas e que interferem diretamente uma na outra.

Na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal íntimo. Se na primeira os indivíduos são definidos como manifestações da humanidade ou da cidadania comuns a todos, na segunda é incontornável que se apresentem em suas individualidades completas e particulares. Somam-se, a essas percepções, estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos (BIROLI, 2014, p. 32).

Para Biroli (2014), o descompasso das atividades domésticas entre homens e mulheres – o tempo que elas despendem para cuidar dos filhos e da casa é muito maior do que eles – é um dos fatores que diminui a participação feminina na esfera

pública. “Relações mais justas na vida doméstica permitiriam ampliar o horizonte das mulheres, com impacto em suas trajetórias pessoais e suas formas de participação na sociedade” (BIROLI, 2014, p. 34). E, ainda, é no seio familiar que se estabelecem as relações desiguais que “[...] favorecem um maior exercício da autonomia, no caso dos homens, e a obediência ou o engajamento em relações que cultivam uma posição de dependência e subordinação para as mulheres” (BIROLI, 2014, p. 34).

A mesma autora aponta na referida obra que a esfera privada traz outro conceito fundamental para a sua concretização enquanto espaço restrito e particular: a privacidade. Se, em um primeiro olhar, a privacidade pode parecer uma característica desejada para as relações familiares e afetivas, pois não terá a intervenção ou o controle do Estado, por outro, ela abre margem para os mais variados tipos de abuso contra a mulher por parte dos “chefes de família”. Casos de violência doméstica ou de estupro no casamento, por exemplo, foram, por muito tempo, ignorados, visto que o homem tinha direito sobre o corpo da mulher.

Foram anos de lutas feministas para que a mulher tivesse o direito e a responsabilidade sobre o próprio corpo, o controle da sua sexualidade e reprodução. “[...] a atuação do movimento feminista teve como um dos principais resultados a aprovação da Lei n. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, em 2006, que tipifica a violência doméstica contra a mulher e cria mecanismos para combatê-la” (BIROLI, 2014, p. 43). É preciso refletir ainda sobre temas como o aborto e a capacidade reprodutiva da mulher enquanto direitos e menos à margem de discussões religiosas e políticas, frequentemente ligadas a valores machistas e de acordo com padrões socialmente dominantes.

O outro tópico mencionado anteriormente como fundamental ao feminismo, a igualdade de gêneros, como demonstra Miguel (2014b), remete à ideia de que as mulheres devem ter seus direitos igualados aos dos homens, além de gozar da mesma liberdade. Cabe ressaltar, no entanto, que uma igualdade pura e simples também não contempla as reivindicações femininas, pois são inegáveis as diferenças físicas, biológicas e psicológicas entre homens e mulheres. Isso poderia levar a crer, então, que a mulher teria de ignorar ou reprimir tais características para entrar na esfera pública, o que nos parece uma solução igualmente machista, que novamente beneficia os homens e mantém o estado vigente de poder.

Da mesma maneira que os fenômenos biológicos não determinam a posição social de homens e mulheres, a igualdade entre os sexos não exige que as mulheres adotem o padrão de comportamento que hoje é visto como masculino – agressividade sexual, *éthos* competitivo, racionalidade fria, desprezo aos afetos. A recusa desse caminho pode, porém, tanto levar à busca por padrões novos, não marcados pelas relações de dominação, ou mesmo à dissolução da ideia de padrão, numa aposta radical nas singularidades individuais, quanto à afirmação da positividade do 'feminino', visto como um conteúdo a ser resgatado de suas manifestações hoje maculadas pela desigualdade de gênero (MIGUEL, 2014b, p. 68).

Isso nos leva a crer que a igualdade reivindicada pelo feminismo dar-se-á justamente na diferença. O corpo feminino, a gestação, o aleitamento – só para citar algumas das particularidades da mulher – ao invés de servirem como argumento para a exclusão, devem, de outro modo, servir à adaptação da sociedade – a configuração de uma nova esfera pública, em nossa visão – para garantir os direitos das mulheres e, igualmente, lhes trazer deveres. Nas palavras de Miguel (2014b, p. 77), “A diferença que se associa à igualdade é aquela que permite a livre expressão das individualidades, não a que aprisiona indivíduos e grupos em posições estereotipadas”.

Importante salientar também a distinção existente entre sexo e gênero, sendo que o primeiro se refere ao fenômeno biológico e o segundo, à construção social:

O par sexo/gênero codifica o 'não se nasce mulher, torna-se mulher' de Simone de Beauvoir: o que aceitamos como a 'feminilidade' não é a expressão de uma natureza, mas o resultado do trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais (MIGUEL, 2014a, p. 79).

Como dissemos no título desta seção, as questões centrais para o feminismo são dilemas antigos que permanecem. Não podemos ignorar tudo o que foi conquistado até aqui, mas o caminho é longo até chegarmos a ser uma sociedade que entenda a igualdade de gêneros como uma de suas prioridades. O primeiro passo é o respeito às diferenças e a abertura de espaços àqueles que estão à margem das tomadas de decisão e das esferas de poder. Neste ponto, introduzimos nosso próximo tópico: a participação da mulher na política. Se a mulher ainda luta para se afirmar no mercado de trabalho, na família e na sociedade, o mesmo ocorre na política.

### 3.2 A sub-representação da mulher na política

Embora as mulheres sejam mais da metade da população brasileira, 51,6%, e do número de eleitores do país (QUANTIDADE..., 2017), a participação feminina na política ainda é muito baixa. No mercado de trabalho e nas universidades, a presença das mulheres é cada vez maior e, em algumas áreas, já é, inclusive, superior a dos homens<sup>6</sup>. Entretanto, a política é um dos poucos segmentos que não acompanha este movimento: no caso do Poder Legislativo Federal, dentre os eleitos em 2014, dos 513 deputados, apenas 51 foram mulheres; e dos 81 senadores, eleitos nos anos de 2010 e 2014, só 12 eram mulheres (+ MULHERES..., 2016)<sup>7</sup>.

Também na eleição de 2014, somente uma mulher se elegeu governadora (MANTOVANI, 2014): Suely Campos foi a escolhida para governar o Estado de Roraima, na legislatura 2015-2018<sup>8</sup>. Conforme reportagem do portal de notícias G1 (BETO..., 2018), O Estado do Paraná foi governado por uma mulher de abril a dezembro de 2018, devido à renúncia do governador Beto Richa, que deixou o cargo para concorrer ao Senado. Quem assumiu foi a vice-governadora, Cida Borghetti. Ainda em 2014, a então presidente Dilma Rousseff foi reeleita, porém perdeu o cargo em agosto de 2016, devido a um processo de impeachment. Quem assumiu o mandato até o seu término, em dezembro de 2018, foi o vice-presidente, Michel Temer.

---

<sup>6</sup> Conforme reportagem do jornal O Globo, de Pains (2018), uma pesquisa do IBGE, realizada em 2018, mostra que, atualmente, no Brasil, as mulheres têm nível de escolarização maior que o dos homens (na população acima de 25 anos, 23% das mulheres possuem nível superior, contra 20% dos homens), porém, elas ganham, em média, 23% menos.

<sup>7</sup> Como já esclarecido, a etapa de análise deste trabalho teve seu material coletado antes da eleição de 2018, por isto são utilizados os dados que vigoravam até o final da legislatura de 2018. Conforme reportagem do portal de notícias G1 (VELASCO e OLIVEIRA, 2018), após a eleição de outubro de 2018, o quadro de senadoras se manteve o mesmo, 12 mulheres, sendo sete eleitas no referido ano; já o número de deputadas federais aumentou: 77 foram eleitas.

<sup>8</sup> Na mesma reportagem, Mantovani (2014) mostra o quadro evolutivo das mulheres eleitas para governadora desde a redemocratização do país: em 1990, nenhuma foi eleita; em 1994 e em 1998, Roseana Sarney foi escolhida para governar o Maranhão; em 2002, Rosinha Mateus foi eleita para governadora no Rio de Janeiro e Wilma de Faria no Rio Grande do Norte; em 2006 foi o recorde: três mulheres eleitas para governadora, Yeda Crusius no Rio Grande do Sul, Ana Júlia no Pará e Wilma de Faria foi reeleita; em 2010, Roseana Sarney foi escolhida mais uma vez para governar o seu Estado e Rosalba Ciarlini foi eleita no Rio Grande do Norte; por fim, Suely Campos, a única em 2014. Interessante ressaltar que parte dessas mulheres são herdeiras do capital político de seus pais ou maridos, o que reforça a ideia de que é preciso a chancela de um homem para que a mulher ingresse na política. Segundo outra reportagem do G1 (VELASCO, 2018), somente uma mulher conseguiu se eleger governadora em 2018, Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte.

Para nós, os dados trazidos independem de partido, Estado ou ideologia. Eles apontam para o centro do que estamos desenvolvendo neste trabalho: *as mulheres não têm, significativamente, representantes do mesmo sexo nas diferentes esferas de poder*. Nesta seção, nos dedicaremos à abordagem da questão da baixa representação feminina na política, suas razões históricas e atuais, bem como seus desmembramentos.

### 3.2.1 Política: um mundo (até quando?) dominado por homens

Na apresentação da obra de Tabak e Toscano (1982), a feminista, jornalista, escritora e na época deputada estadual pelo Rio de Janeiro, Heloneida Studart (1932-2007), situa o leitor sobre as dificuldades de a mulher ingressar no meio político. Ela aponta que mesmo para as mulheres com escolarização e coragem é difícil subir em um palanque, falar a uma multidão, sair da sombra do ambiente privado e doméstico. Até a própria linguagem pode ser traiçoeira, neste quesito, quando comparamos as expressões “homem público” e “mulher pública”; a primeira designa alguém detentor de cargo político, que defende os interesses da população, já a segunda, refere-se a uma mulher que pode ser “usada” sexualmente por todos.

Essa longa desvalorização do papel da mulher nas tarefas da política acaba sendo assumida pela própria mulher, se *interioriza*. Mesmo as mais valorosas não se vêem como postulantes a cargos eleitorais. Preferem engajar-se nas campanhas dos maridos, irmãos, vizinhos, amigos, aliados. Posso dar, nesse sentido, um depoimento pessoal. Em 1978, fiquei espantada quando alguns amigos do extinto PTB me disseram: ‘Por que você não se candidata? Afinal você tem longa experiência política, foi presidente de sindicato, milita em entidades feministas, escreveu um *best-seller* sobre a condição da mulher’. Espantei-me porque eu só pensava qual *deles* seria o melhor candidato. De maneira inconsciente, havia esquecido de mim mesma, *uma mulher* (STUDART, 1982, p. 17).

Se no Brasil de 1978 a situação da mulher na política – em termos de participação e, especialmente, de candidatura e eleição – era de quase exclusão, atualmente, pouco mais de 40 anos depois, ela infelizmente não ganhou o espaço que deveria, como demonstraremos a seguir. Para tanto, dissecaremos os pontos centrais que propiciaram esse quadro de baixa participação da mulher na vida pública do país e como ele vem se perpetuando até os dias de hoje.

Toscano (1982) relata que, historicamente, alguns preconceitos e receios rodeavam o ingresso da mulher na política. O primeiro dizia respeito ao medo de envolver-se em experiências mal-sucedidas. Não eram poucos os casos de famílias que colheram desamparo e infortúnio: “A perda de um emprego, a perseguição pessoal, o exílio ou a prisão passaram a ser, para o senso comum, os amargos frutos da política” (TOSCANO, 1982, p. 55). Segundo, o próprio conceito de que a política é um meio sujo, pervertido e desonesto.

Sendo a mulher, portanto, um ser puro e frágil por natureza, além de a maior guardiã da família, os dois motivos relatados justificariam que ela ficasse à margem da política. Até aquelas que tinham maridos políticos evitavam se envolver diretamente, ficando, no máximo, responsáveis por áreas vinculadas à assistência social – fato verificado até os dias de hoje com muitas mulheres que ocupam o posto de primeira-dama Brasil afora. Outra razão, já mencionada anteriormente e também relacionada às demais, é que a absorção das mulheres com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos impedem que elas tenham tempo e disposição para participar de qualquer atividade com finalidade política.

Daí, torna-se fácil compreender a reação feminina diante do processo político em geral, sua marginalidade, sua condição de mera expectadora dos acontecimentos, enfim, seus arraigados preconceitos. Só na medida em que venha realmente a participar – ela também – daquele processo, terá condições de mudar de perspectiva, enfim, vencer e superar sua atual visão limitada. Tal participação, por outro lado, somente se torna viável na medida em que a mulher se integre plenamente no campo econômico e social, visto o sistema político ser apenas parte de um sistema global (TOSCANO, 1982, p. 57).

A mesma autora aponta que votar e ser votada são os atos que consolidam a participação da mulher na política, mas não são os únicos. Para Toscano (1982), a mulher pode – e deve – fazer política de variadas formas, seja participando de sindicatos e associações, debates, congressos, e até de reuniões de condomínio ou de pais de alunos, pois, assim, ela pode se manifestar publicamente, fazer valer sua opinião e, de alguma maneira, contribuir para a formação da opinião pública e a tomada de decisões. Logo, com o intuito de que esses diferentes tipos de participação se efetivem, até mesmo para que haja a possibilidade de a mulher ingressar na política, é preciso que as atividades domésticas e familiares também sejam responsabilidade do homem.

Toscano (1982) demonstra que a própria mulher se coloca em uma posição periférica em relação a sua atuação política. No caso do Brasil, tanto homens quanto mulheres têm uma visão mais negativa da mulher na política, especialmente pelo retrogrado conceito de que a política é um meio para homens, não para mulheres. Quando as mulheres são interrogadas sobre sua ausência ou omissão nas esferas de poder, muitas alegam falta de tempo, interesse, inclinação ou mesmo qualificação para tais postos. “Neste último caso, cai-se no círculo vicioso segundo o qual a mulher ainda não estaria preparada para desempenhar funções de liderança e chefia e como não tem acesso a elas, continuará indefinidamente sem este preparo” (TOSCANO, 1982, p. 64).

Para Avelar (2001), a baixa participação da mulher na política tem relação direta com o seu status social e econômico ser mais baixo que o do homem para a sociedade. As mulheres acabam, por vezes, assumindo carreiras e empregos pior remunerados e, o que nos parece mais preocupante, não raro, nas mesmas profissões e cargos, elas recebem menos para desempenhar as mesmas funções que eles. Não seria diferente no status político da mulher.

Segundo a mesma autora, quanto mais elevada é a posição da mulher, seja pela escolaridade, renda ou inserção no mercado de trabalho, maior tende a ser o seu interesse pela política. Também aquelas que participam de “ações de classe”, tais como em sindicatos e associações, tem mais chance de desenvolverem algum tipo de consciência em relação à política.

No entanto, infelizmente,

A maioria do eleitorado brasileiro, e também o feminino, está longe desse modelo de autonomia, lucidez e informação, à exceção do segmento incorporado à socialização política através da ação dos partidos e demais agências de mobilização política. [...] A socialização política pelos partidos, sindicatos e movimentos, tem alcance ainda limitado, razão pela qual encontramos enorme fluidez e volatilidade nesta porção do eleitorado, sem exceção das mulheres (AVELAR, 2001, p. 86).

Tendo em vista a heterogeneidade da população feminina, podemos observar a dificuldade de unificar as demandas das mulheres. Miguel (2014a) destaca que, para que haja de fato representação das mulheres, é preciso levar em consideração fatores como raça, classe, escolaridade, renda, orientação sexual, entre outros. Para o mesmo autor, dentre todas as formas de dominação e opressão em relação à

mulher, o sexismo seria a mais singular, pois atinge a todas elas, sem qualquer distinção. "A experiência das mulheres não é uniforme, mas é possível e necessário buscar os elementos comuns. Mesmo porque, entre os grupos oprimidos, as mulheres seriam aquele com a identidade coletiva mais fraca [...]" (MIGUEL, 2014a, p. 92).

Para nós, fica claro que, em termos históricos, o preconceito que envolvia a participação da mulher na política e as dificuldades em compartilhar as tarefas domésticas e familiares com os homens, foram os maiores empecilhos para o ingresso da mulher na vida pública. Atualmente, entendemos que a pouca identificação da mulher enquanto unidade grupal é um dos principais fatores que levam à baixa representação feminina em cargos públicos eletivos. "Como forma de vencer o problema da baixa presença de mulheres no Poder Legislativo, em muitos países foram adotadas ações afirmativas, em particular cotas eleitorais por sexo<sup>9</sup>" (MIGUEL, 2014c, p. 97). Mesmo com estas medidas, as mulheres ocupam apenas cerca de 10% dos cargos na Câmara dos Deputados e 16% no Senado<sup>10</sup>.

### 3.2.2 A mulher na política: quem chega lá?

Para Matos (2013), o sistema político brasileiro é extremamente patriarcal, um jogo criado e jogado por homens; o que favorece essa sub-representação feminina na política. Para a autora, as mulheres precisam superar um conjunto complexo de obstáculos para conseguirem se eleger. O primeiro seria em *nível micro*: a barreira da ambição política; muitas mulheres sequer cogitam se candidatar a algum cargo político. Em *nível sociológico*, conforme Matos (2013) existem duas barreiras: a das estruturas do sistema político-partidário e a da elegibilidade. Aquelas que conseguirem superar todos esses obstáculos e se elegerem terão de superar a barreira da reeleição, instaurada em *nível político-filosófico*.

---

<sup>9</sup> A lei que estabelece normas para as eleições, nº 9.504, de 30 de setembro 1997, alterada pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, diz no Art. 10 que: "Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo". Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3)>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>10</sup> Estes eram os dados antes da eleição ocorrida em outubro de 2018. A partir de 2019, as mulheres serão 15% da Câmara dos Deputados. No Senado, o percentual será o mesmo.

A mesma autora enfatiza ainda que existem barreiras econômicas, sociais e pessoais para que as mulheres consigam se candidatar. Como já demonstramos anteriormente, os estereótipos com relação ao papel na sociedade de acordo com o gênero – lugar de mulher é em casa e cuidando dos filhos, do homem é trabalhando e atuando na vida pública – acarretam no desinteresse ou na falta de confiança das mulheres em se lançar a uma carreira política. Os partidos também costumam demonstrar pouco apoio às candidaturas femininas, com a justificativa de que elas dão poucos votos.

Evidencia-se, portanto, o quão árduo é o caminho para as mulheres que desejam se candidatar a cargos políticos no Brasil. E, vale lembrar, para este número restrito que consegue chegar a concorrer, há ainda uma série de preconceitos entre o próprio eleitorado, composto, em sua maioria, por mulheres.

Embora as listas abertas brasileiras tendam a oferecer, potencialmente, maior oportunidade de incentivo às mulheres, essa característica perde seu efeito a partir da posição daquelas eleitoras com visões tradicionais/conservadoras sobre o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade (ainda frequentemente enviesado do ponto de vista das relações de gênero). As candidatas reiteradamente afirmam a existência de ‘preconceitos’ do e no eleitorado, especialmente o feminino. Depois de eleitas, as parlamentares, de uma forma geral, costumam participar de comissões menos prestigiadas nas casas legislativas e invariavelmente daquelas que se tornaram ‘nichos’ de atuação de mulheres: Comissões de Seguridade e Família, de Saúde, de Direitos Humanos, de Educação, etc. (MATOS, 2013, p. 330).

Conforme Sanchez (2017)<sup>11</sup>, a situação se repete nos projetos apresentados na Câmara dos Deputados, em que as representantes do sexo feminino ficam geralmente restritas aos assuntos que dizem respeito aos direitos das mulheres. Os projetos das deputadas se vinculam principalmente às áreas de direito e cidadania, educação e esporte, homenagens e política social. Já os deputados homens, se concentram nas áreas de administração pública, economia, tributos e relações internacionais.

---

<sup>11</sup> Em pesquisa sobre o perfil e a participação da mulher na política, dentre os mandatos de 1986 a 2012, Sanchez (2017) aponta que, na Câmara dos Deputados, há mais mulheres eleitas que pertencem a partidos vinculados à esquerda. “Verificou-se também que as deputadas são em sua maioria católicas e possuem ensino superior” (SANCHEZ, 2017, p. 74).

Miguel e Biroli (2011) realizaram uma análise da atividade parlamentar, enfocada no gênero, entre os anos de 1999 e 2006, na qual avaliaram os deputados integrantes das comissões parlamentares, bem como os discursos proferidos por eles em plenário. Os autores dividiriam as temáticas em *hard politics* (temas “duros”, economia, infraestrutura, etc.), *soft politics* (temas “leves”, vinculados à área social) e *middle politics* (temas intermediários).

Foram analisados 11.830 discursos, proferidos por 790 oradores diferentes. As mulheres pronunciaram apenas 840 discursos da amostra, ou seja, o plenário da Câmara apresenta um debate predominantemente masculino. A pesquisa apontou que tanto deputados homens quanto mulheres privilegiaram em seus discursos a categoria *hard politics*, sendo ligeiramente maior entre eles: 73,3% e 67,3%, respectivamente. No quesito *middle politics*, a diferença não foi muito acentuada: 19,5% de discursos masculinos e 22,6% femininos. A maior diferença está de fato na *soft politics*: 30,8% para os homens e 46,8% para as mulheres nesta modalidade<sup>12</sup>. "Fica patente, portanto, a associação entre as mulheres parlamentares e as temáticas mais vinculadas à área social" (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 114).

Outro dado interessante da pesquisa é que a *soft politics* tem maior incidência de discursos nos deputados iniciantes. De acordo com Miguel e Biroli (2011), conforme os deputados vão acumulando mais legislaturas, tanto homens quanto mulheres, tendem a se deslocar para as temáticas da *hard politics*. E com relação especificamente às mulheres, aquelas que conseguem se destacar e até integrar a "elite política", se aproximam de um perfil mais masculino de atuação parlamentar.

De fato, os dados sinalizam com clareza que, à medida que o capital político cresce, o parlamentar tende a se dedicar mais à política *hard*. Os temas sociais ou *soft politics* aparecem como um nicho temático interessante para iniciantes ou, de maneira mais geral, para aqueles que encontrando-se nas posições periféricas do campo político, buscam seu espaço de visibilidade em questões menos disputadas ou para as quais a disputa é menos qualificada. Mas o que é apenas um degrau na carreira política de um homem é aquilo que aparece como o espaço próprio para a ação parlamentar de uma mulher. Assim, o cruzamento entre sexo e posição no campo reforça a hipótese de que a vinculação das mulheres aos temas *soft* contribui para mantê-las em situação de menos prestígio e influência (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 117-118).

---

<sup>12</sup> Observação: era permitida a indicação de mais de uma área temática por discurso, por isto que os percentuais somados excedem 100%.

Para nós, no meio político, a questão do gênero parece ser preponderante, ou até mesmo limitante. Mulheres que fogem do estereótipo feminino dentro do espectro político costumam sofrer preconceitos de seus pares, da mídia e da opinião pública, o que detalharemos no próximo capítulo. A própria ex-presidente Dilma Rousseff era considerada ríspida, fria, indelicada, características atribuídas aos homens e que nela representavam uma afronta ou uma prova de masculinidade indesejada para o padrão de comportamento feminino. Talvez se a mesma postura viesse de um homem, tais questões não seriam relevantes.

Por outro lado, Miguel (2014c) leva em consideração que o fato de colocar mais mulheres em posições e cargos de poder não significa automaticamente que seus interesses estarão melhor representados, nem tampouco, leva a igualdade em relação aos homens.

Assim, apesar dos avanços da presença das mulheres na política nas últimas décadas, o discurso político delas continua carregando os signos de sua subalternidade social. A associação convencional entre a mulher e o cuidado repercute fortemente na ação no campo político, fazendo com que elas se dirijam de maneira prioritária para questões vinculadas a assistência social, família ou educação. As mulheres na política são incentivadas a se mover em um círculo reduzido de temáticas tidas como apropriadas e que, por mais relevantes que sejam em si mesmas, são consideradas menos importantes e contribuem para segregá-las nas posições menos centrais do campo (MIGUEL 2014c, p. 106).

Temos a convicção de que a representação feminina na política não pode aumentar de forma simplesmente quantitativa, mas também, qualitativa. Por mais qualificadas que sejam as nossas representantes mulheres atualmente – não que o sejam, mas supondo que sim – o fato de elas serem sempre minoria, as desvaloriza e exclui naturalmente, dentro da própria esfera do poder. Então, acreditamos que sim, mais mulheres na política significa mais interesses femininos defendidos e representados. Havendo mais mulheres na esfera pública, aumentam também as chances de que essas outras áreas e comissões parlamentares, dominadas por homens, cedam à entrada e à presença feminina. E, para que possamos avançar enquanto grupo, por mais heterogêneo que seja, nos âmbitos econômico e social, necessitamos, sem sombra de dúvida, obter progressos na política; uma política que vise à liberdade, autonomia e conscientização da mulher.

### 3.3 A mulher na política atualmente

Conforme dados da *Inter-Parliamentary Union (IPU)*<sup>13</sup> de 2018, o Brasil ocupa a posição 131º em um ranking de 193 países que mede a porcentagem de mulheres nas Câmaras Federais e Senados. Poderíamos citar o exemplo da Suécia, que ocupa o 7º lugar no ranking, com 46% de mulheres nos assentos da Câmara Federal, e que se diz “o primeiro governo feminista do mundo”, desde que uma coalizão de centro-esquerda assumiu o país, em 2014, segundo reportagem de O Globo (O GOVERNO..., 2017).

Também encontramos uma situação bastante representativa na França, classificada em 14º lugar no ranking, com 39,6% de mulheres na Câmara e 29% no Senado. Na eleição anterior, aquele país ocupava a posição número 64 em representação feminina, com 155 mulheres eleitas e saltou para 223 na eleição de 2017 (MULHERES..., 2017). Logo atrás, a Espanha encontra-se em 16º lugar no ranking, com 39,1% de ocupação feminina na Câmara e 38% no Senado. A nação se destaca ainda por ter a maioria dos cargos de ministro ocupada por mulheres (NOVO..., 2018).

Podemos considerar que esses países atingiram uma ocupação de poder mais igualitária entre os gêneros por serem desenvolvidos. Mas também temos exemplos positivos de representação feminina em nações mais semelhantes a nossa, pois mesmo na América Latina, o Brasil fica muito atrás da Bolívia (3º colocado no ranking) e da Argentina (17º), entre outros. Conforme reportagem publicada no site Câmara Notícias, a Argentina foi o primeiro país no mundo a adotar uma política de cotas para mulheres no Parlamento, em 1991 (NEVES, 2011). De lá pra cá, a eleição de mulheres foi crescendo naquele país a cada novo pleito, até alcançar o patamar atual de 38,9% para a Câmara Federal e 41,7% para o Senado, como demonstram os dados da *IPU*.

Já no Brasil, a tentativa de reservar cadeiras no Legislativo para as mulheres fracassou. Conforme reportagem publicada no site da Câmara dos Deputados

---

<sup>13</sup> Em tradução livre, é uma União Inter-Parlamentar que compara a representatividade feminina nos diferentes países, a partir de dados fornecidos pelos parlamentos de 193 nações. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

(HAJE, 2018), a PEC 134/2015<sup>14</sup> foi discutida, porém não aprovada pelo Congresso. A Emenda foi criada pela Comissão de Reforma Política do Senado e significaria uma mudança mais efetiva e prática para de fato incluir as mulheres nos cargos políticos. Mas, infelizmente, sendo o campo político no Brasil predominantemente masculino, não houve interesse que a referida PEC fosse à diante.

A baixa representação da mulher na política foi tema de livro lançado pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado (+ MULHERES..., 2016), o que demonstra ser este um problema que preocupa até mesmo aquelas que estão nas esferas de poder. A obra retrata a sub-representação feminina nos 27 Estados da federação e tem o objetivo de diminuir as desigualdades de gênero na política brasileira.

Após detalhar a situação específica da mulher na política em cada Estado, o estudo aponta que a equidade entre homens e mulheres na vida pública ainda tem um longo caminho a percorrer, que passa desde o maior investimento financeiro dos partidos políticos nas candidatas mulheres, até um maior tempo “[...] destinado a elas nas campanhas eleitorais nos meios de comunicação, assim como investir na promoção de cursos de formação para lideranças femininas” (+ MULHERES..., 2016, p. 162).

Pelo que foi possível explicitar até aqui, são diversas as razões que geram ou que levam à baixa participação da mulher na política. Os preconceitos e as dificuldades para tal representação, como vimos, têm motivações históricas, econômicas, sociais, partidárias, familiares e pessoais. Porém, existem outros fenômenos, que não queremos tratar como causa, mas como fatores que impactam, contribuem, compactuam para essa situação. Como sugerido pelas próprias parlamentares, através da obra que citamos, o espaço na mídia é fundamental à criação de capital político. No capítulo seguinte, falaremos sobre como a mídia reforça os padrões de poder estabelecidos, de uma hierarquia política pelo gênero. Demonstraremos de que forma isso ocorre no caso das mulheres ocupantes de cargos políticos, retratadas de forma estereotipada pela mídia brasileira.

---

<sup>14</sup> A PEC 134/2015 visa reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724716>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

## 4 IMAGEM E ESTEREÓTIPO DA MULHER NA POLÍTICA NA MÍDIA

Neste capítulo falamos sobre o telejornal em si, suas principais características técnicas e enquanto meio de informação, além de sua relação com a política. Adotamos como perspectiva que a imagem é o grande diferencial da televisão em relação aos outros meios de comunicação. A partir disso, trazemos o conceito de estereótipo para falar sobre a imagem da mulher na TV e especialmente os estereótipos de gênero com relação à mulher que ocupa cargos políticos. Defendemos a ideia de que tais construções são provenientes da própria sociedade e da política, e que a mídia age no sentido de corroborar essas práticas, como demonstraremos a seguir.

### 4.1 Sobre o telejornal

Ao longo desta pesquisa, estamos trabalhando a relação entre televisão e política, agora, adentraremos no gênero televisivo que será nosso objeto de análise, para falar sobre como a TV mostra as mulheres ocupantes de cargos políticos no Brasil: o telejornal. De acordo com Porcello (2006), os diferentes governos que comandaram o país nos últimos anos, tanto durante a ditadura militar quanto na redemocratização, tiveram nas emissoras de televisão um divulgador, por assim dizer, de seus atos políticos. No entanto, por mais que esses homens públicos se sirvam desta grande vitrine que é a mídia, engana-se quem pensa que a TV ou telejornalismo são neutros em suas inserções.

Por trás de uma câmera, está o olhar de um cinegrafista; a matéria é uma história contada pela ótica do repórter; na edição o jornalista faz escolhas, optando por uma e não por outra cena, por esse e não por aquele trecho da resposta do entrevistado. TV é edição, é recorte, é fragmento. O desafio de quem trabalha nela é escolher certo, com responsabilidade, critério, ética, e, principalmente, honestidade. Existe imparcialidade jornalística? É claro que não. A ótica do jornalista, do cinegrafista, do fotógrafo, do diretor da empresa e dos interesses que ela representa, sempre estarão de algum lado. Objetividade? Muito menos (PORCELLO, 2006, p. 146).

O mesmo autor chama a atenção também para o apelo visual que existe na cobertura televisiva, visto que a imagem é melhor aceita como verdade pelo receptor, além de ser decodificada mais rápido que a linguagem verbal. Em linha de

pensamento semelhante, Rezende (2000) salienta que por mais que a televisão una códigos linguísticos e imagéticos, o icônico costuma ser privilegiado, inclusive na cobertura jornalística. Isso acontece, conforme o autor, por diversos motivos, um deles é que o código visual é compreensível pelo receptor sem qualquer necessidade de domínio prévio de conhecimento. A imagem normalmente desperta mais curiosidade que os signos sonoros, embora muitas vezes a linguagem verbal seja essencial para explicar o que se mostra visualmente. Nas palavras do autor:

A mensagem televisiva multidimensional e multissensorial tende a atuar com mais intensidade sobre o receptor, repercutindo quase diretamente em sua afetividade, sem passar pela mediação do intelecto. Na comunicação audiovisual, portanto, registra-se o predomínio da sensação sobre a consciência, dos valores emocionais sobre os racionais (REZENDE, 2000, p. 40).

Por outro lado, Rezende (2000) faz uma crítica a esse modelo de programas, tanto no jornalismo quanto no entretenimento, de imagens se sobrepondo à narrativa, pois para ele, o icônico por si só não se sustenta: o verbal complementa a imagem, explica-a. No entanto, fica a premissa de que a palavra não pode brigar com a imagem na televisão, ou seja, o texto é que se adapta à imagem. A comunicação deve ser facilitada e a mensagem entendida instantaneamente, pois não há possibilidade de voltar e reler, como no texto escrito, por isso prima-se pela clareza, pela simplicidade, pelo coloquial; transmitir a informação de forma eficaz e no menor tempo possível, a fim de que não se perca a atenção do telespectador.

A linguagem jornalística na TV fundamenta-se em recursos de visualização e utiliza, como elementos acessórios imprescindíveis, os códigos linguístico e sonoro. Por esse motivo, o redator de telejornais deve economizar os vocábulos, em primeiro lugar, para que as imagens cumpram sua função, e para que a fala não ultrapasse o tempo que corresponde à informação visual (REZENDE, 2000, p. 79-80).

Para Charaudeau (2013, p. 109-110),

A televisão é imagem e fala, fala e imagem. Não somente a imagem, como se diz algumas vezes quando se trata de denunciar seus efeitos manipuladores, mas imagem e fala numa solidariedade tal, que não se saberia dizer de qual das duas depende a enunciação de sentido. É claro que cada uma dessas matérias significantes tem sua própria organização interna, constituindo um sistema semiológico

próprio, cujo funcionamento discursivo constrói universos de sentidos particulares, podendo a imagem jogar mais como representação do *sensível*, enquanto a palavra usa da *evocação* que passa pelo conceitual, cada uma gozando de certa autonomia em relação à outra.

Charaudeau (2013) usa como exemplo os telejornais para esclarecer a relação independente, mas ao mesmo tempo complementar, entre a fala e a imagem na televisão. Conforme o autor é possível simplesmente “ouvir” a televisão, como se fosse o rádio – e compreender seu conteúdo – sem que haja a necessidade de ver as imagens. Acrescentamos que o oposto também ocorre: assistir à televisão sem áudio e deduzir o que está acontecendo<sup>15</sup>. Já Charaudeau notifica que se a mesma imagem é usada em diferentes telejornais e com falas distintas, elas terão sentidos diversos. O autor ainda acrescenta que a imagem causa certa fascinação porque “convence” o telespectador de que ele está *vendo* o que está acontecendo, é uma autenticação da realidade, do acontecimento. Para tanto, a imagem gera

[...] um efeito de *realidade*, quando se presume que ela reporta diretamente o que surge no mundo; um efeito de *ficção*, quando tende a representar de maneira analógica um acontecimento que já passou (reconstituição); um efeito de *verdade*, quando torna visível o que não era a olho nu (mapas, gráficos, macro e micro tomadas de imagem em *close-up*, que, ao mesmo tempo, desrealizam e fazem penetrar o universo oculto dos seres e dos objetos) (CHARAUDEAU, 2013, p. 110-111).

Temos que "O telejornal é o gênero que integra o maior número de formas televisuais, como: anúncios, reportagens, resultados de pesquisas e de investigações, entrevistas, minidebates, análises de especialista etc." (CHARAUDEAU, 2013, p. 227). Conforme o mesmo autor, ele também se diferencia dos demais gêneros televisivos devido a alguns aspectos da sua construção discursiva: o *propósito*, um recorte do cotidiano “[...] o que ocorreu no espaço público durante uma unidade de tempo [...]” (CHARAUDEAU, 2013, p. 228); a construção da *identidade* dos parceiros, que destaca o papel do apresentador como personagem central do telejornal; e suas *relações*, entre o mundo e o telespectador, também realizadas pelo apresentador.

---

<sup>15</sup> Para Rezende (2000), a imagem sozinha, sem qualquer explicação verbal, é perigosa, pois o receptor atribui a ela o significado que quiser. No entanto, sabemos que isso ocorre – a televisão ser vista sem som – sem qualquer controle do emissor.

Vê-se, através dessas características, que o gênero telejornal, sob a proposta de nos apresentar os acontecimentos que surgem no mundo referencial, nada mais faz do que nos entregar (já pronto) um mundo evenemencial<sup>16</sup> construído por ele mesmo e em parcelas. Igualmente, sob a proposta de nos permitir melhor compreender os fenômenos, apelando para os comentaristas, só faz fornecer explicações pontuais e fragmentadas. Encontramo-nos, então, em plena ilusão do realismo e em pleno simulacro de verdade, mas é através desse ‘fazer crer’ que o telejornal se define (CHARAUDEAU, 2013, p. 230).

Embora apresente essa visão cética acerca do telejornal, Charaudeau (2013) propõe uma reflexão mais ponderada sobre o conceito de manipulação da mídia. Segundo o teórico, ainda que a mídia “informe deformando”, tal deformação geralmente não é proposital. Ele analisa que a mídia, mesmo com alguns defeitos, é um meio fundamental de informação, cidadania e de fomento ao debate, sem o qual a democracia não seria possível. O dever de informar e o ímpeto de trazer à luz fatos ocultos é que conferem legitimidade à mídia e aos seus profissionais.

Para Charaudeau (2013), a chamada manipulação é, na verdade, bem mais sutil, está relacionada aos mecanismos de filtragem e seleção dos jornalistas e da mídia, que não costumam entregar um acontecimento “bruto” ao público. Acrescenta-se a isto, no caso da televisão, a imagem, que tem, como mencionamos anteriormente, um poder de *transparência*, mostra a realidade; e de *evocação*, “Ela desperta, em nossa memória pessoal e coletiva, lembranças de experiências passadas sob a forma de outras imagens [...]” (CHARAUDEAU, 2013, p. 255). Então, “A imagem é, ao mesmo tempo, um testemunho da realidade em difração e um espelho de nós mesmos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 256).

## 4.2 O potencial da imagem

Observando os referenciais teóricos trabalhados até aqui, ainda que se tente ponderar que os códigos sonoros são importantes – e são –, admitimos a imagem como o centro da televisão, o seu maior diferencial em relação aos outros meios de comunicação. Para Ferrés (1998), a imagem é o principal fator de socialização da televisão, devido a sua capacidade de gerar emoção. A imagem tem forte carga energética e potencial mobilizador.

---

<sup>16</sup> Entendemos, com base em Charaudeau (2013), que *evenemencial* significa o processo de construção do acontecimento.

Se as emoções (amor, temor, raiva, dor, gozo...) influem nas decisões e nos comportamentos, qualquer imagem que gere emoções será socializadora, no sentido de que terá influência sobre as crenças e os comportamentos. Isto pretendem conseguir – ou conseguem sem pretendê-lo explicitamente – as mensagens televisivas (FERRÉS, 1998, p. 41).

A imagem tem uma força tão peculiar que é possível uma pessoa ter sensações, reações físicas, psicológicas e comportamentais só de visualizar ou até mesmo de pensar na referida imagem. São as chamadas imagens mentais, que são capazes também de criar sonhos e mitos. Como nos esclarece Ferrés (1998, p. 43), “É desta forte conexão com a emoção e com o inconsciente que as imagens incidem nas crenças e nos comportamentos, são reguladoras da conduta, veículos privilegiados para a implantação de modelos de vida”.

Interessante pontuar que, conforme Ferrés (1998), as imagens e as emoções são socializadas não racionalmente, mas sim, pelo pensamento associativo, que seria o pensamento primário do ser humano. Seria a associação, a ligação, a relação que se estabelece entre uma coisa e outra. É por isso que, segundo o mesmo autor, o pensamento primário e associativo instala-se no inconsciente e se expressa através de imagens, já o pensamento secundário abrange o raciocínio lógico, estando mais vinculado à linguagem verbal.

O pensamento associativo pode ser, em certa medida, perigoso, pois é o primeiro que vem à mente, correndo-se o risco de contaminar os pensamentos subsequentes e até mesmo mudar a interpretação de uma informação. Ferrés (1998) cita como exemplo experimentos realizados por Levin e Gaeth, para mostrar as diferentes reações das pessoas ao mesmo rótulo de uma carne de gado, escrito de formas diferentes. No primeiro, a etiqueta dizia que a carne era 75% magra e no segundo, que ela tinha 25% de gordura. Racionalmente, é a mesma informação que está sendo dita, porém, as pessoas foram mais favoráveis à primeira frase, porque ela era positiva e a mente se fixou nisto, no pensamento primário, e não na lógica.

O pensamento associativo é, pois, altamente contaminante. Pode ser perigoso, porquanto costuma ficar fora de controle da consciência. Basta que, deliberada ou casualmente, tenha-se produzido uma associação positiva ou negativa para que se corra o risco de que esta associação fique fixada na mente do receptor (FERRÉS, 1998, p. 49).

O autor demonstra também que o mesmo acontece na política, quando as pessoas liam manchetes positivas, negativas ou neutras sobre alguns candidatos. "Os candidatos inculcados diretamente foram os que tiveram pior aceitação. Mas também receberam valorações negativas os que simplesmente tinham sido associados com condutas negativas, inclusive quando se negavam estas condutas" (FERRÉS, 1998, p. 50). Tais constatações foram igualmente verificadas quando uma pessoa era descrita com características positivas e negativas. Se as positivas eram mencionadas antes, a tendência era de que essa pessoa fosse vista mais positivamente. Repete-se, portanto, a ação do pensamento primário, predominando na percepção do todo da mensagem.

Ferrés (1998) esclarece que o pensamento primário faz suas associações através de mecanismos de transferência. Eles não têm necessariamente uma "[...] relação de causa-efeito, mas de continguidade e semelhança" (FERRÉS, 1998, p. 51). É o que acontece com as superstições, com a religião e mesmo para justificar atitudes de natureza emotiva, sem valor racional. No caso da televisão, esses processos de transferência surgem através de "[...] dois grandes mecanismos socializadores baseados no pensamento primário: a criação de modelos e a criação de contextos" (FERRÉS, 1998, p. 53).

Medos, desejos e valores são induzidos frequentemente mediante a observação de modelos. As reações e expressões emocionais dos modelos provocam reações e excitações emocionais em seus observadores. No âmbito da aprendizagem por modelagem simbólica, a televisão adquire hoje uma relevância social sem comparação com nenhum outro meio de comunicação ao longo da história (FERRÉS, 1998, p. 53).

Isso acontece, conforme o referido autor, devido à diminuição das experiências vividas pessoalmente, o que propicia o surgimento de modelos de imitação para o indivíduo. O contexto também tem um papel fundamental, pois é o que permite conferir valor a realidade, além de servir como forma de comparar uma situação com outra. Para nós, o contexto é a moldura que compõe o quadro, dando suporte a ele, enquadrando a pintura de uma determinada forma. Mudando-se a moldura, muda-se o quadro; mudando-se o contexto, muda-se a situação.

A questão dos contextos tem uma importância capital na comunicação televisiva, não apenas porque nas mensagens das

comunicações audiovisuais se produz uma transferência de valores do contexto para as realidades representadas. Também porque, além do mais, na cultura ocidental a própria televisão funciona como contexto que condiciona a interpretação da realidade cotidiana (FERRÉS, 1998, p. 58).

Ferrés (1998) aponta que a comunicação persuasiva pode se desenvolver de duas formas: uma associativa, que abrange o pensamento primário; e outra lógica, que se situa no pensamento secundário. Na primeira, busca-se convencer através da emoção e da sedução, a segunda pela racionalidade e argumentação. Como já demonstrado pelo autor, a via emotiva tem maior apelo na televisão, entra mais fácil no inconsciente do telespectador. Não é diferente na publicidade e na política. Quanto mais identificação e transmissão de valores emocionais, maior a chance de a comunicação ser bem-sucedida. É entrando de maneira sutil, quando os mecanismos de defesa do indivíduo estejam com menores filtros, que a televisão produz seu efeito subliminar, sem que o telespectador tome consciência disto, na maioria das vezes.

Para os profissionais da comunicação persuasiva a via emotiva tem uma dupla vantagem sobre a racional: é mais divertida, o que facilita uma atitude de abertura por parte do receptor, e não desperta receios ou mecanismos de defesa, porque o receptor não é tão consciente de que está sendo influenciado, pensa que está se divertindo apenas (FERRÉS, 1998, p. 63).

### **4.3 Imagem e estereótipo da mulher na política**

Dentro do pensamento primário e associativo encontra-se um conceito fundamental a nossa pesquisa: o estereótipo. Ele funciona como um mecanismo de socialização da televisão, e age sobre o irracional do receptor. Adotamos a perspectiva de que a imagem da mulher na televisão de forma geral, assim como na cobertura sobre política, é estereotipada. Demonstraremos a seguir de que forma essas construções sociais são corroboradas pela mídia.

#### **4.3.1 O conceito de estereótipo**

Seguindo na linha de Ferrés (1998), trazemos o conceito de estereótipo:

Os estereótipos são representações sociais, institucionalizadas, reiteradas e reducionistas. São representações sociais porque pressupõem uma visão compartilhada que um coletivo social possui sobre outro coletivo social. São reiteradas porque são criadas com base na repetição. [...] A base de rigidez e de reiteração, os estereótipos acabam parecendo naturais; o seu objetivo é, na realidade, que não pareçam formas de discurso, e sim formas de realidade. Finalmente, são reducionistas porque transformam uma realidade complexa em algo simples (FERRÉS, 1998, p. 135).

Para o autor, os estereótipos fazem uma visão seletiva da realidade. Geralmente, são atribuídas características negativas ao estereótipo. É uma visão preconceituosa e distorcida da realidade, que tenta ser encarada como natural, óbvia. O estereótipo oferece uma visão facilitada e cômoda para o indivíduo. Já a realidade é mais ambígua, perturbadora, ameaçadora da ingênua sensação de controle. "[...] a tendência – consciente ou inconsciente – aos estereótipos é consequência do mesmo mecanismo: o da economia de energia no momento de interpretar uma realidade complexa que mostra resistência em ser compreendida" (FERRÉS, 1998, p. 138).

Assim como a televisão e a publicidade, os estereótipos se instalam no pensamento primário, inconsciente, ativam o pensamento associativo e envolvem o emocional. "É o triunfo da mentira sobre a verdade porque a verdade é complexa. É o triunfo da comodidade sobre o esforço porque a verdade exige um esforço para o equilíbrio, para o contraste, para a precisão" (FERRÉS, 1998, p. 138). Portanto, quanto mais senso comum e mais ativação de mecanismos primários e irracionais, melhor os estereótipos irão atender aos "[...] interesses do emissor, facilitar os processos de envolvimento emocional pelo receptor..." (FERRÉS, 1998, p. 137).

Ferrés (1998, p. 140) deixa claro que o estereótipo depende de um contexto e "[...] é sempre reflexo da ideologia dominante". A televisão vem se mostrando, ao longo do tempo, como uma verdadeira "fábrica" de estereótipos, principalmente através da representação de modelos de comportamento. O estereótipo pode ainda ser considerado uma ameaça, o que explicaria parte de sua eficácia comunicativa:

Poderíamos dizer que se o estereótipo é, intencionalmente ou não, um mecanismo socializador é porque implicitamente comporta sempre um primeiro tipo de ameaça: uma ameaça de exclusão para aquele que não o segue. Quem não segue a visão estereotipada da realidade oferecida pelos meios de comunicação de massa em geral e, mais concretamente, pela televisão como meio socialmente

hegemônico, está ameaçado de isolamento social, de marginalização do coletivo, de expulsão da tribo (FERRÉS, 1998, p. 141-142).

O mesmo autor traz ainda exemplos de alguns estereótipos clássicos das sociedades ocidentais, disseminados pela mídia: o discurso machista, o estereótipo da beleza física e o tratamento das drogas. Sobre o primeiro e o segundo, focos de nosso interesse, importante salientar que, embora as mulheres venham conquistando cada vez mais espaço nos âmbitos econômico, social, político e cultural, o discurso machista ainda está presente nestas mesmas esferas. Também nos parece evidente que a aparência física é mais valorizada na mulher do que no homem, bem como existem cobranças por vezes bastante preconceituosas com relação à beleza feminina.

A televisão não costuma ser neutra na representação dos papéis sexuais. Apesar do indiscutível avanço nesta área, nas imagens televisivas, tanto nas que reproduzem a vida real como nas de ficção, as mulheres continuam tendendo a parecer, de maneira preferencial, como dependentes, afetuosas, sensíveis, pacíficas, submissas, pouco autônomas. Os homens, pelo contrário, tendem a parecer como ativos, fortes, decididos, independentes, responsáveis, violentos... (FERRÉS, 1998, p. 144).

Assim como Ferrés (1998), acreditamos que a televisão reforça os padrões de comportamento machista, a partir da imagem que mostra da mulher, nos mais variados programas – geralmente com funções secundárias, ou que enaltecem a beleza ou pior ainda, que servem para satisfazer os homens, serem desejadas e contempladas por eles. O mais interessante, por outro lado, é que, conforme Ferrés, (1998, p. 145) "Difícilmente ouviremos na televisão um discurso explicitamente machista. [...] Neste âmbito, a influência da televisão não é proveniente tampouco de discursos explícitos nem de argumentações lógicas".

#### **4.3.2 Os estereótipos da mulher na política na mídia**

Para Miguel e Biroli (2011), a mídia reproduz as desigualdades entre os gêneros, verificadas nos mais diferentes espaços sociais, incluindo a política. A dualidade entre homens prioritariamente na esfera pública e mulheres na esfera privada é reforçada pelos meios de comunicação e encarada como uma hierarquia natural, na maior parte dos segmentos da sociedade. Por outro lado, os autores

advertem que a visibilidade dos atores políticos na mídia é um reflexo de seu prestígio e poder dentro do próprio campo político, por isso, a mídia acaba agindo mais no sentido de corroborar essas práticas do que propriamente de causá-las.

*As formas de representação do campo político na mídia têm como um de seus elementos significantes uma representação sobre a atuação política de mulheres e sobre as relações de gênero que tende a reforçar as posições e estereótipos vigentes, confirmando e contribuindo para a manutenção da sub-representação e marginalização das mulheres. Não se trata de uma relação causal, mas de práticas e mecanismos complementares que compõem, de modo significativo, processos mais amplos que definem as restrições e constrangimentos à participação política das mulheres (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 15).*

Segundo os mesmos autores, a mídia é um espaço de visibilidade, além de atuar como uma das esferas da representação política que, diferente das assessorias de imprensa e órgãos de governo, seria, para o senso comum, mais imparcial, uma representante fiel dos olhos e dos interesses da sociedade. Essa função de representação influencia na elaboração da agenda pública e no debate político, visto que os representantes eleitos costumam dar prioridade aos assuntos que estão ou podem vir a ser destaque na mídia. Neste sentido, a mídia é um espaço de legitimação do discurso político, de atestado de competência, de criação ou manutenção de capital político, como já dissemos neste trabalho. Contudo, “Homens e mulheres tornam-se visíveis, na mídia, vinculados de maneira diferenciada e assimétrica a campos da vida social e aos temas que perpassam esses campos” (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 24).

Miguel e Biroli (2011) criticam os principais valores relativos às práticas jornalísticas, tais como objetividade, imparcialidade e neutralidade, no que se refere à política, sua disseminação de informações e reprodução de discursos. Eles apontam, por exemplo, que a participação no debate público, no sentido aqui da presença na mídia, é desequilibrada entre homens e mulheres, tendendo ao silenciamento e até a invisibilidade das representantes do sexo feminino, ou buscando por elas apenas nos chamados “temas femininos”.

Esses processos fazem que as divisões e formas de exclusão ativadas cotidianamente sejam percebidas como naturais. A visibilidade diferenciada nos meios de comunicação é entendida como parte desse ‘círculo de reforço’ justamente por ser um

mecanismo importante de ativação (ou neutralização) das relações de opressão existentes. O silenciamento de determinadas perspectivas e a reprodução de estereótipos ligados a alguns grupos e posições sociais são considerados aspectos importantes dessa dinâmica. Naturalizam-se juízos relativos às diferentes competências e habilidades de homens e mulheres, às diferentes disposições morais de ricos e pobres e à capacidade que diferentes indivíduos teriam de emitir opinião sobre assuntos *públicos*, para citar alguns exemplos (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 55).

Os autores destacam que a mídia valoriza bem mais as questões pessoais, tais como casamento e filhos, a idade, a aparência física e a vestimenta nas mulheres ocupantes de cargos políticos do que nos homens com os mesmos postos. Por mais que o discurso declaradamente machista ou preconceituoso sobre os referidos aspectos tenha sido amenizado na imprensa atual, ainda hoje, a cobertura política costuma se interessar pelas histórias da vida particular ou conjugal das parlamentares, e não raro elege as “musas do Congresso”.

Uma análise das matérias jornalísticas das revistas semanais de informação sobre mulheres que ocuparam ministérios, disponibilizadas pelo clipping da Câmara dos Deputados, mostra que cerca de um terço faz referência ao corpo, às roupas e/ou à vida privada, independentemente do período consultado. O foco na aparência envolve julgamentos, ativa pressupostos sobre o comportamento ‘adequado’ e serve como trampolim privilegiado para apreciações sobre sua personalidade e suas ações (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 170).

Mas assim como a beleza, a vaidade e o interesse pelo âmbito pessoal podem gerar uma auto-representação da mulher na política, o contrário também ocorre, como postulam os autores citados. Mulheres que fogem muito do estereótipo padrão são julgadas e até consideradas destoantes. Marina Silva, por exemplo, é uma mulher de notável trajetória política: de origem humilde, elegeu-se senadora, foi ministra e concorreu à Presidência da República. A mídia sempre comenta sobre sua falta de vaidade e estilo simplório, bem como também o fazia com relação à ex-senadora Heloisa Helena. Mulheres solteiras e fortemente atuantes na política, como Luiza Erundina, e mais antigamente Zélia Cardoso de Mello (que depois se envolveu com um colega ministro, no governo de Fernando Collor), também foram alvo da atenção da mídia devido ao seu estado civil.

Desta forma, a mídia pode, então, através dessas construções, confirmações ou naturalizações de que a mulher pertence à esfera privada, criar o estigma de que

seria uma condição a mulher ser solteira para atuar na política ou ainda que a sua inabilidade no âmbito privado que a levou para este caminho – tipicamente masculino. “Por outro lado, a vida política pode, ao mesmo tempo, constituir a exceção que justifica a ausência na vida doméstica e pode levar ao fim do casamento” (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 174). Foi o que aconteceu com a ex-senadora e ex-ministra Emília Fernandes, que desfez um casamento de 31 anos após alguns anos na política.

Miguel e Biroli (2011) apontam que embora os estereótipos de gênero, enfocando o corpo e a vida doméstica, tenham bastante apelo na mídia, as próprias mulheres integrantes da política podem considerar que a sua invisibilidade e silenciamento são ainda piores do que essas representações convencionais dos papéis de homens e mulheres. Ou seja, há mulheres que assumem esse papel tipicamente feminino, delicado, belo, maternal, vinculado à área social e familiar; pois, segundo os mesmos autores, as candidaturas das mulheres, muitas vezes, são fortalecidas quando relacionadas às ditas "temáticas femininas". Um exemplo típico deste modelo é a senadora Marta Suplicy, sempre muito bem arrumada e elegante, a parlamentar é bastante vinculada às temáticas femininas, sociais e, mais recentemente, também à causa LGBT.

Os autores mencionados trazem exemplos de mulheres que tentaram fugir do padrão de beleza estabelecido, mas que isto não significou necessariamente maior adesão a suas causas ou projetos. Quando deputada federal, a professora Esther Grossi pintava os cabelos de cores bastante chamativas a fim de romper com uma certa indiferença da mídia e dizia, inclusive, que era mais fácil mudar o cabelo do que mudar a educação do país. No entanto, o estilo inusitado chamou mais atenção do que sua plataforma política na época. A própria ex-presidente Dilma Rousseff logo que entrou na política não parecia muito preocupada com sua aparência. Quando começou a ser cotada para concorrer à Presidência, a então ministra fez cirurgia plástica, dieta, mudou o cabelo e passou a se vestir de maneira bem mais sofisticada. Ou seja, destoar muito do padrão visual convencional provavelmente teria impacto eleitoral negativo.

Cabe ressaltar, então, que existe uma linha tênue que separa as mulheres que usam os estereótipos de gênero para gerar visibilidade, aquelas que são vítimas desta condição, imposta tanto pela mídia e principalmente pela sociedade e a própria política, e ainda aquelas que apresentam um comportamento desviante, fora

do padrão estabelecido. Acaba que os estereótipos de gênero podem ainda contribuir na construção da identidade e da imagem da mulher na política, intencionalmente ou não.

Como é possível observar, mesmo às mulheres que chegam a ocupar cargos políticos no Brasil o peso da esfera privada ainda é muito alto, e isso não só pela abrangência dada pela mídia a estas questões, mas também pelas construções sociais estabelecidas e enraizadas de que a mulher prioritariamente cuidará dos filhos e da casa em detrimento dos homens, mesmo que elas tenham atividades profissionais ou de qualquer outra natureza. Miguel e Biroli (2011) sugerem algumas medidas e políticas públicas que poderiam impactar positivamente em uma divisão mais igualitária dessas funções, tais como creches e escolas públicas de qualidade e em tempo integral, a ampliação ou fórmulas alternativas de licença-maternidade e um melhor compartilhamento do cuidado dos filhos e da divisão das tarefas domésticas com os homens.

Diante do exposto até aqui, partiremos agora para a análise de como o telejornalismo mostra as mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil. Parece-nos importante dizer que a sub-representação da mulher na política passa por motivos variados, que apontamos ao longo deste trabalho, dentre os quais a mídia não pode se colocar à parte. Como mencionado pelos autores, a mídia não é a causa de uma situação que é muito mais complexa, mas, sob o pretexto de mostrar a realidade, ela mostra parte bastante recortada desta realidade e perde a oportunidade de trabalhar no sentido de ampliação da mesma.

## 5 ANÁLISE DOS TELEJORNAIS SOBRE A IMAGEM DA MULHER QUE OCUPA CARGOS POLÍTICOS

Nesta etapa do trabalho nos dedicamos à análise da imagem da mulher que ocupa cargos políticos, a partir da visibilidade proporcionada pela mídia. Utilizamos como método a análise de conteúdo, mesclando análise quantitativa e qualitativa, a fim de mensurar e compreender o espaço ocupado pela mulher na cobertura diária de política, como demonstramos a seguir.

### 5.1 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa visa analisar o espaço dado pela mídia televisiva às mulheres ocupantes de cargos políticos no Brasil, como fontes de informação ou sendo tema de reportagens sobre política, e identificar a imagem que resulta junto ao público desta exposição. Com tal intenção, será utilizada como procedimento metodológico a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977). Conforme a autora, tudo o que é escrito ou falado pode ser submetido à análise de conteúdo, o que deixa claro as múltiplas possibilidades do método, usado em áreas como Psicologia, Sociologia, Linguística, Comunicação, Política entre outras.

A análise de conteúdo pode ser, resumidamente, definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo tem basicamente três fases cronológicas: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é o período de organização da pesquisa. Este primeiro momento costuma ter as seguintes missões: “A escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95). Antes da escolha dos documentos é realizada a “leitura flutuante” que, segundo Bardin (1977), consiste em ter um

contato preliminar com o material que será analisado e, com tal embasamento, levantar as possíveis hipóteses a serem verificadas.

Conforme a mesma autora, os documentos selecionados fazem parte de um determinado universo, denominado *corpus*, que deve cumprir algumas regras. A *regra da exaustividade*: uma vez definido o *corpus*, é preciso ter posse de todos os elementos que compõem o mesmo. A *regra da representatividade*: a amostragem analisada na pesquisa deve ser uma amostra suficientemente representativa do todo. A *regra da homogeneidade*: os documentos obtidos devem obedecer a certos critérios e deverão ser utilizadas as mesmas técnicas de pesquisa para eles. E, finalmente, a *regra da pertinência*: os documentos retidos têm de ser adequados como fonte de informação, correspondendo ao objetivo da análise.

A próxima etapa da pré-análise, de acordo com Bardin (1977), é a formulação das hipóteses e dos objetivos do estudo. A hipótese é uma afirmação provisória que se pretende verificar a validade no decorrer da pesquisa. Será utilizada a hipótese inicial que os estereótipos de gênero perpassam a cobertura política midiática, privilegiando os homens como fonte de informação ou assunto de reportagem nas questões consideradas de maior relevância ou até mesmo nos tópicos genéricos, enquanto as mulheres são procuradas para falar sobre os direitos da mulher, como suposição *a ser comprovada ou não*, mediante os dados obtidos, a interpretação dos mesmos e as inferências possíveis. “O objectivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados” (BARDIN, 1977, p. 98).

Ainda na pré-análise, Bardin (1977) fala da referenciação dos índices e da elaboração dos indicadores, que correspondem à organização sistemática da pesquisa, o que se pretende analisar e como. Na pré-análise, devem ser determinadas operações, a divisão das partes do conteúdo plausíveis de categorização, viabilizando a análise e o registro de dados.

Conforme Bardin (1977), a *categorização* é um processo que estabelece categorias ao conteúdo analisado, que divide e agrupa os elementos com o que eles têm em comum. A categorização tem duas partes: o *inventário*, que consiste em isolar os elementos, e a *classificação*, que seria a repartição destes elementos, procurando impor certa organização ao conteúdo das mensagens. A última fase da pré-análise é a preparação do material. “Trata-se de uma preparação material e, eventualmente, de uma preparação formal (edição)” (BARDIN, 1977, p. 100).

Concluída a pré-análise, inicia-se a etapa de exploração do material, ou seja, a análise propriamente dita. Bardin (1977, p. 101) explica que, se a fase da pré-análise foi bem executada, a exploração do material não é mais que “[...] a administração sistemática das decisões tomadas”. A exploração do material, embora seja a fase mais longa, “[...] consiste essencialmente de operações de decodificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101).

A última etapa da análise de conteúdo, prevista pela autora, é o tratamento dos resultados e a interpretação dos dados obtidos com a pesquisa. Segundo Bardin (1977, p. 101), “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”.

A análise de conteúdo pode ser tanto quantitativa como qualitativa. Bardin (1977, p. 114) esclarece que a abordagem quantitativa é aquela baseada “[...] na frequência de aparição de certos elementos da mensagem”, já a qualitativa “[...] recorre a indicadores não frequenciais, suscetíveis de permitir inferências”. As duas abordagens não têm o mesmo campo de ação, embora uma não exclua a outra. A análise quantitativa é útil na verificação das hipóteses, sendo mais objetiva e exata. A qualitativa é mais intuitiva, maleável e adaptável.

Neste trabalho, utilizaremos ambas as abordagens. Para chegar aos objetivos propostos, serão necessários dados concretos, obtidos através da pesquisa quantitativa, no entanto, também será fundamental a avaliação de indicadores não frequenciais, que possam admitir inferências e deduções, típicas da análise qualitativa, visto que, esta pode ser usada em “[...] índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. [...] permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (ou da situação de comunicação)” (BARDIN, 1977, p. 115).

## **5.2 Descrição do objeto**

Escolhemos como objeto de estudo os telejornais Jornal da Globo (Rede Globo) e Jornal da Noite (Band), pois ambos são transmitidos na mesma faixa de horário, em torno da meia noite e, sobretudo, pelo espaço que estes programas destinam para o noticiário político, através de reportagens mais detalhadas,

entrevistas com políticos, participação ao vivo de repórteres em Brasília, colunas e comentários políticos. No caso do Jornal da Globo, a edição tem, em média, de 30 a 40 minutos líquidos, sendo cerca de 1/3 reservado à política. Já o Jornal da Noite tem em torno de 20 a 30 minutos líquidos, sendo destinado aproximadamente 1/3 deste tempo à política. A bancada dos dois telejornais é ocupada por um único apresentador: atualmente, Renata Lo Prete no Jornal da Globo, e Fábio Pannunzio no Jornal da Noite.

O Jornal da Globo estreou em 1979, com apresentação de Sérgio Chapelin, e a proposta de ser um jornal de fim de noite, que tivesse grandes reportagens, entrevistas e análises dos principais fatos do dia. Entre as décadas de 1980 e 1990, passaram pela bancada do telejornal apresentadores como Fátima Bernardes, William Bonner, Líllian Witte Fibe, Mônica Waldvogel, Sandra Annenberg e Ana Paula Padrão (HISTÓRIA..., 2018). Desde 1993, o jornal começa a dar maior destaque ao noticiário de política. Em 2005, o Jornal da Globo passou por grande remodelação a fim de torná-lo mais dinâmico, ocupam a bancada William Waack e Christiane Pelajo, e o programa conta com comentaristas fixos: Carlos Alberto Sardenberg e Arnaldo Jabor. De 2014 até o momento, o telejornal investe na participação ao vivo de repórteres em Brasília, de correspondentes internacionais, na análise dos fatos e no uso de recursos multimídia no estúdio. No final de 2015, William Waack passou a apresentar o telejornal sozinho e em novembro de 2017, o âncora foi acusado de racismo devido ao vazamento de um vídeo por um ex-funcionário da Rede Globo (WILLIAM..., 2017). Waack foi afastado do cargo e assumiu a bancada Renata Lo Prete.

O Jornal da Noite estreou na Band em 1986, com a apresentação de Líllian Witte Fibe. Em 1987, assumiram como âncoras os jornalistas José Paulo de Andrade e Geraldo Canali. Na década de 1990, o telejornal começa a dar espaço aos comentaristas, tais como Joelmir Beting e Mauro Beting. Em 2003, o jornal passa por uma mudança de formato, sendo apresentado sem bancada pelo jornalista Roberto Cabrini, conhecido por seu estilo irreverente. Com a saída de Cabrini, retorna a bancada, que é ocupada de 2008 a 2016 por Boris Casoy, período em que o Jornal da Noite tem um tom mais analítico e opinativo, típicos do referido apresentador. Assim como Waack, Boris também se envolveu em uma polêmica devido ao vazamento de um vídeo, no caso dele, ao vivo: por uma falha técnica, entrou no ar um áudio do apresentador ofendendo garais. Conforme reportagem da

Revista Veja, o caso aconteceu em 2009 e o apresentador foi condenado, em 2012, a pagar 21 mil reais de indenização aos garis (STRUCK, 2012). Mesmo com toda a repercussão do caso, Boris se manteve a frente do telejornal até 2016, momento em que foi substituído por Fábio Pannunzio, atual apresentador. O Jornal da Noite vem investindo na cobertura política, com diversas reportagens de Brasília, além de ter grande destaque o comentário do jornalista Fernando Mitre, inserido no primeiro bloco e tratando sobre os acontecimentos políticos mais importantes do dia.

Com relação aos índices de audiência, o Jornal da Globo é o líder na sua faixa de horário, fazendo cerca de 10 pontos, conforme dados do mês de janeiro de 2019, do Instituto Kantar Ibope Media (PINTO, 2019). Embora o Jornal da Noite esteja na quarta colocação nos índices de audiência do horário, ele é o outro telejornal veiculado na TV aberta que compete com o Jornal da Globo. As outras duas emissoras com índices de audiência maiores, SBT e Record, transmitem, respectivamente, os programas The Noite, com Danilo Gentilli, e Inteligência e Fé. Ou seja, somente a Rede Globo e a Band investem em formatos jornalísticos nessa faixa de horário e, como já mencionado, ambos os telejornais têm cunho mais analítico, e priorizam as notícias sobre política e economia.

### 5.3 Pré-análise

A leitura flutuante foi realizada nas edições dos telejornais escolhidos como objeto de estudo, Jornal da Globo (Rede Globo) e Jornal da Noite (Band), às terças e quintas-feiras, durante o período de oito semanas, do dia 06 de março a 26 de abril de 2018, totalizando 16 edições de cada telejornal. Dessa leitura flutuante, foram selecionados os vídeos pertinentes e representativos para fins de análise, ou seja, quando as mulheres ocupantes de cargos políticos aparecem no telejornal, tanto como fonte de informação quanto sendo o assunto da reportagem, que formarão o *corpus* do estudo. O recorte do objeto para a formação deste *corpus* foi escolhido aleatoriamente, de acordo com o cronograma da pesquisa. Os vídeos das reportagens dos telejornais estão disponíveis, respectivamente, na GloboPlay<sup>17</sup> e no

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/jornal-da-globo/p/817/>>. Acesso entre os meses de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2018.

Vídeos Band<sup>18</sup>, e aqueles que iremos analisar têm os referidos *links* disponíveis nas referências deste trabalho.

Nesta pesquisa, o objetivo geral é analisar a imagem retratada pelo telejornalismo das mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil, e de que maneira a mídia contribui para dar visibilidade ou não a estas mulheres. Para fins de análise, serão consideradas todas as mulheres ocupantes de cargos políticos eletivos no ano de 2018, nos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal (isto inclui, portanto, as mulheres eleitas em 2016, em 2014, em 2010 – no caso de senadora, pois o mandato dura oito anos – e aquelas que por ventura tenham assumido o cargo do eleito por serem suplentes ou vice).

Começamos trabalhando com a análise quantitativa. Dentro do material utilizado na leitura flutuante, que totaliza 16 edições de cada telejornal, contabilizamos o número de edições em que as mulheres foram fonte ou tema de reportagem sobre política nos dois telejornais. Para mensurar o espaço dado às mulheres nos telejornais, calculamos um percentual de quanto (em termos de tempo) as fontes ou assuntos das matérias são mulheres na editoria de política, além de comparar este espaço com o destinado aos homens. A etapa quantitativa corresponde ao primeiro objetivo específico: observar o espaço destinado às mulheres ocupantes de cargos políticos em telejornais de rede nacional na cobertura diária de política.

Para a análise quantitativa, o *corpus* da pesquisa foi separado em *categorias*, que dizem respeito ao assunto da reportagem, divididos desta maneira: 1) *Corrupção* (denúncias e julgamentos envolvendo políticos, Operação Lava-Jato e afins, desvio de verbas, CPIs); 2) *Economia* (inflação, finanças públicas, crise econômica, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, desemprego); 3) *Relações Institucionais* (relações entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, decisões tomadas por eles, pronunciamentos oficiais, salários de agentes públicos); 4) *Violência* (assalto, assassinato, estupro, roubo, tráfico de drogas, investigação de crime, agressões e depredação de patrimônio); 5) *Direitos da Mulher* (quando o assunto da reportagem tem relação direta com a mulher, tais como aborto, estupro, violência contra a mulher, igualdade de gêneros); 6) *Cidadania* (assistência social, família, educação, saúde, direitos humanos). É possível que a

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite>>. Acesso entre os meses de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2018.

mesma reportagem se enquadre em mais de uma categoria, neste caso, será levado em consideração o tema que for preponderante.

Para a análise dos dados, utilizamos tudo o que foi apreendido nas categorias e nos cálculos de ocupação de espaço em percentuais e verificamos também a repetição dos assuntos das matérias, com base nas categorias em que elas se enquadram, do tipo de abordagem e se a mesma mulher aparece como fonte ou tema. Isso porque, conforme Bardin (1977), na análise quantitativa, a importância de uma unidade de registro (palavras, temas ou outras unidades) se dá justamente na sua frequência de aparição.

Na etapa qualitativa da pesquisa, escolhemos – dentro do *corpus* das 32 edições supracitadas – duas reportagens de cada telejornal, que são bastante representativas da *presença* e da *ausência* feminina enquanto fonte nas reportagens de política estudadas, e fazemos uso das inferências e deduções com relação ao conteúdo das mensagens emitidas e o que elas representam. Segundo Bardin (1977), diferente da análise quantitativa, a qualitativa funciona melhor em um *corpus* reduzido, em que se analisa o nível de pertinência dos índices retidos (neste caso, tanto a presença quanto a ausência são importantes para o uso das inferências e não necessariamente a frequência de aparições), e são levados em consideração também o contexto da mensagem, suas condições de produção, as palavras utilizadas e a compreensão que o analista tem do sentido da mensagem.

Selecionamos, em cada um dos telejornais, as duas reportagens em que as mulheres falam por mais tempo e as duas nas quais identificamos a ausência feminina enquanto fonte. Nas referidas matérias, fazemos uma análise da enunciação das falas das mulheres da política e as comparamos com as dos homens, a partir de três categorias de análise, que serão explicitadas na introdução da seção 5.5 Análise qualitativa (p. 84). Nessa etapa, buscamos o segundo objetivo específico: analisar a participação feminina enquanto fonte nas reportagens de política.

Na interpretação dos resultados da pesquisa, visamos compreender tudo o que foi apreendido na análise e relacionar com o referencial teórico, de modo a complexificar a relação existente entre a mídia e a desigualdade de gênero na política. Desta forma, chegamos ao terceiro objetivo específico: identificar os estereótipos de gênero na cobertura política dos telejornais. Buscamos também confirmar ou refutar a nossa hipótese, já mencionada. Por fim, pretendemos

descobrir com a análise qual é a imagem da mulher ocupante de cargos políticos decorrente da exposição na mídia, o que responde ao nosso problema de pesquisa.

#### **5.4 Análise quantitativa**

Nesta etapa da análise demonstramos o *quanto* as mulheres aparecem nos telejornais escolhidos como objeto de estudo, Jornal da Globo e Jornal da Noite, como assunto ou fonte nas reportagens de política. Das 16 edições de cada telejornal, apenas citamos aquelas em que as mulheres não aparecem e descrevemos aquelas em que elas aparecem. Ou seja, explicamos de que se trata a matéria e classificamos em uma das seis categorias citadas anteriormente.

Para que fosse possível mensurar quantitativamente a ocupação do espaço pelas mulheres da política nos referidos telejornais, calculamos um percentual, utilizando uma regra de três, onde cronometramos o tempo da edição dedicado à política, convertemos em segundos e calculamos qual o espaço a mulher ocupou em termos de tempo, de acordo com o tempo da matéria em que ela foi o assunto ou o tempo da sua fala enquanto fonte. Fazemos esse cálculo percentual tanto em relação à reportagem em si, quando há outras fontes masculinas da política, para que possamos estabelecer uma comparação; quanto perante o todo do tempo das matérias sobre política, a fim de que se analise a ocupação do espaço pelas mulheres na editoria de política.

##### **5.4.1 Jornal da Globo**

A edição do dia 06 de março de 2018, terça-feira, do Jornal da Globo não houve qualquer menção a alguma mulher ocupante de cargo político, ou seja, nesta edição, todas as fontes ou temas de reportagem sobre política foram homens.

Na edição do dia 08 de março, quinta-feira, o Jornal da Globo teve cerca de 13 minutos destinados à política. Apenas uma vez uma mulher ocupante de cargo político apareceu no telejornal, como assunto. A apresentadora Renata Lo Prete chama a participação da repórter Cláudia Bomtempo, ao vivo de Brasília, para falar sobre a denúncia encaminhada à Justiça Federal pelo ministro Édson Fachin contra os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff (FACHIN..., 2018).

Integrante da Operação Lava-Jato, o inquérito visava apurar se o PT formou uma organização criminosa para desviar dinheiro da Petrobras. São citados pela repórter os investigados nesse caso, dentre eles a senadora Gleise Hoffmann, que também é presidente do PT. Quando mencionada, aparece uma imagem dela, assim como foi feito com os outros citados. Ao final, a jornalista reproduz a manifestação das defesas de cada um dos acusados, no caso da senadora, a sua defesa disse que a denúncia “não tem pé nem cabeça e que é fruto de delírio acusatório”.

O tempo em que Gleise é o tema da inserção é de 26 segundos. Temos então que o espaço ocupado por ela dentro da editoria de política é de 3,3% do tempo de 13 minutos, o restante do espaço dedicado à política é com temas e/ou fontes masculinas. A inserção pode ser classificada na categoria 1) *Corrupção*, pois trata de mais um desmembramento da Operação Lava-Jato envolvendo agentes públicos, um tipo de notícia que se tornou recorrente nos últimos anos, nos telejornais brasileiros.

Na edição do dia 13 de março, terça-feira, do Jornal da Globo todas as fontes ou temas de reportagem sobre política foram homens. A exceção foi a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, que falou sobre a execução de prisões em penas de segunda instância (CÁRMEN..., 2018), no entanto, ela não se aplica a esta pesquisa pois faz parte do Poder Judiciário e estamos pesquisando as mulheres do Legislativo e Executivo. Dentro do recorte que fizemos para nossa análise, então, temos 100% de fontes masculinas neste dia nas matérias de política.

Na edição do dia 15 de março, quinta-feira, o Jornal da Globo teve 38 minutos líquidos, sendo pouco mais da metade deles destinados à política. Durante os 20 minutos iniciais do telejornal, divididos entre reportagens e participação ao vivo de repórteres, o assunto foi o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, ocorrido no dia anterior. A primeira reportagem fala sobre a investigação do crime, além salientar que a vereadora postava nas redes sociais o que considerava abusos por parte da polícia (POLÍCIA..., 2018). São usadas como fontes diversas autoridades, dentre estas somente um detentor de cargo público eletivo, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, cuja fala dura 23 segundos. Podemos encaixar essa reportagem na categoria 4) *Violência*.

A reportagem que segue fala mais sobre a história de Marielle Franco, mostra imagens de uma multidão em seu enterro, o apelo à emoção é muito forte (VELÓRIO..., 2018). São entrevistados somente agentes políticos homens, um

vereador, colega de Marielle, Tarcísio Motta, e o deputado estadual e padrinho político dela, Marcelo Freixo. As entrevistas deles somam 27 segundos. Na matéria é dado um tom heróico à trajetória de Marielle, enaltecendo toda sua luta pelos direitos das mulheres, dos negros e dos homossexuais. Enfatiza-se a questão do personagem em si, e menos os aspectos do crime, há forte apelo emocional e levemente sensacionalista. A reportagem se enquadra na categoria 4) *Violência*.

O telejornal continuou falando do assunto, com mais uma reportagem sobre a repercussão da morte de Marielle no Brasil e no mundo (ASSASSINATO..., 2018). Novamente, o apelo das imagens é grande, são mostradas multidões, em diferentes cidades do país, protestando contra o assassinato da vereadora. Há a exploração do drama humano, do que a vereadora representava e da mobilização que causou seu assassinato. Nenhum ocupante de cargo político é entrevistado. Esta reportagem é adequada à categoria 4) *Violência*.

A última reportagem da edição do dia 15 de março do Jornal da Globo sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco contou com a participação ao vivo de Brasília do repórter Júlio Mosquéra. Ele mostra como foi a repercussão do crime na capital do país, trazendo o ponto de vista de autoridades dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário (AUTORIDADES..., 2018). Representando o Judiciário, falam os ministros do STF Luiz Fux, Gilmar Mendes e Cármem Lúcia. Quando mostrada a reação do Legislativo, temos a fala em plenário da deputada federal Luiza Erundina, declarando que todas as mulheres estavam morrendo um pouco naquele dia e que a voz de Marielle não seria calada. O discurso da parlamentar é de tom emocional e dura 37 segundos. São entrevistados ainda o deputado federal Miro Teixeira e o presidente da Casa, Rodrigo Maia; as falas deles somam 32 segundos. Por fim, o presidente Michel Temer faz um depoimento repudiando o assassinato da vereadora, com o tempo de 21 segundos.

Esta última inserção, que teve a duração de cinco minutos e 27 segundos, se encaixa na categoria 4) *Violência* pois é possível perceber que existe uma preocupação entre as autoridades de demonstrar certa integração entre os três poderes, a fim de que se diminua a sensação de insegurança e a inércia na resolução de crimes bárbaros, tópicos que são mencionados na reportagem e na participação ao vivo do repórter. Dentro do tempo total da reportagem, Luiza Erundina ocupa 11% do espaço como fonte, e os outros três homens entrevistados ocupam um espaço de 16% do tempo com suas falas.

Analisando quantitativamente a edição do dia 15 de março do Jornal da Globo, verificamos que dos 20 minutos da edição dedicados à política, 100% deles tiveram como assunto uma mulher ocupante de cargo político. Evidentemente, isso só ocorreu porque ela foi vítima de um assassinato, que gerou grande comoção social. Por outro lado, uma mulher detentora de cargo público eletivo como fonte só foi detectado uma única vez, Luiza Erundina – até mesmo quando se trata de falar sobre outra mulher, a preferência é ouvir os homens.

Se somarmos o tempo das *sonoras*<sup>19</sup> de todas as fontes com cargos políticos eletivos na edição do dia 15 de março (visto que todas as reportagens trataram sobre o mesmo assunto, por isto a opção em comparar quantitativamente todas as sonoras dos políticos entre si), temos um total de um minuto e 43 segundos de falas de homens, divididos entre seis políticos, e uma mulher, Luiza Erundina, que fala durante 37 segundos. Se pegarmos o tempo do telejornal dedicado à política, que neste dia foi de 20 minutos (mais da metade da edição), encontramos 8,5% deste tempo preenchido com sonoras masculinas e apenas 3% ocupado por uma única sonora feminina.

No dia 20 de março, terça-feira, o Jornal da Globo teve em torno de nove minutos dedicados à editoria de política. Nesta edição há uma reportagem retomando o assunto do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, mostrando mais protestos realizados por todo o Brasil, a repercussão na imprensa internacional e a cobrança por agilidade nas investigações do crime (BRASILEIROS..., 2018). A única fonte do campo político nesta reportagem é um homem: o deputado estadual e colega de partido de Marielle, Marcelo Freixo, que já havia sido entrevistado em outras matérias sobre o tema, na semana anterior. Há outras duas fontes mulheres, que eram assessoras de Marielle, mas não se enquadram em nossa análise. A reportagem se encaixa na categoria 4) *Violência* e tem uma mulher da política como assunto, mas nenhuma como fonte. A matéria teve um total de quatro minutos, o que representa cerca de 44% do tempo da editoria de política nesse dia.

A edição do dia 22 de março, quinta-feira, teve aproximadamente 24 minutos destinados à editoria de política. Duas mulheres com cargos políticos integraram o Jornal da Globo como assunto, em duas matérias diferentes. A primeira vez foi em

---

<sup>19</sup> *Nota da Autora (N.A.):* nas regras de redação do telejornalismo, denomina-se *sonora* o trecho exibido na reportagem da entrevista gravada com a(s) fonte(s). É a fala da fonte.

uma reportagem mostrando a cassação do mandato do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, e da vice-governadora, Cláudia Lelis, por caixa dois na campanha de 2014 (TSE..., 2018a). Cláudia somente é citada, não aparece imagem dela, tampouco uma fala. O governador cassado tem sua imagem mostrada brevemente, mas também não é fonte. A reportagem se enquadra na categoria 1) *Corrupção*. O tempo em que Cláudia Lelis é citada dura cerca de quatro segundos, isto representa 0,27% do total do tempo da edição dedicado à política.

A outra reportagem do dia 22 de março do Jornal da Globo em que uma mulher da política aparece como assunto é novamente sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, falando sobre o pedido da família dela na Justiça para que fossem retirados vídeos da internet com conteúdo difamatório (FAMÍLIA..., 2018). Não há fontes do campo político. A matéria entra na categoria 4) *Violência*, pois segue tratando sobre o crime que vitimou a parlamentar carioca e seus desmembramentos. A reportagem dura dois minutos e 42 segundos, o que representa em torno de 11% do tempo da editoria de política, tendo uma mulher como assunto.

Na edição do dia 27 de março, terça-feira, o Jornal da Globo teve cerca de 14 minutos dedicados à política. Em uma das reportagens veiculadas neste dia, temos uma mulher ocupante de cargo público eletivo como fonte: a senadora e presidente do PT, Gleise Hoffmann. A reportagem trata sobre um ataque a tiros a uma caravana do ex-presidente Lula, no Paraná (CARAVANA..., 2018). Em uma matéria de três minutos e seis segundos, a sonora de Gleise tem em torno de 40 segundos, o que representa 21,5% do tempo da reportagem e 4,8% do tempo da editoria de política.

Na mesma matéria, a outra fonte é o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, que fala por 25 segundos, o que representa 13,5% do tempo da reportagem e aproximadamente 3% do tempo da editoria de política. Gleise classificou o fato como uma emboscada e disse que o PT havia enviado ofício ao ministro pedindo segurança para a caravana. Jungmann afirmou que o ato era inaceitável e que estava acompanhando o caso. A reportagem se enquadra na categoria 4) *Violência*, pois se trata de uma agressão cometida contra a caravana do PT.

Na edição do Jornal da Globo do dia 29 de março, quinta-feira, a vereadora Marielle Franco voltou a ser notícia, através de reportagem sobre a investigação do

assassinato dela, que apontava para um crime político (INVESTIGAÇÃO..., 2018). A editoria de política teve 29 minutos nesta edição. A matéria em que Marielle aparece como assunto tem aproximadamente um minuto e 40 segundos de duração e não há nenhuma mulher da política como fonte, apenas um homem, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, general Richard Nunes. Há fontes femininas, tais como a mãe e a companheira de Marielle, mas nenhuma do campo político. A reportagem representa 5,7% do tempo da editoria de política, tendo uma mulher como assunto, e se enquadra na categoria 4) *Violência*.

Na edição do dia 03 de abril, terça-feira, o Jornal da Globo não teve nenhuma mulher da política como assunto ou fonte de reportagem.

Na edição do dia 05 de abril, quinta-feira, duas mulheres da política foram fonte, em duas reportagens diferentes. Neste dia, o assunto que dominou o noticiário foi a iminente prisão do ex-presidente Lula, que ocupou 29 minutos dos 45 líquidos do Jornal da Globo. O total da editoria de política nesta edição foi de 35 minutos. Durante seis minutos, a apresentadora Renata Lo Prete falou ao vivo com o repórter César Menezes, que estava em um helicóptero sobrevoando o Sindicato dos Metalúrgicos, onde se encontrava o ex-presidente Lula, seus advogados, integrantes do PT e, do lado de fora, apoiadores (LULA..., 2018). Foram veiculadas as falas da senadora e presidente do PT, Gleise Hoffmann, dizendo que a prisão do ex-presidente era um ato político, e de um dos advogados de Lula. A sonora de Gleise dura 11 segundos, que corresponde a um espaço de 0,5% da editoria de política deste dia, que foi de 35 minutos, e 17% do tempo da participação do repórter. Esta inserção se encaixa na categoria 1) *Corrupção*, pois diz respeito a um mandado de prisão contra um agente político.

Acerca do mesmo assunto, o outro momento do Jornal da Globo do dia 05 de abril que teve uma mulher da política como fonte mostrou a reação de diferentes políticos sobre a decisão do juiz Sérgio Moro de mandar prender Lula (POLÍTICOS..., 2018). Com a participação ao vivo da repórter Giovana Teles de Brasília, que durou sete minutos e 27 segundos, foram apresentadas as falas de quatro políticos homens, que somadas deram um minuto e 40 segundos. Em seguida, foram mostradas as reações de diferentes políticos por escrito, por nota ou via redes sociais, com sua respectiva foto ao lado. Desta forma, são mostrados seis políticos homens e uma mulher: a senadora Ana Amélia Lemos.

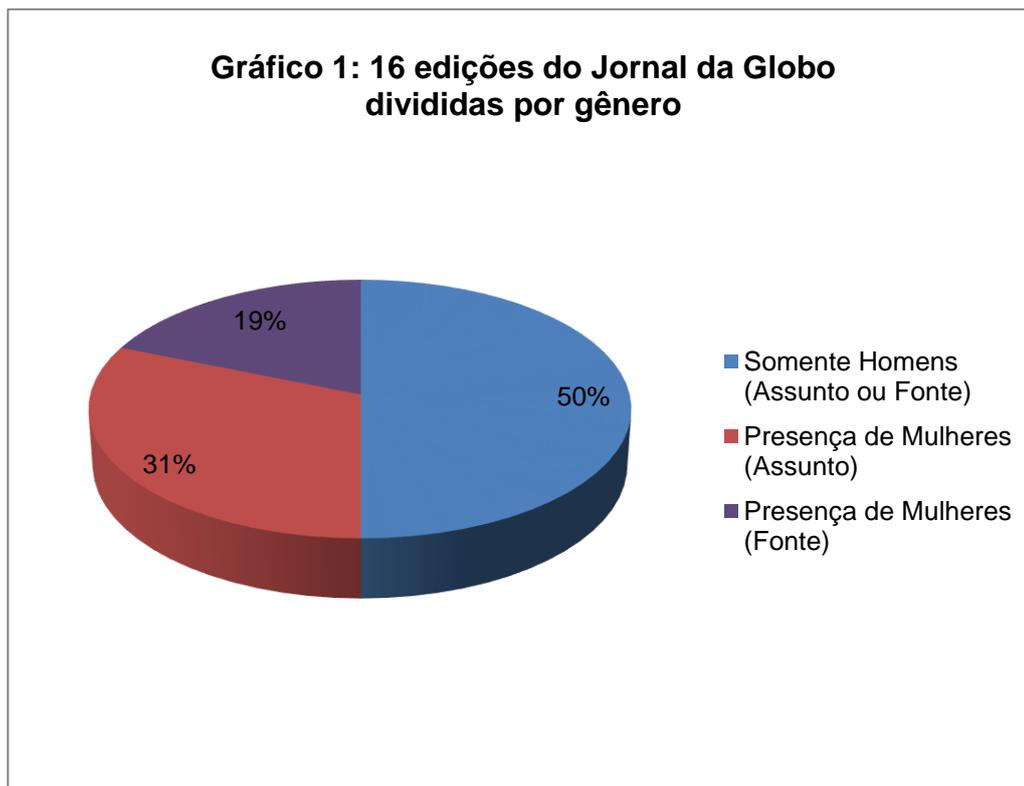
A leitura da nota de Ana Amélia dura cinco segundos e as dos homens totalizam um minuto e 55 segundos. Se somarmos todas as falas das fontes masculinas, elas chegam a três minutos e 35 segundos, o que corresponde a 10% do tempo da editoria de política, que foi de 35 minutos, e a 48% do tempo da inserção ao vivo da repórter. Já a fala feminina corresponde a 0,23% do espaço da editoria de política e a 1% da participação ao vivo da repórter. E mesmo se somarmos as falas das duas mulheres nesta edição (Gleise Hoffmann e Ana Amélia, embora em matérias diferentes, ambas falaram sobre a prisão de Lula), como fizemos com os homens, elas não chegam a 1% do tempo da edição dedicado à política. A inserção se encaixa na categoria 1) *Corrupção*.

Na edição do dia 10 de abril, terça-feira, e do dia 12 de abril, quinta-feira, o Jornal da Globo não teve nenhuma mulher da política como assunto ou fonte de reportagem.

Na edição do dia 17 de abril do Jornal da Globo uma mulher da política apareceu como assunto: novamente a vice-governadora do Tocantins, Cláudia Lelis. A reportagem revela que o TSE manteve a cassação por caixa dois do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, e da vice-governadora, Cláudia Lelis (TSE..., 2018b). Nenhum dos dois é fonte na matéria. A reportagem tem duração de um minuto e 24 segundos, e a editoria de política tem 15 minutos. Temos então uma mulher da política como assunto de reportagem, ocupando um espaço de 11% da editoria de política. A matéria está enquadrada na categoria 1) *Corrupção*.

As edições dos dias 19 de abril, quinta-feira, 24 de abril, terça-feira e 26 de abril, quinta-feira, não tiveram nenhuma mulher da política como assunto ou fonte de reportagem no Jornal da Globo.

Concluída a primeira camada da análise quantitativa, trazemos, na sequência, dois gráficos e uma tabela que sintetizam os dados apreendidos nesta etapa, bem como analisamos o que tais números representam em nossa pesquisa.



**Fonte: Da Autora (2018).**

Das 16 edições analisadas do Jornal da Globo, encontramos a presença feminina em reportagens sobre política, seja como fonte ou assunto da matéria, em exatamente a metade delas. Já nos dias 06 e 13 de março e 03, 12, 19, 24 e 26 de abril não houve qualquer menção a alguma mulher ocupante de cargo político eletivo, ou seja, todos os temas ou fontes de reportagem destes dias foram homens. Esse dado inicial, encontrado na análise quantitativa, pode ser, de certa forma, duvidoso do ponto de vista interpretativo, pois leva a crer que as mulheres aparecem em proporção semelhante aos homens do campo político, já que constatamos tal fato em oito das 16 edições do Jornal da Globo.

No entanto, há que deixar claro que, em algumas dessas edições elas foram somente mencionadas ou ainda que tenham sido o *assunto* durante toda a reportagem, sua ocupação de espaço em termos do tempo total dedicado à editoria de política variou de 0,23% a 11%, como demonstra a seguir a Tabela 1. A exceção foi no caso da morte da vereadora Marielle Franco, que chegou a ocupar 100% da editoria de política no dia seguinte ao seu assassinato, 15 de março, e 44% no dia 20 de março, quando foram reveladas informações importantes sobre a investigação do caso.

**Tabela 1: Exposição no Jornal da Globo de mulheres ocupantes de cargos políticos**

Edição	Categoria	Fonte ou Assunto	Espaço na Editoria de Política	Cargo	Nome
06/03/2018	-	-	-	-	-
08/03/2018	1) Corrupção	Assunto	3,3%	Senadora	Gleise Hoffmann
13/03/2018	-	-	-	-	-
15/03/2018	4) Violência	Assunto	100%	Vereadora	Marielle Franco
15/03/2018	4) Violência	Fonte	3%	Dep. Federal	Luiza Erundina
20/03/2018	4) Violência	Assunto	44%	Vereadora	Marielle Franco
22/03/2018	1) Corrupção	Assunto	0,27%	Vice-governadora	Cláudia Lelis
22/03/2018	4) Violência	Assunto	11%	Vereadora	Marielle Franco
27/03/2018	4) Violência	Fonte	4,8%	Senadora	Gleise Hoffmann
29/03/2018	4) Violência	Assunto	5,7%	Vereadora	Marielle Franco
03/04/2018	-	-	-	-	-
05/04/2018	1) Corrupção	Fonte	0,5%	Senadora	Gleise Hoffmann
05/04/2018	1) Corrupção	Fonte	0,23%	Senadora	Ana Amélia
10/04/2018	-	-	-	-	-
12/04/2018	-	-	-	-	-
17/04/2018	1) Corrupção	Assunto	11%	Vice-governadora	Cláudia Lelis
19/04/2018	-	-	-	-	-
24/04/2018	-	-	-	-	-
26/04/2018	-	-	-	-	-

Fonte: Da Autora (2018).

Dentre as edições em que as mulheres da política apareceram, alguns pontos reveladores foram evidenciados. Identificamos que predominam as mulheres como assunto de reportagem e não como fonte, o que foi constatado nas edições dos dias 08, 15, 20, 22 (duas matérias, com duas mulheres diferentes) e 29 de março e no dia 17 de abril. Destas seis edições, apareceram três mulheres diferentes: no dia 08 de março, a senadora Gleise Hoffman; nos dias 15, 20, 22 e 29 de março, a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco; e nos dias 22 de março e 14 de abril, a vice-governadora do Tocantins, Cláudia Lelis. As reportagens em que Gleise e Cláudia foram assunto se enquadraram na categoria 1) *Corrupção* e todas as que Marielle foi o assunto, na categoria 4) *Violência*.

Portanto, nas seis edições em que encontramos mulheres da política como *assunto* de reportagem no Jornal da Globo foram sete menções às mulheres, visto

que no dia 22 de março houve uma matéria sobre a cassação do mandato da vice-governadora Cláudia Lelis e outra sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco. Isso resulta, então, em um destaque para a categoria 4) *Violência*, sendo constatada em quatro edições, quando se trata das mulheres da política como *assunto*, seguida da categoria 1) *Corrupção*, que foi constatada em três edições nas quais as mulheres foram *assunto* nas reportagens de política.

Há que fazer uma ressalva com relação à cobertura do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco. Acreditamos que tal assunto só figurou em todos os jornais do país e inclusive na imprensa internacional, porque ela morreu de maneira trágica. Percebeu-se uma insistência da mídia como um todo, e não foi diferente no Jornal da Globo, em explorar o assunto. Em nossa visão, esse acabou sendo o assunto predominante nas reportagens em que as mulheres da política apareceram por causa do impacto que causou a morte da parlamentar, a repercussão e a mobilização social gerada.

Por outro lado, nos parece plausível que a segunda categoria em frequência de aparição tenha sido a 1) *Corrupção*, visto que os telejornais investem muito na cobertura de escândalos envolvendo agentes públicos. Ou seja, em nossa análise, quando as mulheres aparecem como o *assunto* da reportagem, todas as notícias foram negativas, e corroboraram a ideia de que a política é um meio sujo e até as mulheres se corrompem, ou aproveitaram o drama humano de uma mulher que saiu de um grupo oprimido, ascendeu politicamente, mas teve um fim trágico.

Com relação à mulher da política como fonte no Jornal da Globo, encontramos tal participação nas edições dos dias 15 e 27 de março e 05 de abril, tendo voz três mulheres diferentes. No dia 15 de março, a deputada federal Luiza Erundina falou em plenário sobre a morte da vereadora Marielle Franco; no dia 27 de março, a senadora Gleise Hoffmann falou sobre o ataque a tiros a caravana do PT; e no dia 05 de abril novamente Gleise Hoffmann falou sobre a prisão do ex-presidente Lula, e no mesmo dia e sobre o mesmo assunto, a senadora Ana Amélia Lemos teve uma nota oficial sua lida no telejornal e consideramos isto uma fala por se tratar de opinião da senadora.

Destes três dias, em dois as fontes masculinas foram em maior número e falaram por quantidade de tempo consideravelmente maior. As reportagens exibidas nos dias 15 de março e 05 de abril, embora tratem sobre assuntos bem diferentes, têm um ponto em comum: mostram a opinião de vários políticos sobre um

determinado fato que gerou grande repercussão, no primeiro caso, foi a morte da vereadora Marielle, no segundo, a prisão de Lula. Como em ambas as edições tais assuntos ocuparam toda a editoria de política, no caso de Marielle, e 90% do tempo no caso de Lula, tomamos por base todas as fontes de políticos homens e mulheres dos referidos dias a fim de comparar qual o espaço ocupado pelo político de acordo com o gênero.

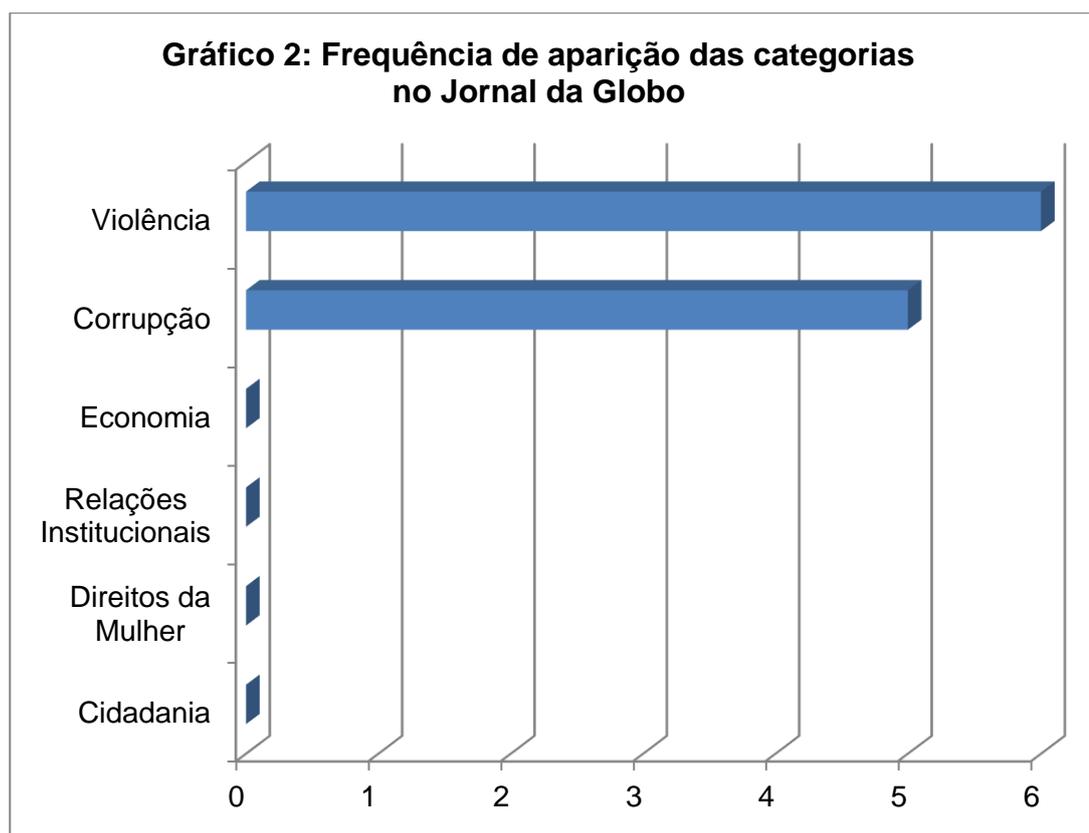
No dia 15 de março, temos seis fontes masculinas do campo político e apenas uma feminina: Luiza Erundina. A sonora dela ocupou um espaço de 3% do tempo da edição e as deles somadas, 8,5%. Ou seja, os homens falaram, proporcionalmente, quase o triplo que a única mulher entrevistada. No dia 05 de abril, em uma matéria sobre a prisão de Lula, a senadora Gleise Hoffmann ocupou 0,5% do espaço da editoria de política como fonte e em outra reportagem sobre o mesmo assunto, a também senadora Ana Amélia Lemos ocupou 0,23% do espaço. Já as fontes masculinas neste dia totalizaram dez homens, o que correspondeu, no conjunto, a 10% do tempo da editoria de política. E mesmo se somarmos as falas das duas mulheres, como fizemos com os homens, elas não chegam a 1% do tempo da edição dedicado à política. Os homens falaram, portanto, dez vezes mais que as mulheres.

Se focalizarmos na matéria em si na qual elas são fonte, em termos de tempo, as mulheres até ocupam um espaço um pouco mais considerável: Erundina 11%, Gleise 17% e Ana Amélia 1%. Mas avaliando a situação como um todo, a participação delas é realmente muito baixa e desproporcional em relação aos homens. É possível relacionar tal fato com a própria atuação da mulher no campo político, em pontos mais específicos, em círculos menores, elas têm alguma influência, mas em um escopo mais amplo, veem sua atuação altamente limitada pela dominância masculina.

Ainda com relação às fontes, a única vez em nossa análise em que a fala de uma mulher foi maior que a dos homens foi a da senadora Gleise Hoffmann com relação à fala do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, no dia 27 de março, sobre o ataque a tiros a caravana do PT. A sonora de Gleise ocupou 4,8% do tempo da editoria de política e 21,5% do tempo da reportagem, e a de Jungmann 3% do tempo da editoria de política e 13,5% do tempo da reportagem.

Interessante ressaltar que, também no caso das fontes femininas, as duas categorias encontradas foram a 4) *Violência* e a 1) *Corrupção*; desta vez em número

igual: duas falas para cada uma, embora as duas falas da categoria 4) *Violência* tenham sido bem mais longas, o que demonstra uma tendência a dar voz às mulheres neste tipo de assunto. Observamos também que todas as falas das mulheres da política foram eloquentes, incisivas e sempre criticando o que estava acontecendo.



Fonte: Da Autora (2018).

O que estamos dizendo também se refere ao demonstrado pelo Gráfico 2. Como prevê Bardin (1977, p. 134), “[...] a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição”. Ao longo da análise dos dados quantitativos, falamos sobre as categorias, que dizem respeito ao assunto da reportagem, em que as mulheres da política apareceram como fonte ou tema. Entre estes dois itens, só foram identificadas a categoria 4) *Violência*, com seis aparições, e a categoria 1) *Corrupção*, com cinco aparições. O fato que mais ganha destaque, em nossa visão, não é que estas duas categorias tenham formulado os indicadores mais consistentes da análise, mas sim que não houve sequer uma menção às

mulheres da política nas outras categorias: 2) *Economia*, 3) *Relações Institucionais*, 5) *Direitos da Mulher* e 6) *Cidadania*.

No caso das categorias 2 e 3, nos parece ficar mais evidenciado uma preferência por fontes masculinas, visto que são considerados temas mais “duros”. Para falar sobre economia, por exemplo, é exigido seriedade e credibilidade, características que, por vezes, ainda carregam os signos do machismo em áreas de atuação antes dominadas pelos homens e que, hoje em dia, vêm cedendo à ocupação feminina. Sobre as relações institucionais, como já esclarecemos no referencial teórico, as mulheres são minoria discrepante nos Poderes Legislativo e Executivo, além disso, tanto o presidente da Câmara dos Deputados quanto do Senado são homens e costumam ser fonte frequente quando se trata da relação entre os Poderes. Interessante salientar também que essas duas categorias 2) *Economia* e 3) *Relações Institucionais* tem margem para gerar matérias de viés mais positivo, justamente se olharmos pela ótica da credibilidade da fonte em um tema relevante. Não ter nenhuma mulher em nenhuma dessas categorias pode ajudar a mantê-las sempre nos assuntos mais periféricos ou naqueles de cunho negativo.

Por outro lado, nos surpreendeu o fato de as categorias 5) *Direitos da Mulher* e 6) *Cidadania* não terem aparecido nenhuma vez na análise, visto que são temas vinculados à mulher na política. Podemos inferir que, em se tratando do Jornal da Globo, essas duas categorias não configuram assuntos de grande interesse à linha editorial do telejornal, por isso não houve matérias que abordassem tais temáticas. É possível perceber que, no Jornal da Globo, as reportagens de política geralmente são sobre temas como a política econômica do governo, as votações no Congresso Nacional, a relação entre os três Poderes; ou então tendem a retratar os escândalos políticos: casos de corrupção ocupam bastante espaço neste noticiário.

Ainda com relação a cada uma das mulheres que apareceram no Jornal da Globo, podemos dizer que a ativação de mecanismos emocionais ficaram evidentes na cobertura do assassinato da vereadora Marielle, campeã de aparições: em quatro das 16 edições. A senadora Gleise Hoffmann foi a segunda mulher da política que mais apareceu, e de forma bastante representativa: duas vezes como fonte e uma vez como assunto. Foi ela também que teve a fala mais longa e a única maior que a de um homem. A vice-governadora Cláudia Lelis apareceu duas vezes como assunto, a deputada federal Luiza Erundina e a senadora Ana Amélia uma vez cada, ambas como fonte. O fato de termos um número restrito de mulheres e a repetição

destas mulheres no telejornal também simboliza que elas mesmas fazem parte de uma elite dentro do próprio campo político.

#### 5.4.2 Jornal da Noite

Nas edições dos dias 06 de março, terça-feira, 08 de março, quinta-feira, e 13 de março, terça-feira, de 2018, o Jornal da Noite não teve nenhuma mulher como assunto ou fonte de reportagem na editoria de política. Tanto os assuntos quanto as fontes das matérias foram todos homens.

A edição do dia 15 de março, quinta-feira, do Jornal da Noite teve uma mulher ocupante de cargo político como assunto de reportagem. Neste dia, foram 25 minutos líquidos, sendo pouco mais de 12 (todo o tempo da editoria de política), preenchidos com a morte da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco. A edição foi aberta com imagens de protestos contra o assassinato dela, seguidas de fala do apresentador, Fábio Pannunzio, analisando que a morte da vereadora também teve a ver com a intervenção militar no Rio de Janeiro.

Em seguida, uma reportagem detalhada conta a trajetória de Marielle enquanto mulher de origem humilde, destacando sua luta pelos direitos das mulheres, dos negros e dos homossexuais, e o fim trágico (CASO..., 2018d). Há forte apelo emocional das imagens do velório e do enterro de Marielle, da comoção popular gerada por sua morte e da própria vereadora, sendo mostrada como uma mulher batalhadora e atuante na política. A matéria pode ser enquadrada na categoria 4) *Violência*, pois são destacados os detalhes sobre o crime. A única fonte do campo político utilizada nesta reportagem foi um homem, o deputado estadual e padrinho político de Marielle, Marcelo Freixo. As demais entrevistas não são com pessoas da política.

O comentário do jornalista Fernando Mitre tem grande destaque no Jornal da Noite e na edição do dia 15 de março tratou sobre o assassinato da vereadora Marielle, chamando de tragédia, e apontando para a necessidade de integração das forças de segurança e inteligência do país (MITRE..., 2018). O comentarista pontua ainda que, depois deste fato, “a intervenção militar no Rio de Janeiro não será mais a mesma”. Podemos encaixar o comentário na categoria 4) *Violência*.

A próxima reportagem desta edição do telejornal acerca do assunto fala que a Câmara dos Deputados acompanharia as investigações sobre o crime, além de

mostrar a repercussão do assassinato da vereadora na imprensa internacional (CÂMARA..., 2018). A matéria aponta também a posição de autoridades dos outros poderes, através de entrevista com o ministro da Justiça, Torquato Jardim, com o presidente Michel Temer, e com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. Podemos caracterizar esta reportagem dentro da categoria 4) *Violência*, porque a ênfase está no fato de Marielle ter sido assassinada, na resolução do crime e que o caso não afetaria a intervenção militar no Rio de Janeiro, segundo as autoridades. Novamente, temos só fontes masculinas.

Na sequência dessa matéria, o telejornal apresenta uma nota coberta sobre as manifestações pelo Brasil para homenagear Marielle (MARIELLE..., 2018), e outra comparando o assassinato da vereadora ao da juíza Patrícia Acioli, morta em 2011, após condenar à prisão 60 policiais ligados a um grupo de extermínio (CASO..., 2018e). Em ambas as notas, são narradas histórias de mulheres que morreram tentando denunciar e ou combater crimes. Elas são mostradas como defensoras do que seria o correto, e a polícia como vilã, devido aos abusos e à má conduta por parte da Polícia Militar. As notas se encaixam na categoria 4) *Violência*.

Temos então que, para fins quantitativos, a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco ocupou, como assunto, 100% do espaço da editoria de política do Jornal da Noite, do dia 15 de março, com todas as inserções enquadradas na categoria 4) *Violência*. Por outro lado, não tivemos, neste dia, qualquer mulher da política como fonte em alguma destas reportagens, ou seja, até para falar sobre a morte de outra mulher, a preferência – e neste caso a exclusividade – é ouvir fontes masculinas. O Jornal da Noite deu bastante destaque ao assassinato da vereadora, especialmente enfocando na questão do crime em si e também o relacionando com uma questão mais ampla, que estava em pauta naquele momento: a intervenção militar no Rio de Janeiro.

Na edição do dia 20 de março, terça-feira, do Jornal da Noite uma mulher da política apareceu como assunto: novamente a vereadora do Rio de Janeiro assassinada Marielle Franco. Em forma de nota coberta, o telejornal mostrou a continuidade das investigações do crime e de novos protestos contra a morte da vereadora (CASO..., 2018c). A editoria de política teve cerca de nove minutos neste dia e a nota que falou sobre Marielle teve aproximadamente um minuto de 30 segundos, o que representa 16% do espaço da editoria de política sendo ocupado por uma mulher. A nota se enquadra na categoria 4) *Violência*. Não houve

entrevistas, mas o deputado estadual Marcelo Freixo é mencionado como uma das pessoas que estava acompanhando as investigações.

Na edição do dia 22 de março, quinta-feira, o Jornal da Noite voltou a abordar o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco. A reportagem informou que milicianos poderiam ter envolvimento com o crime, além de outros vereadores (CASO..., 2018a). A editoria de política teve em torno de sete minutos e a matéria em que a vereadora foi o assunto durou um minuto e 32 segundos. Isto é aproximadamente 22% do tempo total da edição dedicado à política. Podemos encaixar a reportagem na categoria 4) *Violência*. Não há fontes do campo político nesta matéria. É mostrada a companheira de Marielle falando na Câmara dos Deputados, pedindo justiça.

Nas edições dos dias 27 de março, terça-feira, 29 de março, quinta-feira, e 03 de abril, terça-feira, o Jornal da Noite não teve nenhuma mulher como fonte ou assunto nas reportagens sobre política.

Na edição do dia 05 de abril, quinta-feira, pela primeira vez, o Jornal da Noite apresentou uma reportagem que teve uma mulher como fonte: a deputada federal Jandira Feghali. A matéria tratava sobre a forte repercussão no meio político do mandado de prisão de Lula, expedido pelo juiz Sérgio Moro (PRISÃO..., 2018). Dos 30 minutos líquidos da edição, 21 foram da editoria de política, toda dedicada à prisão do ex-presidente. Em uma reportagem de dois minutos e 35 segundos, são mostradas as manifestações por vídeos de redes sociais de dois políticos homens: o deputado federal Darcísio Perondi e o senador Álvaro Dias, cujas falas somam 20 segundos; e de uma mulher: a deputada federal Jandira Feghali, que fala por 12 segundos. A matéria também mostra notas, por escrito, de outros dois homens detentores de cargo público eletivo: o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que somadas chegam a 30 segundos.

Temos expostas então as falas de quatro políticos homens, que somadas representam 32% do tempo da matéria e que ocupam um espaço de 4% da editoria de política; e de uma mulher, que representa 7,7% do tempo da matéria e 1% do espaço da editoria de política. Em sua fala, Jandira critica a prisão de Lula, caracterizando como apressada por parte do juiz Sérgio Moro. Ainda corroboraria a predominância de fontes masculinas o fato de outros dois homens pertencentes ao campo político também terem sua opinião retratada na matéria, o ex-presidente José

Sarney e o ex-deputado federal Roberto Jefferson, mas eles não foram contabilizados em nossa porcentagem de ocupação de espaço porque não detêm mandato eletivo atualmente. A reportagem se enquadra na categoria 1) *Corrupção*, pois diz respeito à prisão de um agente político.

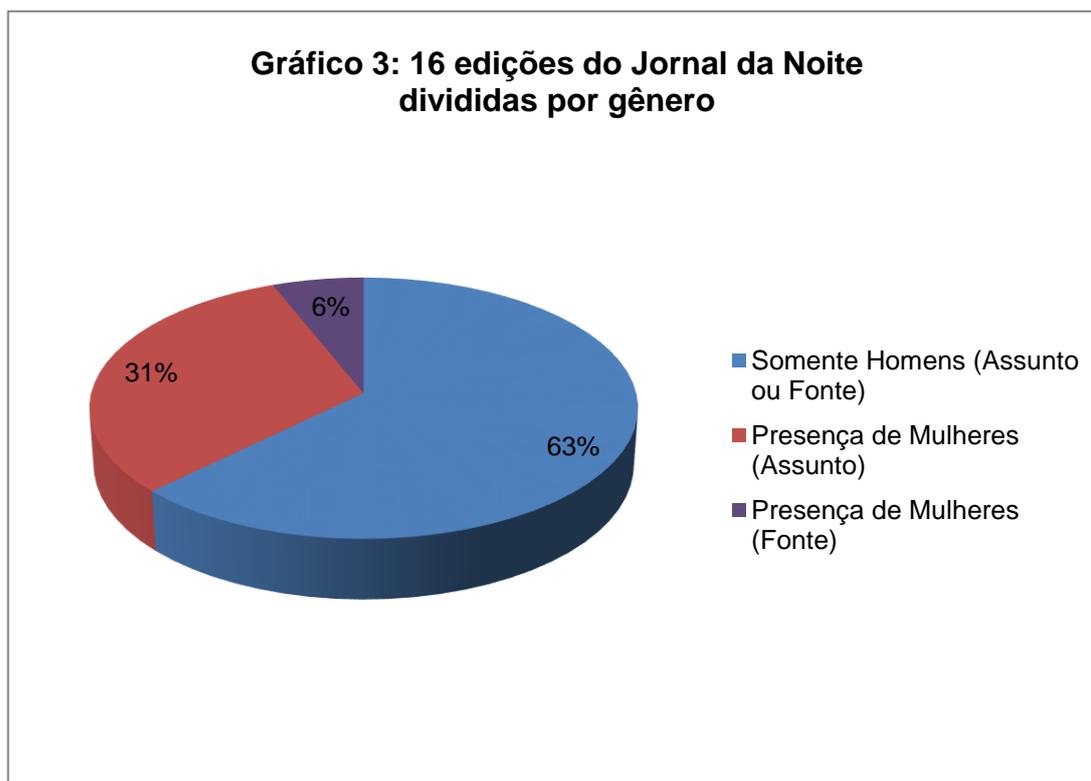
Na edição do dia 10 de abril, terça-feira, a vereadora Marielle Franco apareceu no Jornal da Noite como assunto. Em forma de uma nota coberta, de 43 segundos, o telejornal noticiou que a Polícia Federal havia encontrado fragmentos de impressões digitais que poderiam ser do assassino da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e do motorista dela, Anderson Gomes (CASO..., 2018b). Neste dia, a editoria de política teve nove minutos, portanto, a nota ocupou cerca de 8% deste tempo, tendo uma mulher da política como assunto. A nota se encaixa na categoria 4) *Violência*.

A edição do dia 12 de abril, quinta-feira, do Jornal da Noite não teve nenhuma mulher como fonte ou assunto em reportagem sobre política.

Na edição do dia 17 de abril, terça-feira, uma mulher da política foi mencionada, ao final de uma matéria sobre corrupção. A reportagem mostrou que o senador Aécio Neves havia se tornado réu por corrupção (AÉCIO..., 2018). Ao final, foram mencionados os outros seis senadores que também figuravam como réus em processos de corrupção, dentre eles, Gleise Hoffmann. A citação do nome dela durou cerca de três segundos, o que corresponde a 1% do tempo total da edição dedicado à política, que foi de cerca de cinco minutos, neste dia. A matéria se encaixa na categoria 1) *Corrupção* e tem uma mulher da política não como o assunto central, mas como ela é citada e tem sua foto exposta, julgamos necessário considerar esta referência para fins quantitativos.

Nas edições dos dias 19 de abril, quinta-feira, 24 de abril, terça-feira, e 26 de abril, quinta-feira, não houve nenhuma mulher da política como assunto ou fonte de reportagem no Jornal da Noite.

Igualmente como realizamos no Jornal da Globo, trazemos, na sequência, dois gráficos e uma tabela que sintetizam os dados da participação feminina como fonte ou assunto nas reportagens de política do Jornal da Noite, bem como analisamos tais indicadores.



**Fonte: Da Autora (2018).**

No Jornal da Noite a presença feminina nas reportagens sobre política foi menor do que no Jornal da Globo. Encontramos mulheres como assunto ou fonte em seis das 16 edições analisadas: nos dias 15, 20 e 22 de março e 05, 10 e 17 de abril. Ou seja, elas apareceram, de alguma forma, em 37% dos dias, como demonstra o Gráfico 3. Nas outras dez edições da análise, não houve qualquer participação feminina nas reportagens de política. Assim como no primeiro, constatamos neste telejornal uma predominância das mulheres como assunto, o que ocorreu em cinco das seis edições mencionadas e somente em uma delas tivemos uma mulher da política como fonte, no dia 05 de abril. Apenas três mulheres diferentes apareceram no Jornal da Noite: a vereadora Marielle Franco quatro vezes, a deputada federal Jandira Feghali e a senadora Gleise Hoffmann, uma vez cada uma.

Encontramos uma diferença significativa de ocupação de espaço na editoria de política entre o Jornal da Noite e o Jornal da Globo. Vale dizer que nenhum dos dois programas apresenta uma equidade com relação aos gêneros no que tange à política, mas no Jornal da Noite a desigualdade é mais acentuada: além de as mulheres aparecerem em menos de 40% das edições estudadas, a variedade de

nomes também foi muito pequena, somente três mulheres diferentes. Enquanto no Jornal da Globo foram cinco representantes femininas, que apareceram na metade das edições trabalhadas.

**Tabela 2: Exposição no Jornal da Noite de mulheres ocupantes de cargos políticos**

Edição	Categoria	Fonte ou Assunto	Espaço na Editoria de Política	Cargo	Nome
06/03/2018	-	-	-	-	-
08/03/2018	-	-	-	-	-
13/03/2018	-	-	-	-	-
15/03/2018	4) Violência	Assunto	100%	Vereadora	Marielle Franco
20/03/2018	4) Violência	Assunto	16%	Vereadora	Marielle Franco
22/03/2018	4) Violência	Assunto	22%	Vereadora	Marielle Franco
27/03/2018	-	-	-	-	-
29/03/2018	-	-	-	-	-
03/04/2018	-	-	-	-	-
05/04/2018	1) Corrupção	Fonte	1%	Dep. Federal	Jandira Feghali
10/04/2018	4) Violência	Assunto	8%	Vereadora	Marielle Franco
12/04/2018	-	-	-	-	-
17/04/2018	1) Corrupção	Assunto	1%	Senadora	Gleise Hoffmann
19/04/2018	-	-	-	-	-
24/04/2018	-	-	-	-	-
26/04/2018	-	-	-	-	-

Fonte: Da Autora (2018).

Nos dias 15, 20 e 22 de março e 10 de abril a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco apareceu no Jornal da Noite como assunto na editoria de política. Na edição de 15 de março, data seguinte ao seu assassinato, ela ocupou a metade do tempo total da edição e todo o espaço dedicado à política, no entanto, isto só ocorreu devido à comoção social que causou seu assassinato. Por outro lado, as fontes utilizadas para falar sobre o crime foram sempre homens. Nos dias 20 e 22 de março, a morte da parlamentar ainda estava gerando repercussão e as investigações avançavam, portanto, o assunto ocupou um espaço considerável da editoria de política: 16% e 22% do tempo, respectivamente. Mas, novamente, nestas duas edições, não houve a fala de alguma mulher da política. Já no dia 10 de abril,

que o assunto estava um pouco mais distante, a reportagem em que Marielle apareceu como assunto ocupou 8% da editoria de política.

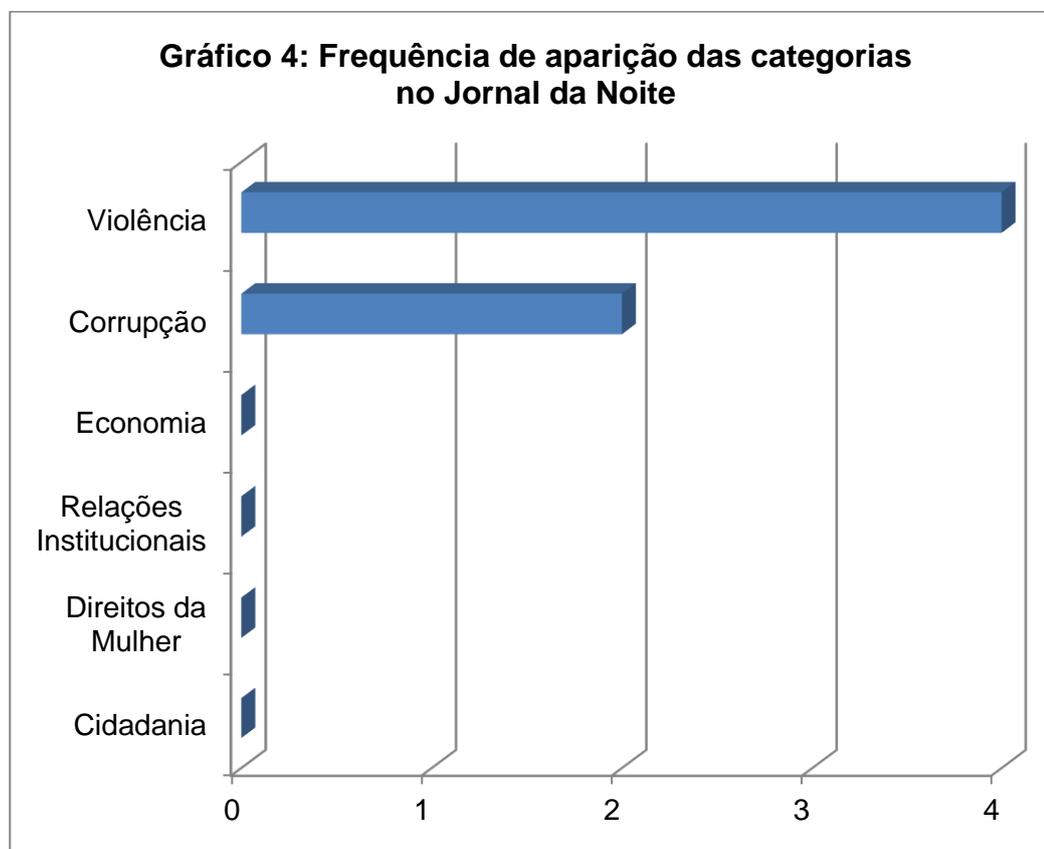
É possível perceber que, neste caso, o telejornal se comportou de acordo com a repercussão do assunto, por isto que a vereadora acabou ocupando um espaço considerável das edições. Do contrário, é provável que ela jamais tivesse aparecido tantas vezes. Obviamente, todas essas edições em que Marielle apareceu foram enquadradas na categoria 4) *Violência*. Esta foi também a categoria mais encontrada na análise do Jornal da Noite e a vereadora a mulher que mais apareceu: em quatro das seis edições em que tivemos alguma menção à mulher da política.

Ainda em termos de assunto, no dia 17 de abril, tivemos a senadora Gleise Hoffmann citada no final de uma reportagem sobre corrupção. Embora ela não fosse o centro da matéria, seu nome e imagem foram expostos, então consideramos esta aparição, que foi de 1% da editoria de política. A categoria 1) *Corrupção*, portanto, foi a segunda mais identificada em se tratando das mulheres da política como assunto, com uma menção.

Também na categoria 1) *Corrupção*, tivemos a única mulher fonte de reportagem sobre política no telejornal: a deputada federal Jandira Feghali, no dia 05 de abril. Igualmente como ocorrido no Jornal da Globo, o Jornal da Noite buscou ouvir a opinião de diferentes políticos sobre o mandado de prisão do ex-presidente Lula. Na mesma reportagem, foram fonte além de Jandira quatro políticos homens. A fala dela ocupou 1% do espaço da editoria de política e 7,7% do espaço da matéria, já as dos homens ocuparam 4% e 32%, respectivamente. Temos então que os homens falaram o quádruplo que a única mulher entrevistada.

No Jornal da Noite, nos chamou a atenção a discrepância maior entre fontes masculinas e femininas nas reportagens sobre política. Por outro lado, temos que considerar também que este telejornal tem uma duração de tempo um pouco menor do que o Jornal da Globo e as matérias são, da mesma forma, mais concisas, o que poderia justificar uma utilização de menos fontes, ou que suas falas sejam encurtadas. É possível perceber ainda que há menos recursos tecnológicos e entradas ao vivo de repórteres, tornando o Jornal da Noite um produto um pouco menos elaborado em relação ao Jornal da Globo. Mesmo assim, é importante ressaltar o fato de que só uma vez tivemos uma fonte feminina da política, o que nos

parece pouco aceitável, especialmente em alguns casos específicos, que detalharemos na análise qualitativa.



Fonte: Da Autora (2018).

Com relação à frequência de aparição das categorias no Jornal da Noite, por mais que as mulheres tenham aparecido em número de vezes menor que no Jornal da Globo, ambos os telejornais tiveram a maior incidência na categoria 4) *Violência* e depois na categoria 1) *Corrupção*. O fato de não termos encontrado no Jornal da Noite nenhuma mulher como fonte ou assunto nas categorias 2) *Economia* e 3) *Relações Institucionais* atentam para uma razão semelhante à identificada no Jornal da Globo: a questão da seriedade e credibilidade da fonte terem introjetado, de alguma maneira, traços do machismo.

Já com relação à invisibilidade das mulheres da política nas categorias 5) *Direitos da Mulher* e 6) *Cidadania*, poderíamos inferir que, assim como no Jornal da Globo, tais temáticas não interessariam muito ao público que assiste ao Jornal da Noite. De forma geral, a base da editoria de política deste noticiário também é composta por reportagens que se encaixam nas categorias 1) *Corrupção*, 2)

*Economia* e 3) *Relações Institucionais*, mas também encontramos uma matéria que dizia respeito aos direitos da mulher, e igualmente nenhuma mulher da política foi ouvida, o que detalharemos na análise qualitativa.

Ficou mais evidente, portanto, a exclusão da fala ou mesmo a simples aparição de uma mulher da editoria política deste telejornal do que a de um homem. Tendo em vista que das seis vezes que as mulheres da política apareceram no Jornal da Noite quatro foram na categoria 4) *Violência* e duas na categoria 1) *Corrupção*, podemos constatar que a visibilidade que essas mulheres tiveram no período analisado foi bastante restritiva. A representação feminina na mídia esbarra primeiramente na invisibilidade. Quando vencida esta barreira, a tendência é o espetáculo, o sensacionalismo da violência, ou o reforço dos estereótipos do campo político, em especial a corrupção como *práxis*.

## 5.5 Análise qualitativa

Para nós, é um ponto chave nesta pesquisa o fato de as mulheres serem fonte em número muito menor e com bem menos tempo do que os homens nas reportagens de política. Portanto, para a análise qualitativa, escolhemos duas reportagens de cada um dos telejornais estudados que são bastante representativas desses indicadores, como demonstraremos a seguir. Utilizamos um antagonismo: de um lado, as duas reportagens em que as mulheres têm as falas mais longas, a senadora Gleise Hoffmann sobre o ataque a tiros à caravana do PT, exibida no Jornal da Globo, e a deputada federal Jandira Feghali, sobre a prisão do ex-presidente Lula, no Jornal da Noite; e do outro, duas reportagens em que identificamos a ausência feminina enquanto fonte, em ambos os telejornais.

Nosso objetivo nesta etapa da pesquisa é analisar a participação feminina enquanto fonte nas reportagens de política, portanto, vamos nos ater especialmente às falas das mulheres. Com base em Bardin (1977), fazemos uma análise da enunciação, a partir de uma transcrição das *sonoras*<sup>20</sup> femininas em que se avalie o tipo de discurso contido nestas entrevistas. Também transcrevemos as sonoras masculinas, para que possamos fazer uma comparação entre a participação de homens e mulheres da política enquanto fonte. Conforme Bardin (1977), a análise

---

<sup>20</sup> (N.A.): Como já mencionado na análise quantitativa, relembramos que *sonora* é a fala da fonte.

da enunciação pode ser aplicada em diferentes materiais, tais como entrevistas, comunicações de massa, discussões em grupos, discursos políticos, entre outros. Deve-se levar em conta tanto os elementos linguísticos, as palavras em si; quanto os elementos paralinguísticos, silêncios, perturbações, emoções.

Criamos três *categorias* para a análise da enunciação das mulheres da política enquanto fonte. 1- *Tipo de Discurso*: Afirmativo (quando a fonte é assertiva, traz dados, contextualiza o assunto). Defensivo (quando a fonte está justificando algo, dando explicações acerca do fato, defendendo-se). Crítico (quando a fonte apresenta um contraponto ao assunto em questão, quando faz oposição a algo ou alguém, quando há indignação com o fato). Protocolar (quando a fonte traz pouca ou nenhuma informação relevante, apenas uma fala genérica). 2- *Estilo de Raciocínio do Locutor*: Linear (coerente, segue uma linha de raciocínio). Não Linear (desconexo, confuso, sem domínio do assunto). Excitante (encadeamento das ideias vai crescendo até chegar a um clímax, chama a atenção pela notoriedade do fato ou pela maneira como é exposto). Repetitivo (as mesmas ideias são repetidas, direta ou indiretamente, a fim de dar ênfase à mensagem). 3- *Tipo de Argumentação*: Racional (foco no concreto, dados). Emocional (mobiliza o subjetivo, sensibiliza, apela). Neutra (sem ênfase, sem opinião clara).

Além das categorias, levamos em consideração o contexto, as palavras e as imagens utilizadas e a participação do repórter na reportagem, para que possamos, a partir de inferências e deduções, compreender o sentido da mensagem e a participação feminina como fonte nas reportagens de política. Nos dois casos de ausências das mulheres da política, fazemos a análise da enunciação das demais fontes da matéria, a partir dos mesmos critérios supracitados, e demonstramos como a ausência de fala de uma mulher da política foi significativa.

### **5.5.1 Jornal da Globo**

De acordo com o que foi apreendido na análise quantitativa, independente do assunto, os homens aparecem nas reportagens de política como fonte com muito mais frequência do que as mulheres, fato constatado em três das quatro reportagens nas quais houve fontes femininas, entre os dois telejornais. Seleccionamos para a análise qualitativa do Jornal da Globo a única reportagem – dentre toda a análise – em que temos uma fala feminina e uma masculina e a primeira é mais longa.

Na edição do dia 27 de março, do Jornal da Globo, foi veiculada uma reportagem sobre um ataque a tiros a uma caravana do ex-presidente Lula, no Paraná (CARAVANA..., 2018). A âncora Renata Lo Prete faz a *cabeça*<sup>21</sup> da reportagem, dizendo que a caravana havia sido atingida por pelo menos três tiros, mas que ninguém ficou ferido. A matéria começa com base nas informações da assessoria de imprensa do PT, que conta que dois ônibus, um com jornalistas e outro com convidados, foram atingidos por tiros. A repórter contextualiza ainda que a caravana de Lula vinha sendo recebida com protestos, desde quando começou, no Rio Grande do Sul.

É mostrada uma manifestação de Lula, por escrito, via rede social, que é lida pela repórter, que diz: “A nossa caravana está sendo perseguida por grupos fascistas. Já atiraram ovos, pedras. Hoje deram até tiro no ônibus”. Este tipo de fala não entrará na análise qualitativa, mas julgamos importante transcrevê-la para fins de descrição da matéria.

Em sua *passagem*<sup>22</sup>, a repórter Malu Mazza diz: “A polícia do Paraná declarou que vai investigar o caso e que os veículos já estão sendo vistoriados. Também afirmou que o ex-presidente Lula não estava nos ônibus no momento dos disparos” (CARAVANA..., 2018). Há também uma fala do delegado Helder Lauria, responsável pelo caso:

Chamamos o Instituto de Criminalística para constatar se era disparo de fogo ou não, e também alguns passageiros, o motorista também foi ouvido aqui na Delegacia. Nós ainda estamos apurando os fatos que ocorreram, o local onde ocorreu esse fato criminoso, para possivelmente acabar com a investigação e chegar nos autores (CARAVANA..., 2018).

A reportagem utiliza um vídeo, publicado no site do PT, no qual consta uma entrevista com a senadora e presidente do partido, Gleise Hoffmann:

Um tiro que cês podem ver está aqui *né*, o que furou a lataria do ônibus; outro passou de raspão e agora acabaram de me dizer que

---

<sup>21</sup> N.A.: nas regras de redação do telejornalismo, *cabeça* significa a chamada para a reportagem que irá ao ar no telejornal, é a introdução ao assunto que será abordado, podendo ser também um resumo do que virá a seguir.

<sup>22</sup> N.A.: nas regras de redação do telejornalismo, *passagem* representa a parte da reportagem em que o repórter aparece e fala olhando para a câmera.

do outro lado do ônibus tem um outro tiro. Nós mandamos um ofício ao ministro Raul Jungmann, com o roteiro da caravana, por onde nós íamos passar, pedindo apoio da segurança; mandamos também as informações ao Governo do Estado do Paraná, falamos com o Comando da Polícia Militar, quer dizer, todo mundo *tá* sabendo; o fato é que nós não temos proteção. Nós vamos deixar se transformar isso a política? Vai virar um bang-bang? As pessoas vão atirar nas outras? (CARAVANA..., 2018).

Na sequência é apresentada a fala do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann:

Eu sempre que sou solicitado e que acontece esse tipo de confronto, eu procuro as autoridades estaduais pra pedir atenção pro caso, então é uma praxe, eu diria assim, é uma norma, que eu tenho seguido quando essas coisas acontecem. Não só agora, mas sempre que acontecer, eu vou procurar exatamente chamar a atenção para que exista, e já existe, eu acredito, preocupação e cuidado com isso, mas que seja redobrado (CARAVANA..., 2018).

A reportagem é encerrada com uma nota da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dizendo que “É preciso coibir e punir os ataques a partidos e a políticos. O debate político deve se dar no campo das ideias”.

Temos diversas fontes nesta reportagem, mas nos interessa para fins de análise somente as sonoras dos dois políticos: Gleise Hoffmann e Raul Jungmann. O tipo de discurso de Gleise é crítico, mostrando-se bastante incomodada com o acontecimento. O raciocínio da locutora é repetitivo: elencar todos os pontos de tiros do ônibus, citar todas as autoridades avisadas, são, na realidade, repetições da mesma ideia, a fim de dar ênfase ao que se está dizendo. A argumentação é emocional porque a senadora se mostra assustada, especialmente no final quando ela traz a situação para a política como um todo, questionando se a política “Vai virar um bang-bang? As pessoas vão atirar nas outras?”, o que transmite um sentimento de medo, ameaça. Com relação ao contexto, Gleise está em frente aos ônibus atingidos, à noite, por isto justifica-se a tensão elevada. A imagem não tem uma qualidade de definição muito alta e há várias pessoas com celulares e microfones registrando a fala da senadora.

Se analisarmos isoladamente os verbos utilizados por Gleise, eles não dizem muita coisa sobre o conteúdo da mensagem. A enunciação é longa e neste caso, o que vale é o encadeamento das ideias, inclusive essa questão da repetição, e não

uma unidade verbal isolada. É possível perceber que a presidente do PT faz cobranças em sua fala às autoridades da área da segurança, mencionando que o partido avisou a diferentes órgãos sobre o roteiro da caravana. Ela implica nominalmente, inclusive, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.

De outro modo, Jungmann apresenta um tipo de discurso defensivo, ele parece estar se explicando, respondendo à fala da senadora Gleise Hoffmann. O estilo de raciocínio do locutor é linear e a argumentação racional. Como o ministro começa sua fala utilizando a locução verbal “sempre que sou solicitado”, já demonstra que ele está respondendo a algo ou alguém. Afirma ainda que “vai pedir atenção pro caso” e que isto é uma praxe, deixando clara sua preocupação em esclarecer os procedimentos de seu trabalho. Sobre o contexto da enunciação, Jungmann parece estar no corredor, próximo ao seu gabinete no Ministério da Segurança Pública.

Sobre a questão imagética desta matéria, parte das imagens não tem uma qualidade de definição muito alta, pois foram feitas à noite e na rua, em frente aos ônibus atacados. Com exceção da de Gleise, as demais sonoras tem imagens bem claras e definidas.

Como já mencionamos, escolhemos esta reportagem para fazer parte da análise qualitativa por ela ser a que tem a maior fala de uma mulher da política. As sonoras de Gleise e Jungmann configuraram certa antítese, com a senadora intimando, cobrando, e o ministro defendendo, se explicando. Vale lembrar que a fala de Gleise configura uma exceção no contexto desta pesquisa, pois como constatado na análise quantitativa, é muito mais comum o silenciamento das mulheres da política em detrimento dos homens.

Salientamos que Gleise ocupa dois cargos bem expressivos no cenário político brasileiro: é senadora e presidente de um dos maiores partidos do país. Tais credenciais justificam que ela tenha sido, de maneira substantiva, a mulher que teve a participação mais relevante tanto na etapa quantitativa quanto na qualitativa da pesquisa. Mesmo assim, não encontramos uma fala sequer de uma mulher em uma pauta positiva: como apontado na análise quantitativa, a participação feminina, seja como fonte ou assunto, se dá nas reportagens sobre violência e corrupção. Novamente, podemos inferir que as mulheres que ganham alguma visibilidade na mídia, são aquelas que de fato conquistaram espaço significativo no campo político, que acumularam mais funções do que os homens e que talvez tenham percorrido

um caminho maior que o deles. Elas fazem parte sim de uma elite dentro da própria elite do campo político.

A reportagem do Jornal da Globo em que analisamos a ausência de fontes femininas foi ao ar no dia 15 de março, sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco. Como apurado na análise quantitativa, das quatro matérias deste dia sobre a morte da parlamentar, somente em uma tivemos a fala de uma mulher, a deputada federal Luiza Erundina. Nas demais reportagens, só tivemos fontes masculinas e uma delas se destacou por não trazer a fala de nenhuma mulher justamente por enaltecer o trabalho de Marielle na luta pelos direitos das mulheres (VELÓRIO..., 2018).

A apresentadora Renata Lo Prete chama ao vivo do Rio de Janeiro a repórter Marina Araújo, que fala da comoção causada pela morte de Marielle e a quantidade de pessoas que foram ao seu enterro, para se despedir. Comenta trajetória da vereadora, uma mulher nascida e criada na favela, mas que conseguiu estudar e chegar à política. A reportagem começa com uma sonora emocionada da atriz Zezé Motta: “Eu acho que ela vai despertar, sabe, uma coisa em todos nós, que a gente vai todos os dias acordar pra fazer alguma coisa pra mudar isso” (VELÓRIO..., 2018). Na sequência, são mostradas imagens do caixão de Marielle e do motorista dela, Anderson Gomes, sendo carregados em frente à Câmara Municipal; em volta, há uma multidão gritando “Marielle? presente! Hoje e sempre!”. A próxima sonora é com uma líder do Movimento Negro Unificado, Sílvia Mendonça: “Uma mulher negra, de favela, uma mulher negra de periferia, mãe; uma mulher negra que construiu a sua identidade nas lutas” (VELÓRIO..., 2018).

A matéria segue falando sobre a história de Marielle, nascida e criada na favela da Maré, conseguiu uma bolsa de estudos na PUCRJ e formou-se em Sociologia, depois fez Mestrado e fez a quinta maior votação para vereador em 2016 na capital carioca. É inserida uma pequena fala de Marielle, provavelmente de alguma propaganda política ou de um arquivo pessoal: “[...] E a gente vai fazer política, e a gente vai resistir, a gente vai dar a cara e é isso, é isso uma das coisas que me orgulha” (VELÓRIO..., 2018).

Diz o *off*<sup>23</sup> da repórter:

---

<sup>23</sup> N.A.: nas regras de redação do telejornalismo, *off* é a parte da reportagem em que se apresenta a narração do repórter coberta por imagens.

Um dos poucos rostos da renovação política do Rio, Marielle era voz forte em defesa dos jovens, das *mulheres*, dos negros, dos homossexuais. Era voz contra a violência e as desigualdades. Ela entrou pra política como assessora do deputado estadual Marcelo Freixo, do Psol, com quem trabalhou por dez anos. Em 2016, foi eleita vereadora com a quinta maior votação da cidade, mais de 46 mil votos. Presidia a *Comissão em Defesa da Mulher* e participou da CPI dos ônibus na Câmara Municipal (*grifos nossos*). Marielle também era uma das relatoras da Comissão Parlamentar que acompanha a intervenção federal na segurança pública no Rio. [...]. Na escadaria da Câmara, velas, flores, muitas homenagens à *mulher* que se orgulhava da sua origem (VELÓRIO..., 2018).

Em seguida, entra a fala do vereador, colega de partido de Marielle, Tarcísio Motta: “Era uma pessoa do diálogo, não era uma pessoa que negasse o diálogo a quem quer que seja, para de uma certa forma conseguir avançar naquilo que fosse possível para a melhoria da cidade” (VELÓRIO..., 2018). A reportagem passa para o enterro de Marielle e mostra uma entrevista com a irmã dela, Anielle Franco: “É um sentimento de dor, um sentimento de revolta. A Maré hoje com certeza chora, o Rio chora, o Brasil inteiro chora. A gente espera por justiça” (VELÓRIO..., 2018). Depois, temos a fala do deputado estadual Marcelo Freixo:

Ela representava muita coisa pro Rio de Janeiro. Ela representava muita coisa pra esse país. Então esse crime é um crime que tenta calar muito mais do que a Marielle, mas tenta calar tudo o que ela representava. Por isso que é grave. Por isso que é claro que tem que haver empenho da polícia, é claro que tem que haver empenho do Estado, porque esse é um crime contra todos nós (VELÓRIO..., 2018).

A matéria segue com mais imagens de pessoas chorando no enterro de Marielle. Depois, é mostrado o enterro do motorista dela, Anderson Gomes, em outro cemitério. A viúva do motorista, Ághata Amous, também é entrevistada:

O nosso filho nasceu com uma má formação e nós passamos vários percalços com o Artur, então as coisas fizeram com que a gente também ficasse mais agarrado. Ele era um pai super amoroso, nós passamos uma barra juntos e ele sempre ali do lado, louco pelo filho e é difícil até pensar como é que vai ser ficar sem ele e explicar isso pra uma criança, fazer a criança ter uma memória do pai. É simplesmente horrível (VELÓRIO..., 2018).

Temos nesta reportagem seis fontes, sendo duas do campo político: o deputado estadual Marcelo Freixo e o vereador Tarcísio Motta. As outras quatro

fontes tinham algum tipo de vínculo com a vereadora, e eram todas mulheres, porém *nenhuma* da política. Queremos chamar a atenção para o fato de que é repetido na reportagem pela repórter que Marielle *lutava pelos direitos das mulheres*, presidindo inclusive a referida Comissão na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Conforme o site da Câmara Municipal da capital carioca, na época em que Marielle era a presidente da Comissão, a vice-presidente era a vereadora Verônica Costa e a vogal<sup>24</sup> a vereadora Rosa Fernandes. Ambas permaneceram nessas funções e assumiu, após a morte de Marielle, a vereadora Luciana Novaes como presidente da Comissão em Defesa da Mulher<sup>25</sup>.

É difícil estabelecer um critério objetivo para a escolha de fontes, mas seria importante ter entrevistado pelo menos uma dessas vereadoras da Comissão em Defesa da Mulher. Se a reportagem narra as dificuldades enfrentadas por Marielle, inclusive pelo fato de ser mulher, tendo em vista que esta palavra é repetida seis vezes ao longo da matéria, seria muito mais representativo mostrar outras mulheres que chegaram à política ao invés de entrevistar dois homens da política. Exibir uma fala feminina, de uma das colegas de Comissão de Marielle, demonstraria que as barreiras enfrentadas para a mulher ingressar no campo político podem ser suplantadas, e que existem outras mulheres lutando pelos direitos femininos.

Mostrar somente a dor da perda de uma mulher atuante sem dar voz a outras mulheres igualmente reivindicadoras nos parece uma falta bastante significativa. Ela fica como uma exceção ainda maior do que de fato é. Claro que não são todas as mulheres da política que tem uma história de vida como a de Marielle Franco e que tem a coragem de se contrapor a um sistema maior ou de denunciar uma determinada realidade. Mesmo assim, é preciso que se mostrem mais exemplos de mulheres que lutam pelo acreditam, a fim de que estas batalhas sejam amplificadas e não abafadas, como se parecessem tão restritas a ponto de inibir mais atitudes no mesmo sentido.

Fazendo uma análise da enunciação das duas fontes da política, o vereador Tarcísio Motta teve um discurso afirmativo, de raciocínio linear e com argumentação racional, falando sobre a atuação parlamentar de Marielle. Já o deputado Marcelo

---

<sup>24</sup> Neste contexto, a palavra vogal significa membro de uma comissão, assembleia ou câmara que tem direito a voto.

<sup>25</sup> Disponível em:  
<[http://www.camara.rj.gov.br/permanentes\\_descricao.php?m1=comissoes&m2=perm&pc=44](http://www.camara.rj.gov.br/permanentes_descricao.php?m1=comissoes&m2=perm&pc=44)>.  
Acesso em: 18 jan. 2019.

Freixo apresentou um discurso crítico, mostrando-se bastante indignado com o assassinato da vereadora e cobrando a investigação por parte das autoridades. O raciocínio do locutor é excitante, pois há um nível de tensão na fala e que chega a um clímax. A argumentação é emocional, o deputado está com os olhos cheios d'água, demonstrando estar muito abalado com a morte da colega de partido e amiga.

O contexto da matéria é um dia após o assassinato de Marielle e do motorista Anderson, portanto, há uma grande mobilização em toda a cidade do Rio de Janeiro e em diversas partes do Brasil. Constatamos nesta reportagem um forte apelo da imagem, casada com a narração sensível e quase dramática da repórter. As imagens mostram pessoas chorando, multidões em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e no enterro da vereadora e do motorista. As falas das demais fontes são todas em tom emocional também, algumas chorando.

### 5.5.2 Jornal da Noite

No Jornal da Noite, o único momento em que encontramos uma fonte feminina nas reportagens de política, durante o período analisado, foi a que tratou sobre o mandado de prisão do ex-presidente Lula, expedido pelo juiz Sérgio Moro, exibida no dia 05 de abril (PRISÃO..., 2018). O apresentador Fábio Pannunzio faz a cabeça da reportagem esclarecendo que, quando foi anunciada a expedição do mandado de prisão contra o ex-presidente Lula, a maior parte dos parlamentares já havia saído do Congresso Nacional, mas que isto não significou silêncio no campo político.

A reportagem começa informando que os parlamentares se manifestaram por notas e via redes sociais sobre o acontecimento e que opositores de Lula comemoraram a decisão. Dentre estes, a reportagem apresentou as falas do deputado federal Darcísio Perondi: “A decisão do Moro, mandando prender o Lula, mostra que tem justiça no Brasil. E a justiça vale pra todos” (PRISÃO..., 2018) e do senador Álvaro Dias: “É lastimável ver um ex-presidente da república ser conduzido à prisão, mas é um avanço” (PRISÃO..., 2018).

Conforme o *off* do repórter, os aliados de Lula protestaram contra a prisão do ex-presidente, tais como a deputada federal Jandira Feghali: “A pressa do juiz Moro e da Justiça Federal em encarcerar Lula, sem nenhuma prova, sem a possibilidade

da presunção de inocência e sem permitir os prazos dos embargos” (PRISÃO..., 2018).

A matéria também mostra notas, *por escrito*, de outros dois homens detentores de cargo público eletivo: o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Disse o primeiro:

Aqueles que têm responsabilidade pública em qualquer nação não podem celebrar a ordem de prisão de um ex-presidente da República. No entanto, o mandado de prisão decorreu de um processo submetido a mais alta Corte do Poder Judiciário [...] em que foi respeitado o amplo direito de defesa (PRISÃO..., 2018).

E o segundo: “É lamentável ver a prisão de um ex-presidente, mas isso simboliza uma importante mudança que vem ocorrendo no Brasil: o fim da impunidade” (PRISÃO..., 2018). Em sua passagem, o repórter Alex Gusmão disse:

A presidência da república informou que não vai se manifestar sobre a prisão de Lula. A notícia chegou aqui ao Palácio do Planalto quando o presidente Michel Temer estava em uma reunião. Ele teria manifestado apenas preocupação com as questões de segurança, que envolvem o trajeto de Lula até a prisão em Curitiba (PRISÃO..., 2018).

Em forma de *off* do repórter foram mostradas ainda as manifestações do ex-presidente José Sarney, dizendo que era amigo de Lula e que ele havia prestado grandes serviços à população e do ex-deputado federal Roberto Jefferson (delator do Mensalão), que escreveu, em forma de nota: "Não tenho sentimento de vingança em relação ao Lula e que ele saiba tirar as lições necessárias de sua condenação" (PRISÃO..., 2018).

Temos diversas fontes nesta reportagem, mas para a análise qualitativa utilizaremos somente as três com cargos políticos que *falaram*: Darcísio Perondi, Álvaro Dias e Jandira Feghali. As três sonoras foram bem sucintas, sendo que os homens apresentaram um discurso afirmativo, apoiando o fato de Lula estar prestes a ser preso, com estilo de raciocínio linear e um tipo de argumentação racional. Já a única mulher que foi fonte empreendeu um discurso crítico, discordando da decisão do juiz Sérgio Moro, com raciocínio linear e de argumentação racional. Interessante observar que a fala feminina foi posta na matéria como contraponto das falas iniciais e nos pareceu mais incisiva do que as posições dos homens sobre o assunto. O

contexto desta matéria é mostrar as opiniões dos políticos, pertencentes a diferentes lados, sobre a prisão de Lula. Não há forte apelo de imagens, pois elas se concentram nas falas dos políticos.

Com relação à ausência feminina no Jornal da Noite, encontramos uma reportagem bastante significativa, veiculada na edição do dia 08 de março. Neste dia, o telejornal transmitiu uma matéria falando sobre um projeto, aprovado na Câmara dos Deputados, para tornar crime abusos sexuais contra mulheres em locais públicos (PROJETO..., 2018). A reportagem detalha o aumento da pena para estupro coletivo, além de tipificar os crimes de importunação sexual e reprodução de imagens de estupro.

O apresentador Fábio Pannunzio faz a cabeça da reportagem explicando que o projeto aprovado pela Câmara visa facilitar a punição a esse tipo de crime, e reforça que só faltaria a aprovação da matéria pelo Senado. Fica clara, portanto, a importância de o projeto passar pelas diferentes instâncias do Legislativo. A reportagem inicia mostrando casos de homens que importunaram mulheres em locais públicos e que a punição contra eles seria maior a partir do referido projeto. Segue-se com a fala da juíza Magdéli Machado:

Ao mesmo tempo em que estamos tipificando então uma nova conduta, *né*, como crime, nós também estamos chamando toda a sociedade, *né*, pra pensar, pra reavaliar suas condutas, suas ações e modificar os comportamentos (PROJETO..., 2018).

A reportagem faz uma comparação entre a punição anterior para a importunação sexual, estupro coletivo e reprodução de imagens de estupro, e como ficará com a nova lei. Em sua passagem, o repórter Filipe Peixoto diz:

A proposta também aumenta a punição nos casos de estupro de idosos, pessoas com deficiência ou que resultam na gravidez da vítima. O projeto já tinha passado pelo Senado, mas como sofreu alterações na Câmara, os senadores precisam aprová-lo novamente. Antes de entrar em vigor, a lei ainda passa por sanção presidencial (PROJETO..., 2018).

Na sequência, a matéria apresenta dados sobre o estupro no Brasil e finaliza com uma entrevista com a delegada Tatiana Bastos, da Delegacia da Mulher:

Denunciar, procurar ajuda, procurar uma Delegacia de Polícia, é sempre o melhor caminho. E quando tem uma resposta penal, então, adequada, que possibilite inclusive uma prisão em flagrante ou uma prisão preventiva, com certeza eu vou encorajar muito mais mulheres a procurarem ajuda (PROJETO..., 2018).

Em ambas as sonoras, a juíza e a delegada apresentam um discurso afirmativo, com raciocínio linear e de argumentação racional, características típicas das fontes técnicas, especialistas em determinada área. As entrevistas com essas duas mulheres nos pareceram extremamente válidas para o tema, visto que elas esclarecem a importância da nova Lei, mas faltou uma entrevista com alguma parlamentar, visto que o projeto foi aprovado na Câmara e seria encaminhado novamente para o Senado, e também considerando ser o combate ao crime de estupro a bandeira de boa parte das mulheres ocupantes de cargos políticos.

O referido Projeto de Lei (PL 5452/2016)<sup>26</sup> é de autoria da senadora Vanessa Grazziotin. Conforme reportagem publicada no dia 07 de março de 2018, no site da Câmara dos Deputados (PIOVESAN, 2018), o Plenário da Câmara aprovou o PL 5452/16, do Senado, que tipifica o crime de divulgação de cenas de estupro e aumenta a pena para estupro coletivo. Ainda segundo a reportagem, a matéria havia sido aprovada na forma de um substitutivo<sup>27</sup> da deputada Laura Carneiro e retornaria ao Senado devido às mudanças. A Lei foi sancionada definitivamente pela Presidência da República no dia 24 de setembro de 2018 (LEI 13.718/2018)<sup>28</sup>.

Interessante ressaltar o enfoque que a reportagem exibida no Jornal da Noite deu à questão política, mencionando, tanto na cabeça do apresentador quanto na passagem do repórter, a tramitação da matéria pelo Congresso Nacional, o que certamente implicou ainda mais na necessidade de ter a fala de pelo menos uma das mulheres da política envolvidas com a aprovação do projeto. Por isso, para nós pareceu arbitrária a disposição do telejornal em abordar um tema de tamanha

---

<sup>26</sup> Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2086414>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

<sup>27</sup> De acordo com a mesma reportagem, substitutivo é quando o relator faz alterações no texto original.

<sup>28</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

importância para as mulheres e que, por incrível que pareça, está incluído no que chamamos de direitos da mulher, sem ter a voz de uma das parlamentares citadas.

Com relação às imagens da matéria, podemos dizer que elas tiveram um peso considerável. Elas trabalharam a mobilização da emoção, primeiro mostrando homens que assediaram mulheres em locais públicos, o que pode gerar reações como raiva, desprezo, nojo, angústia; depois mostraram imagens de corpos femininos sem aparecer o rosto, o que cria uma associação com a violação de direitos da mulher. Sobre o contexto, é possível perceber que pelo menos parte da matéria foi gravada em Porto Alegre, pois aparece o nome da cidade durante a passagem do repórter e a delegada entrevistada responde por uma Delegacia da Mulher na capital gaúcha. O fato de não ter sido feita em Brasília, poderia justificar a ausência de uma fonte da política na reportagem. Mas como o Jornal da Noite é um telejornal de rede nacional, não seria uma grande dificuldade outro repórter da capital federal entrevistar a senadora Vanessa Grazziotin ou a deputada federal Laura Carneiro para a referida matéria.

## **5.6 Interpretação dos resultados da análise**

A interpretação dos resultados desta análise é algo complexo, visto que não pode cair em relativismos ou na mera constatação de que as mulheres participam bem menos do que os homens do campo político e, conseqüentemente, do espaço de visibilidade pública proporcionado pela mídia. Os dados coletados na pesquisa quantitativa demonstram, em números concretos e comparativos, que de fato, a cobertura midiática sobre política favorece os homens tanto como assunto de reportagem e, principalmente, o que talvez seja o mais relevante, como fonte de informação. Além disso, cabe fazermos também algumas ressalvas que diferenciam os telejornais Jornal da Globo e Jornal da Noite e que impactaram de alguma maneira na análise, muito embora as principais inferências e interpretações tenham sido consonantes entre eles.

Ambos os telejornais dão destaque às reportagens de política e economia, que geralmente abordam escândalos de corrupção, crise econômica, o dia a dia do Congresso Nacional, com suas votações, e as decisões dos demais Poderes. No entanto, o Jornal da Globo é um produto um pouco mais completo e melhor acabado em termos de forma, dispõe de mais tecnologia, entradas ao vivo de repórteres de

Brasília diariamente, além de uma tela multimídia no estúdio, que a apresentadora Renata Lo Prete utiliza com os colunistas e para mostrar dados. As edições do Jornal da Globo são, na média, também um pouco mais longas que as do Jornal da Noite, ou seja, este telejornal apresenta matérias mais sucintas. Mesmo assim, encontramos homens como fonte ou assunto das reportagens de política em todas as edições analisadas do Jornal da Noite, portanto, o tempo mais curto não justifica a ausência feminina em 63% das edições.

Com relação aos estereótipos de gênero, que tínhamos como objetivo identificá-los em nossa análise, em ambos os telejornais identificamos, de modo mais amplo, não um estereótipo propriamente feminino, mas sim um estereótipo típico do campo político: o de que todo o político é corrupto. Na análise quantitativa, o fato de a categoria 1) *Corrupção* ter ficado em segundo lugar como assunto em que as mulheres aparecem e em primeiro lugar quando elas são fonte (no caso do Jornal da Globo houve um empate, mas mesmo assim a categoria se destaca) demonstra primeiro que os telejornais investem muito nas reportagens sobre escândalos envolvendo agentes públicos e segundo tendem a reforçar o imaginário popular de que a política é um meio sujo. No caso feminino, o estímulo a ideia de que no campo político só há roubarheira acaba corroborando esta imagem também em relação à mulher na política.

O outro estereótipo, agora sim tipicamente feminino, seria o de fragilidade e delicadeza e tem total relação com categoria 4) *Violência*, dando tanto destaque a uma mulher da política enquanto vítima de um crime. Como a tendência do estereótipo é sempre colocar a mulher em uma posição periférica, inferior, submissa, nos parece bastante plausível que a morte da vereadora Marielle Franco tenha gerado tanta divulgação na mídia. Por outro lado, temos neste ponto, uma certa contradição: a imagem mostrada de Marielle é aquela que se opõe ao estereótipo padrão feminino de submissão, fragilidade e delicadeza, quando os telejornais mencionam as denúncias que ela fazia contra o que considerava abusos por parte da polícia. O Jornal da Globo pareceu mais interessado na exploração do drama humano que continha a história da vereadora, já o Jornal da Noite preferiu ampliar o assunto, a fim de relacioná-lo com a questão da segurança no Rio de Janeiro como um todo, abordando principalmente o caso da intervenção militar.

Com relação mais especificamente à cobertura do assassinato da vereadora Marielle Franco, encontramos, em ambos os telejornais, como apontado por Ferrés

(1998), o forte apelo emocional da imagem, com multidões em protesto pela morte dela, pessoas chorando, com imagens da própria vereadora e na descrição da sua trajetória: uma mulher da favela e negra que chegou à universidade e depois à política. Ao mesmo tempo em que existe a construção de um personagem heróico, ela é vitimada por um assassinato. Ao insistir no assunto da morte da vereadora, a mídia mostra, sem dizer diretamente, que, a oposição ao que seria um padrão de comportamento feminino resultou em uma tragédia, o que em realidade trabalha no sentido de mostrar as consequências malélicas de quem ousa ser diferente.

Sobre a mulher da política enquanto fonte foi notório que as mulheres são muito menos entrevistadas do que os homens da política, fato que se confirmou em três das quatro edições nas quais tivemos falas femininas, entre os dois telejornais. Em nossa análise, as mulheres sempre apresentaram falas eloquentes, incisivas e tecendo críticas ao assunto em questão. Avaliando os seus discursos, inclusive, eles foram mais expressivos e contundentes que os de seus colegas do sexo masculino que integraram as mesmas reportagens. Como trazido no referencial teórico por Miguel e Biroli (2011), muitas mulheres para se destacar no campo político, ou mesmo para sobreviver dentro dele, acabam adotando um padrão de comportamento mais firme. Foi o que observamos nas entrevistas com essas mulheres da política.

Enquanto as falas dos homens foram mais serenas e controladas, as mulheres, de outro modo, pareciam mais incomodadas com o fato em questão. A fala feminina, por vezes, apela para a emoção e a masculina passa um ar racional ou de neutralidade, o que ficou evidenciado nas duas sonoras mais longas de mulheres de nossa análise: da deputada federal Luiza Erundina, no dia 15 de março, sobre a morte da vereadora Marielle Franco, e da senadora Gleise Hoffmann, no dia 27 de março, sobre um ataque a tiros à caravana do PT, ambas no Jornal da Globo. De todas as fontes masculinas, só uma vez detectamos emoção, daí em um sentido de fragilidade, que foi a fala do deputado estadual Marcelo Freixo, sobre a morte de Marielle. Podemos interpretar, com base em nossa análise, que as mulheres precisam dizer algo forte ou revelador para ganharem espaço na mídia, enquanto os homens, por vezes, podem se resguardar a falar de forma simplória, genérica ou protocolar, acerca de qualquer tema.

Em nossa visão, o maior destaque da análise qualitativa foram as reportagens de política em que houve a *ausência feminina*. Em ambas o assunto da matéria tinha

relação direta com a mulher na política ou com a luta pelos direitos das mulheres, por isto que não ter nenhuma fonte feminina da política foi tão significativo. Chamou nossa atenção também que tanto a matéria sobre a morte da vereadora Marielle Franco, transmitida no Jornal da Globo, como a que torna crime a importunação sexual em locais públicos, exibida no Jornal da Noite, *tiveram diversas fontes femininas, porém nenhuma da política*. As mulheres da política não tiveram espaço até mesmo quando elas são envolvidas diretamente com o assunto.

Por outro lado, não estamos afirmando com tal ponderação que as mulheres devem ser entrevistadas somente em temáticas vinculadas às próprias mulheres, ao contrário; acreditamos que elas precisam ter espaço nos mais variados assuntos. Em temas mais genéricos, quando não há um indivíduo específico imprescindível para a reportagem, a fonte pode ser tanto homem quanto mulher. O que queremos apontar é que o comum, o mais frequente, é que essas fontes sejam homens. Até mesmo quando o assunto diz respeito à mulher especificamente, a prioridade segue sendo as fontes masculinas da política.

Acreditamos que as escolhas não são neutras. Não são no campo político, com todas as regras do jogo invisível de poder, como diria Bourdieu (2002), nem tampouco são no campo jornalístico, onde existem processos de produção, edição, direcionamento e, eventualmente, exclusão de conteúdos, fontes e matérias. Isto não quer dizer que exista uma *intenção* de excluir as mulheres da visibilidade midiática. Mas sim que a estrutura dominante já é por si só discriminadora e age no sentido de reforçar os padrões de comportamento machistas, que esconde e cala as mulheres naturalmente e dá espaço aos homens.

Conforme trabalhamos no referencial teórico, com Miguel e Biroli (2011), a mídia não cria as desigualdades de gênero na política, mas age no sentido de corroborar estas práticas correntes no campo político. A naturalização do comportamento machista na política e na reprodução da mídia faz com que as mulheres se tornem invisíveis e silenciadas no espaço público. Para nós, pareceu que as mulheres que rompem com o estereótipo padrão de submissão ao domínio masculino e, principalmente, aquelas que já estão há anos no campo político conseguem algum espaço no campo midiático.

Partindo então, do pressuposto da visibilidade midiática, que no caso das mulheres da política é muito baixa, respondemos ao nosso problema de pesquisa que a imagem da mulher na política não é bem consolidada, ela está em formação,

pois as aparições são poucas. Mas do que se pode constatar de uma memória mais ampla, de um efeito cumulativo, talvez se somando estas esparsas participações, podemos dizer que a imagem da mulher na política é negativa. Se levarmos em consideração que, em nossa análise, quando as mulheres apareceram, os assuntos foram todos de viés negativo, seja para a mulher individualmente ou por se tratar de um fato trágico, podemos ter algum indício da baixa credibilidade da mulher na política, taxada de corrupta, combativa (quando fonte), ou identificada como vítima de crime.

A nossa hipótese inicial dizia que os estereótipos de gênero perpassam a cobertura política midiática, privilegiando os homens como fonte de informação ou assunto de reportagem nas questões consideradas de maior relevância ou até mesmo nos tópicos genéricos, enquanto as mulheres são procuradas para falar sobre os direitos da mulher. No entanto, ao longo da análise ficou claro que nem nos assuntos ligados aos direitos da mulher as parlamentares são procuradas como fonte.

Foi facilmente constatado que a cobertura diária da mídia sobre política favorece os homens, pelo primeiro dado apreendido na análise quantitativa: no Jornal da Globo, 50% das edições só tiveram homens como fonte e assunto de reportagem e no Jornal da Noite foram 63% das edições. Verificamos que os homens são fonte, em maior número ou na totalidade, nos temas mais relevantes, como decisões dos três Poderes, votações no Congresso Nacional, economia; e também nos tópicos genéricos, que se referem ao dia a dia da política, polêmicas diversas que estejam em pauta, ou sobre algum fato que ganhou grande repercussão, como foi o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco, que teve a fala de seis políticos homens e somente uma mulher, entre todas as matérias do dia 15 de março, no caso do Jornal da Globo; e de quatro políticos homens e nenhuma mulher, no caso do Jornal da Noite.

Sobre as mulheres serem procuradas para falar dos assuntos que dizem respeito aos direitos da mulher foi ainda mais frustrante ver que nem assim elas são fonte. Primeiro porque praticamente não há espaço nesses telejornais para assuntos como esses, e que são tão fundamentais quanto a Reforma da Previdência, por exemplo, visto que abrangem mais da metade da população brasileira, que é formada por mulheres. E segundo porque mesmo quando encontramos essas matérias, as mulheres da política também foram excluídas, como foi o caso da

reportagem sobre tornar crime abusos sexuais contra mulheres em locais públicos, exibida no Jornal da Noite, no dia 08 de março.

Neste último caso especificamente em que tanto a autora do projeto que deu origem à Lei, senadora Vanessa Grazziotin, quanto a relatora da matéria na Câmara, deputada Laura Carneiro, terem sido ignoradas deixou a reportagem incompleta. Jornalisticamente, faltou saber *quem* executou ação, a fim de que a informação fosse plenamente compreendida. Politicamente, essas parlamentares mereciam a divulgação e o reconhecimento público de sua iniciativa e não simplesmente porque elas são mulheres, mas pela importância da criação desta Lei para toda a sociedade. O combate a abusos de qualquer natureza contra a mulher não deve ser uma bandeira ou uma preocupação somente feminina e sim de todos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou, permanentemente, trabalhar em cima de um tripé: Política, Mídia e Sociedade. Falamos das características específicas dos campos político e jornalístico e de que maneira estas duas esferas se relacionam. Apontamos os motivos que geram ou que levam à baixa participação feminina na política, explicitamos as lutas mais antigas pelos direitos das mulheres até o desafio atual de vencer as barreiras partidárias e eleitorais. Trouxemos ainda a importância da mídia e da televisão no processo democrático brasileiro e, conseqüentemente, sua consolidação como espaço de visibilidade pública, algo tão fundamental à política.

Contudo, não podemos esquecer que tanto a política quanto a mídia estão inseridas dentro de uma estrutura muito mais ampla e diversificada, que é a sociedade. Já dissemos que a mídia reproduz as desigualdades de gênero existentes no campo político e não seria equivocado afirmar que a política é uma pequena amostra de nossa própria sociedade. Portanto, a maior desigualdade entre homens e mulheres ainda é, sobretudo, social. E por mais que esta pesquisa seja sobre comunicação e mídia, ela aponta para um fenômeno maior e que neste caso, especificamente, está demonstrado através da política, mas que também pode ser facilmente identificado nos salários mais baixos que as mulheres recebem, na objetificação do corpo feminino, na violência contra mulher, e no preconceito em torno de temas como o aborto. Todos esses exemplos – dentre tantos outros possíveis – elucidam como ainda são desiguais as oportunidades que homens e mulheres têm, o lugar e o status que eles ocupam socialmente e como é variável a sua liberdade de ser e agir.

Para nós, existe a necessidade de se pensar em políticas afirmativas para a maior inclusão das mulheres nas esferas de poder. Em termos de mídia, qualquer veículo de comunicação com responsabilidade e ética no seu dever de informar evita priorizar determinado partido ou alinhamento ideológico total à esquerda ou à direita. O bom jornalismo se faz com transparência, com criticidade, com equilíbrio de lados, versões e fontes. Isso já é discutido e trabalhado pelos profissionais da comunicação há muito tempo. Então, se se pensa em ter uma fonte que representa um lado, um partido, e outra que esteja no sentido oposto, por que não pensar que se pode também buscar um equilíbrio no sentido do gênero?

A notícia, o fato, sempre prevalece, disto, não há dúvida. Não estamos dizendo aqui que a questão do gênero venha como uma obrigação, uma imposição. Mas apenas que seja uma reflexão do cotidiano, das práticas jornalísticas, como temos outras relativas a valores e ao respeito às diferentes etnias, raças, religiões e orientação sexual. Essas ponderações é que acabam abrindo espaço para que os mais diversos grupos sejam retratados e sintam-se, de alguma forma, representados. A causa LGBT, por exemplo, vem ganhando cada vez mais lugar na mídia, algo que seria impensável anos atrás. Todavia, não foi uma mudança repentina, houve uma abertura ao tema, uma mudança de (pré) conceitos. Considerando que, atualmente, as redações são compostas majoritariamente por mulheres, o trabalho das mulheres da política deveria ter mais penetração na mídia.

Já em termos políticos, as proposições podem – e devem – ser ainda mais efetivas. A maior parte dos países que avançou na representatividade feminina implementou algum tipo de cota para as mulheres ingressarem na política ou percebeu como importante a paridade de gênero, abrindo mais espaço às mulheres, seja através do voto ou da concessão de cargos de alto escalão. Conforme dados da *Inter-Parliamentary Union (IPU)*<sup>29</sup> de 2018, o Brasil ocupa a posição 131º em um ranking de 193 países que mede a porcentagem de mulheres nas Câmaras Federais e Senados. Poderíamos citar o exemplo da Suécia, que ocupa o 7º lugar no ranking, com 46% de mulheres nos assentos da Câmara Federal, e que se diz “o primeiro governo feminista do mundo”, desde que uma coalizão de centro-esquerda assumiu o país, em 2014, segundo reportagem de O Globo (O GOVERNO..., 2017).

Também encontramos uma situação bastante representativa na França, classificada em 14º lugar no ranking, com 39,6% de mulheres na Câmara e 29% no Senado. Na eleição anterior, aquele país ocupava a posição número 64 em representação feminina, com 155 mulheres eleitas e saltou para 223 na eleição de 2017 (MULHERES..., 2017). Logo atrás, a Espanha encontra-se em 16º lugar no ranking, com 39,1% de ocupação feminina na Câmara e 38% no Senado. A nação se destaca ainda por ter a maioria dos cargos de ministro ocupada por mulheres (NOVO..., 2018).

Podemos considerar que esses países atingiram uma ocupação de poder mais igualitária entre os gêneros por serem desenvolvidos. Mas também temos

---

<sup>29</sup> Referência para a pesquisa disponibilizada no item 3.3, página 46, nota de rodapé nº 13.

exemplos positivos de representação feminina em nações mais semelhantes a nossa, pois mesmo na América Latina, o Brasil fica muito atrás da Bolívia (3º colocado no ranking) e da Argentina (17º), entre outros. Conforme reportagem publicada no site Câmara Notícias, a Argentina foi o primeiro país no mundo a adotar uma política de cotas para mulheres no Parlamento, em 1991 (NEVES, 2011). De lá pra cá, a eleição de mulheres foi crescendo naquele país a cada novo pleito, até alcançar o patamar atual de 38,9% para a Câmara Federal e 41,7% para o Senado, como demonstram os dados da *IPU*.

Já no Brasil, a tentativa de reservar cadeiras no Legislativo para as mulheres fracassou. Conforme reportagem publicada no site da Câmara dos Deputados (HAJE, 2018), a PEC 134/2015<sup>30</sup> foi discutida, porém não aprovada pelo Congresso. A Emenda foi criada pela Comissão de Reforma Política do Senado e significaria uma mudança mais efetiva e prática para de fato incluir as mulheres nos cargos políticos. Mas, infelizmente, sendo o campo político no Brasil predominantemente masculino, não houve interesse que a referida PEC fosse à diante.

Na última eleição ocorrida no Brasil, em outubro de 2018, o número de mulheres eleitas aumentou um pouco, porém ainda aquém do que seria uma representação real da população feminina. Como esclarecido desde o princípio, bem como no decorrer deste trabalho, realizamos nossa análise em período anterior ao pleito, portanto, naquele momento, tínhamos 51 deputadas federais, dentre 513 deputados; 12 senadoras, em um total de 81 senadores; e somente uma governadora eleita e outra vice-governadora que havia assumido, pois o titular concorreria a outro cargo.

De acordo com reportagem do portal de notícias G1 (VELASCO e OLIVEIRA, 2018), o único resultado positivo em outubro de 2018 foi entre as deputadas federais, elegemos 26 a mais que na votação de 2014: a partir de 2019, teremos 77 deputadas federais. O número de senadoras se manteve o mesmo e há que considerar também que a renovação de mandato para o Senado acontece a cada oito anos, então, na verdade, elegemos apenas sete mulheres em 2018. Segundo outra reportagem do G1 (VELASCO, 2018), para os governos estaduais, o resultado foi o mesmo do pleito anterior: somente uma mulher conseguiu se eleger, Fátima

---

<sup>30</sup> Referência para o acesso à PEC disponibilizada no item 3.3, página 47, nota de rodapé nº 14.

Bezerra, no Rio Grande do Norte; dentre as 30 que disputaram os cargos para os Executivos Estaduais.

Em nossa visão, as política afirmativas que objetivam maior inclusão das mulheres na política não têm um sentido de vitimização da mulher, mas de buscar mais do que igualdade, *equidade*. Igualdade se refere a situações idênticas e equivalentes para todas as pessoas e situações. A equidade prima por analisar justa e imparcialmente cada caso, para que não haja desigualdades e injustiças. Qualquer indivíduo ou coletivo que não faça parte do grupo dominante precisa de equidade para poder avançar.

Mas a equidade exige uma adaptação da sociedade como um todo. Não somos todos iguais, porque partimos de condições diferentes. Somos iguais perante a Lei, o Estado. A Justiça tem que valer para todos. Mas não somos iguais do ponto de vista econômico, social, racial, cultural, escolar e político. É a fim de diminuir essas diferenças que podemos pensar em equidade. Equidade também de gêneros. A mulher no Brasil só teve o direito ao voto em 1932, após muita luta, o que demonstra o quão recente é a participação feminina no processo democrático. O direito ao voto é um exemplo de igualdade, homens e mulheres são iguais perante a Lei, portanto, podem votar. Mas para serem candidatas, as mulheres largaram na corrida com muitos anos de atraso, foi – e a ainda é – preciso correr bem mais que os homens até a linha de chegada. É para isto que serve a equidade, para equilibrar ou adaptar uma desigualdade.

Esta pesquisa fez um recorte bastante específico e não pretendeu ser definitiva e fechada em seus resultados. Ela foi sem dúvida impactada pelo objeto de estudo escolhido, os telejornais Jornal da Globo e Jornal da Noite; pelo contexto – mesmo que previamente – de um ano eleitoral tenso e peculiar; talvez tenha sofrido influência do período escolhido para a análise – em parte preenchido com a cobertura da morte da vereadora Marielle Franco – e, por fim, refletiu um pouco das impressões e valores de quem também é mulher, jornalista e atuante na área pública e política há alguns anos. Por outro lado, é inegável que chegamos a dados concretos sobre a baixa visibilidade da mulher da política na mídia. Da mesma forma que, a partir de inferências, deduções e interpretações, constatamos além da *ausência feminina em temas fundamentais às mulheres*, uma imagem ainda em construção, mas que do pouco que se tem, pode ser considerada uma imagem negativa.

No Jornal da Globo, não tivemos qualquer menção a alguma mulher da política, como fonte ou assunto, em 50% das edições analisadas e no Jornal da Noite em 63%. Dentre as 16 edições de cada telejornal, só tivemos alguma fala feminina em três edições do Jornal da Globo e em uma do Jornal da Noite. Em todas essas participações de mulheres da política como fonte, as suas falas foram mais curtas que as dos homens nas mesmas reportagens, com exceção de uma matéria, na qual a senadora e presidente do PT, Gleise Hoffmann, falou por mais tempo que a fonte masculina da política. Com relação ao assunto das reportagens nas quais as mulheres aparecem, seja como fonte ou como tema, só foram identificados os assuntos violência e corrupção, em ambos os telejornais. Ou seja, as mulheres não apareceram uma vez sequer em alguma pauta positiva.

A representação da mulher ocupante de cargos políticos na mídia esbarra primeiramente na invisibilidade. Quando vencida esta barreira, a tendência é o espetáculo, o sensacionalismo da violência, ou o reforço dos estereótipos do campo político, em especial a corrupção como *práxis*. Podemos inferir que as mulheres que ganham alguma visibilidade na mídia, são aquelas que de fato conquistaram espaço significativo no campo político, que acumularam mais funções do que os homens e que talvez tenham percorrido um caminho maior que o deles. Isso se comprovou não só pelo número restrito de mulheres como fonte, mas também na repetição destas mulheres, demonstrando que elas fazem parte de uma elite dentro da própria elite do campo político.

A baixa participação da mulher na política e sua invisibilidade na mídia são situações que se retroalimentam. Muito provavelmente, não de maneira intencional, mas é um fato que se confirmou ao longo desta pesquisa. As mulheres já são minoria no campo político, e por aí já aparecem naturalmente menos. Elas não aparecerem impede que um público mais amplo as conheça e saiba sua atuação. Consequentemente, não se vota em mulheres. As que restam no campo têm seu capital político restringido. E com isso, seguem não aparecendo. E não sendo eleitas. E se nunca ninguém refletir a respeito, manteremos essas mesmas práticas.

É atentando para as desigualdades de gênero que, por vezes, passam despercebidas ou que são consideradas normais que esta pesquisa sugere a continuidade de outros trabalhos que sigam no mesmo caminho, ainda longo e árduo. É demonstrando que precisamos refletir sobre as relações de poder no campo político e sobre o espaço de visibilidade que as mulheres da política ocupam

na mídia, entendendo esta como fundamental à manutenção da democracia. Foi o que tratamos em relação à mídia e às mulheres como fonte, se ninguém pensar nisto, nada irá mudar. O mesmo vale para o exemplo da política de cotas em países em que elas são efetivas, alguém percebeu aquele déficit e a desigualdade entre homens e mulheres na vida pública diminuiu. A representatividade importa e é um dos ideais dos quais jamais devemos desistir. Independente do campo de atuação. O empoderamento feminino é benéfico não só às mulheres, mas para toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

+ MULHERES na política: retrato da sub-representação feminina no poder. **Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher**, [2016]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>>. Acesso em 26 abr. 2018.

AÉCIO Neves se torna réu por corrupção. **Jornal da Noite**, 17 abr. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16429097/a-cio-neves-se-torna-r-u-por-corrup-o.html>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

ASSASSINATO de Marielle Franco provoca manifestações pelo Brasil e pelo mundo. **Jornal da Globo**, 15 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6583185/programa/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AUTORIDADES repudiam os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes. **Jornal da Globo**, 15 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6583197/programa/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. 2. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. Introdução: contando as primeiras. In: AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno (Org.). **Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012. p. 26-44. Série: (Obras Comemorativas. Homenagem; 3).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Editora 70, 1977.

BETO Richa deixa o cargo para concorrer ao Senado, e Cida Borghetti assume o Governo do Paraná. **G1**, 06 abr. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/beto-richa-deixa-o-cargo-para-concorrer-ao-senado-e-cida-borghetti-assume-o-governo-do-parana.ghtml>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BEZERRA, Heloisa Dias. **Mídia e política: amigos ou inimigos...** Eis a questão. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de: Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Tradução de: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASILEIROS vão às ruas pedir agilidade nas investigações do assassinato de Marielle. **Jornal da Globo**, 20 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6595915/programa/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

CÂMARA acompanhará investigações sobre morte de Marielle. **Jornal da Noite**, 15 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16411662/c-mara-acompanhar-investiga-es-sobre-morte-de-marielle.html>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CARAVANA do ex-presidente Lula é atacada a tiros, no Paraná. **Jornal da Globo**, 27 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6615562/programa/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

CÁRMEM Lúcia fala sobre execução de prisões em penas de segunda instância. **Jornal da Globo**, 13 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6576893/programa/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

CASO Marielle: Milicianos podem ter envolvimento no crime. **Jornal da Noite**, 22 mar. 2018a. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16415648/caso-marielle-milicianos-podem-ter-envolvimento-no-crime.html>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

CASO Marielle: Polícia encontra digitais em munição. **Jornal da Noite**, 10 abr. 2018b. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16425242/caso-marielle-pol-cia-encontra-digitais-em-muni-o.html>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

CASO Marielle: Polícia ouve novos depoimentos. **Jornal da Noite**, 20 mar. 2018c. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16414246/caso-marielle-pol-cia-ouve-novos-depoimentos.html>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

CASO Marielle: Polícia tenta identificar autores do crime. **Jornal da Noite**, 15 mar. 2018d. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16411664/caso-marielle-pol-cia-tenta-identificar-autores-do-crime.html>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CASO Marielle relembra morte de Patrícia Acioli. **Jornal da Noite**, 15 mar. 2018e. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16411668/caso-marielle-relembra-morte-de-patr-cia-acioli.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de: Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FACHIN manda denúncia contra Lula e Dilma para a Justiça Federal do DF. **Jornal da Globo**, 08 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6564117/programa/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FAMÍLIA de Marielle pede na justiça retirada de vídeos difamatórios da internet. **Jornal da Globo**, 22 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6602356/programa/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FERRÉS, Joan. **Televisão subliminar**: socializando através de comunicações despercebidas. Tradução de: Ernani Rosa e Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GOLDENBERG, Mirian; TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução de: Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HAJE, Lara. Reserva de 30% de fundo de campanha para mulheres poderá alavancar candidaturas femininas, avaliam debatedoras. **Câmara Notícias**, 13 jun. 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/558950-RESERVA-DE-30-DE-FUNDO-DE-CAMPANHA-PARA-MULHERES-PODERA-ALAVANCAR-CANDIDATURAS-FEMININAS,-AVALIAM-DEBATEDORAS.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

HISTÓRIA do Jornal da Globo. **G1**, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/historia-do-jornal-da-globo.ghtml>>. Acesso em: 11 set. 2018.

INVESTIGAÇÃO do assassinato da vereadora Marielle Franco aponta para crime político. **Jornal da Globo**, 29 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6621822/programa/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo**: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Tradução de: Ivone Benedtti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida. **(Re)significações da mulher política na mídia**: memória, corpo, territorialidade. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2011.

LULA está no Sindicato dos Metalúrgicos após expedição de mandado de prisão. **Jornal da Globo**, 05 abr. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6639965/programa/>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

MANTOVANI, Flávia. Pela primeira vez em 16 anos, Brasil elege apenas uma mulher governadora. **G1**, 26 out. 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/pela-primeira-vez-em-16-anos-brasil-elege-apenas-uma-mulher-governadora.html>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

MARIELLE é homenageada em manifestações pelo Brasil. **Jornal da Noite**, 15 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16411667/marielle-homenageada-em-manifesta-es-pelo-brasil.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década e mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições SESC SP, 2013. p. 315-332.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 79-92.

\_\_\_\_\_. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 63-78.

\_\_\_\_\_. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014c. p. 93-108.

\_\_\_\_\_. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014d. p. 17-30.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Introdução. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 7-16.

MITRE: Após morte de Marielle, intervenção não será a mesma. **Jornal da Noite**, 15 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16411663/mitre-ap-s-morte-de-marielle-interven-o-n-o-ser-a-mesma.html>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MULHERES conquistam número recorde de assentos nas legislativas francesas. **O Globo**, 19 jun. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/mulheres-conquistam-numero-recorde-de-assentos-nas-legislativas-francesas-21491853>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

NEVES, Maria. Mulheres ocupam mais de 30% do Legislativo na Argentina. **Câmara Notícias**, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/198849-MULHERES-OCUPAM-MAIS-DE-30-DO-LEGISLATIVO-NA-ARGENTINA.html>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

NOVO governo dominado por mulheres toma posse na Espanha. **GaúchaZH**, 07 jun. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2018/06/novo-governo-dominado-por-mulheres-toma-posse-na-espanha-cji4jjs0024i01ml6km85vm5.html>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

NUNES, Bárbara Rodrigues. **A imagem de Dilma Rousseff**: a construção do estereótipo feminino na crise política. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

O GOVERNO 'feminista' da Suécia está funcionando? **G1**, 04 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/o-governo-feminista-da-suecia-esta-funcionando.ghtml>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

PAINS, Clarissa. Mulheres estudam mais, mas recebem 23,5% menos do que homens. **O Globo**, 07 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-estudam-mais-mas-recebem-235-menos-do-que-homens-22461826>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PESQUISA diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil. **Agência Brasil**, 21 fev. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

PINTO, Douglas. Consolidados e audiência da TV aberta e média dia atualizados. **Famosos na Web**, 17 jan. 2019. Disponível em: <<https://famososnaweb.com/consolidados-e-audiencia-da-tv-aberta-e-media-dia-atualizados-brasil/>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova penas maiores para estupro e tipifica crime de importunação sexual. **Câmara Notícias**, 07 mar. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/554266-CAMARA-APROVA-PENAS-MAIORES-PARA-ESTUPRO-E-TIPIFICA-CRIME-DE-IMPORTUNACAO-SEXUAL.html>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

POLÍCIA investiga a participação de um segundo carro na morte de Marielle e Anderson. **Jornal da Globo**, 15 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6583181/programa/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

POLÍTICOS de vários partidos reagem à decisão de Moro de prender Lula. **Jornal da Globo**, 22 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6639978/programa/>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

PORCELLO, Flávio A. C. **TV e poder**: as relações sombrias que ajudam a fazer a história recente do Brasil. In PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio A. C. (Orgs.). Telejornalismo: a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006. p. 145-165.

PRISÃO de Lula tem forte repercussão no meio político. **Jornal da Noite**, 05 abr. 2018. 1 vídeo. Disponível em:

<<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16422858/pris-o-de-lula-tem-forte-repercuss-o-no-meio-pol-tico.html>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

PROJETO torna crime abusos sexuais em locais públicos. **Jornal da Noite**, 08 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em:

<<https://videos.band.uol.com.br/jornaldanoite/16407788/projeto-torna-crime-abusos-sexuais-em-locais-p-blicos.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

QUANTIDADE de homens e mulheres 2017. **IBGE, PNAD [2017]**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2017.

STRUCK, Jean-Philip. Boris Casoy é condenado por ofender gari em telejornal. **Veja**, 24 nov. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/boris-casoy-e-condenado-por-ofender-gari-em-telejornal/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

STUDART, Heloneida. Apresentação. In: TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O Mundo Hoje, v. 43). p. 15-19.

TEBALDI, Raquel. **Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de: Wagner de Oliveira Brandão. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TOSCANO, Moema. 2ª Parte – A mulher na política. In: TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O Mundo Hoje, v. 43). p. 53-83.

TSE cassa mandato do governador do Tocantins, Marcelo Miranda (MDB). **Jornal da Globo**, 22 mar. 2018a. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6602353/programa/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

TSE mantém cassação do governador do Tocantins. **Jornal da Globo**, 17 abr. 2018b. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6670863/programa/>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

VELASCO, Carla. Apenas um estado do país será comandado por uma mulher. **G1**, 28 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao->

[em-numeros/noticia/2018/10/28/apenas-um-estado-do-pais-sera-comandado-por-uma-mulher.ghtml](#)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

VELASCO, Carla; OLIVEIRA, Leandro. N<sup>o</sup> de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias. **G1**, 08 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

VELÓRIO de Marielle e Anderson gera grande comoção em milhares de pessoas. **Jornal da Globo**, 15 mar. 2018. 1 vídeo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6583207/programa/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

WILLIAM Waack é acusado de racismo após vazamento de vídeo. **Veja**, 08 nov. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/william-waack-e-acusado-de-racismo-apos-vazamento-de-video/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. Tradução de: José Rubens Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1996.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)